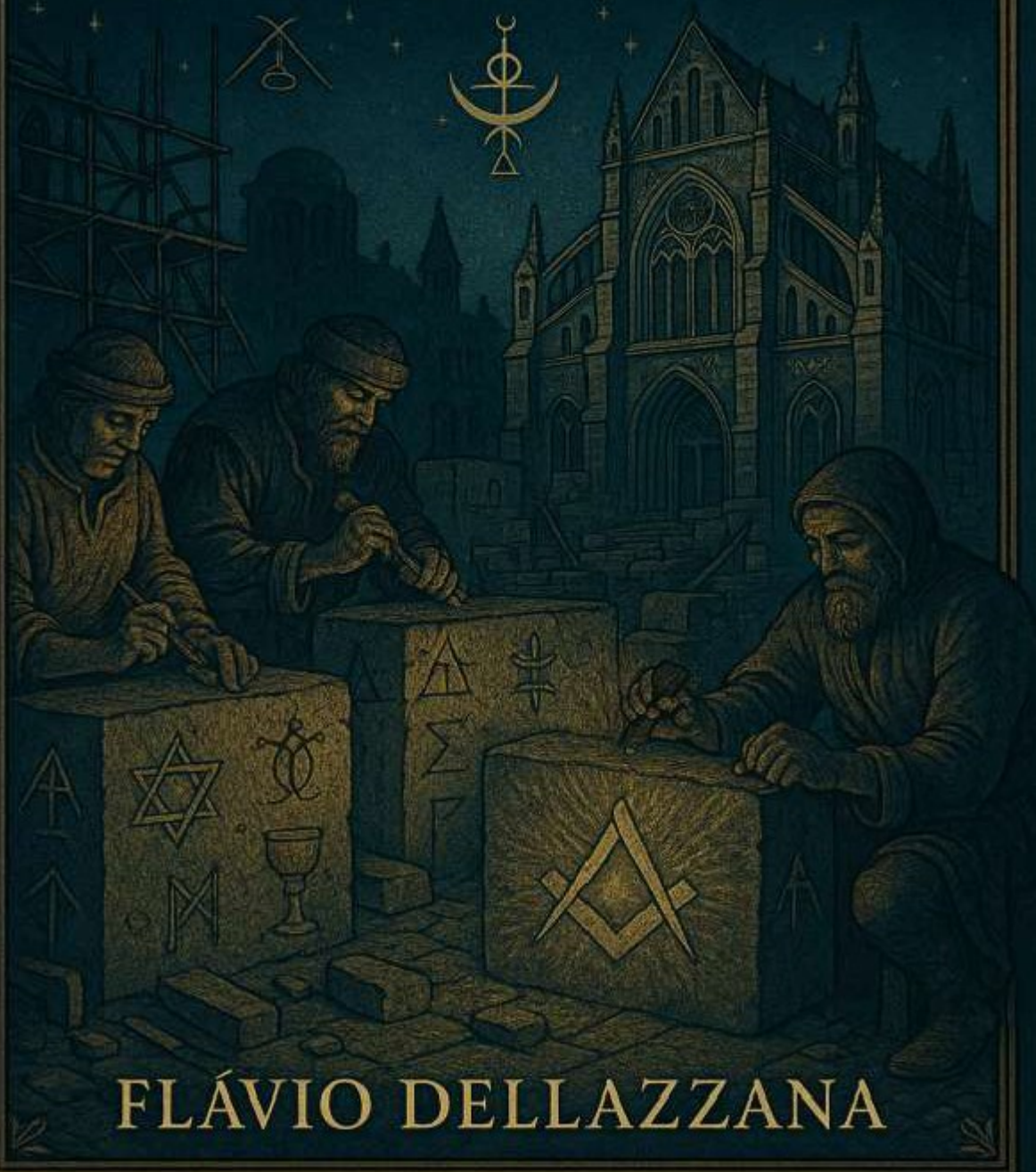


O GRAU DE MESTRE DE MARCA

A ARTE DE DEIXAR MARCAS



II Edição - 2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Dellazzana, Flavio

O grau de mestre de marca : a arte de deixar
marcas / Flavio Dellazzana. -- 1. ed. --
Itapema, SC : Ed. do Autor, 2025.

Bibliografia.

ISBN 978-65-01-56646-7

1. Maçonaria - Aspectos morais e éticos
2. Maçonaria - Doutrinas 3. Maçonaria - Filosofia
4. Maçonaria - História 5. Maçonaria - Ritos e
cerimônias 6. Maçonaria - Simbolismo I. Título.

25-283821

CDD-366.1209

Índices para catálogo sistemático:

1. Maçonaria : Rituais : Sociedades secretas :
História 366.1209

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

FLÁVIO DELLAZZANA

O GRAU DE MESTRE DE MARCA

•

A ARTE DE DEIXAR MARCAS



PREFÁCIO

Há Irmãos que, ao longo da caminhada, nos marcam de maneira definitiva. Não por palavras somente, mas por atitudes, lealdade, trabalho firme, trabalho fiel, no prumo, no nível e no esquadro.

O Irmão Flávio Dellazzana é um desses raros Irmãos. Com gênio forte e coração sensível ao bem, é daqueles obreiros que, como se diz nas pedreiras do Templo, estão sempre prontos para qualquer obra.

E esta obra, este livro, é mais uma marca sua. Uma marca de luz.

Ao aceitar o honroso convite de escrever este prefácio, recordei meu próprio adiantamento ao Grau de Mestre de Marca, em 2006.

Lembro-me do impacto que este Grau teve sobre mim: foi ali que compreendi, de maneira vívida, como os verdadeiros construtores do Templo de Salomão recebiam seus salários, e qual seria o significado real da frase mais repetida nas Lojas simbólicas: *“Aumento de Salário”*.

Foi ali que conheci a pedra rejeitada, a mesma que viria a se tornar Pedra Chave (Keystone), e também que percebi que cada um de nós, como pedras vivas, deve trabalhar fielmente para deixar a sua Marca.

O Irmão Flávio nos conduz, nesta obra, a uma jornada que é, ao mesmo tempo, histórica, ritualística e profundamente espiritual.

O Grau de Mestre de Marca não é somente mais um degrau na escada do Rito de York Americano. Ele é um espelho da vida.

Nele aprendemos que não basta trabalhar, é preciso trabalhar bem.

Os supervisores do Templo são guardiões e não estão ali para ensinar ou premiar o esforço; distinguem o trabalho bom, o trabalho fiel e o trabalho no esquadro do resto que só serve para ser lançado aos entulhos.

As páginas deste livro são um chamado à consciência, à excelência e à responsabilidade de sabermos que somos todos marcados, mas também marcadores.

Como nos ensinam as Sagradas Escrituras:

“Filho do homem, Marca Bem e vê com teus olhos, e ouve com teus ouvidos tudo quanto Eu te disser, de todas as determinações a respeito da Casa do Senhor e de todas as leis dela. Marca Bem quem pode entrar no Templo e quem deve ser excluído do Santuário.”

Que o leitor se permita ser marcado por esta leitura, como fomos e ainda somos, marcados pelo privilégio de trilhar ao lado do autor.

Samer Youssef Ayad



(Anno Domini 1582, Master Builder)

Flávio Dellazzana – Linlithgow Palace - Scotland

SUMÁRIO

Prefácio	5
A Travessia da Marca	11
A Jornada Iniciática	19
A Marca do Mestre	23
O Triplo Tau	29
Os Cargos no Real Arco	35
The Royal Arch Standard	55
A Jornada pelo Grau	59
Introdução	67
Aventura Simbólica	75
O Início	77
A Pedra	81
Os Canteiros de Ofício	119
As Marcas dos Pedreiros	129
A Pedra Chave e Angular	147
As Vestimentas	151
Os Esquadros	161
O Guardião	165
O Salário	169
Os Justos	179
As Moedas	185
Cowans	191
O Porto de Joppa	195

O Cinzel e o Malho	205
Marca Bem	219
A Corda	227
O Laço Quádruplo	231
A Garra Forte	235
A Madeira e o Machado	241
O Mestre de Obras	249
O Envio a Salomão	257
O Mérito	263
O Que Permanece Oculto	269
A Pedra encontra o seu Lugar	273
Bibliografia	275
O Autor	279

A Travessia da Marca

Antes mesmo de virar ritual com início, meio e fim, o Grau de Mestre de Marca já respirava silencioso entre as pedras frias das catedrais e os corredores úmidos dos mosteiros.

Ele não nasceu de um livro, nem foi desenhado por comissões ou por mãos de escribas. Surgiu da lida diária do pedreiro, do som ritmado do maço encontrando o cinzel.

Muito antes de qualquer palavra ritualística, já existia o traço, simples, direto, eterno.

Foi inscrito nas pedras antes de ser lido em pergaminhos.

A Marca foi deixada para quem souber ver, ainda a encontra onde o tempo não apaga.

As Marcas deixadas pelos antigos pedreiros, simples sinais geométricos como triângulos, cruzeiros, flechas ou esquemas que beiram alfabetos perdidos, eram mais que registros utilitários.

Eram assinaturas da alma num tempo em que poucos sabiam escrever.



ENGLAND

UNITED
STATES

Na fria Escócia, onde a névoa se mistura ao mito, encontra-se o testemunho mais antigo da incorporação simbólica dessas Marcas à Maçonaria Especulativa.

A Lodge of Aberdeen, fundada em 1670, conserva um precioso livro de membros no qual cada Irmão, ao ser admitido, traçava sua Marca.

Este gesto singelo, quase silencioso, nos revela uma verdade profunda, na arte dos construtores, o símbolo precede o nome e, muitas vezes, é mais duradouro do que ele.

Cenas semelhantes se repetem na Lodge of Edinburgh (Mary's Chapel), cujos registros do século XVII conectam, lado a lado, o nome e o símbolo do obreiro, como se dissesse: *"Eis quem fui, eis o que fiz."* Nessas inscrições, a espiritualidade do trabalho encontra o seu selo.

Com a chegada do século XVIII e a efervescência ritualística na Inglaterra, o Grau de Mestre de Marca começa a despontar como extensão do Grau de Mestre Maçom.

Por volta de 1750, surgem rituais manuscritos que descrevem uma cerimônia com profundidade moral.

Desenrola-se o julgamento do trabalho executado, uma Marca é recebida, e a revelação de que o valor de uma pedra está no que ela carrega por dentro.

Entre os chamados Antigos, especialmente os seguidores de Laurence Dermott, o Grau encontrou terreno fértil. Dermott, em seu célebre *Ahiman Rezon* (1756), defendia que o Real Arco e o Grau de Marca eram o verdadeiro coração da Arte Maçônica. Para ele, sem esses Graus, o edifício simbólico da Maçonaria estava incompleto.

O Livro das Constituições registra que, em 1813, a declaração preliminar da Grande Loja Unida da Inglaterra foi a seguinte: “... a Maçonaria Pura e Antiga consiste em três graus e não mais, a saber: Aprendiz Admitido, Companheiro e Mestre Maçom, incluindo a Sublime Ordem do Santo Real Arco.”

Observe ainda os brasões da Grande Loja Unida da Inglaterra.

No lado esquerdo do escudo , verás que ambos compartilham os símbolos do Real Arco: um Leão, um boi, um homem e uma Águia. Estes quatro aludem às tribos de Israel em sua jornada pelo deserto, reconhecendo o vínculo constante e único entre ambas as instituições, moldando nossa caminhada na Maçonaria Pura e Antiga, desde a união das duas Grandes Lojas em 1813.



UNITED GRAND LODGE
OF ENGLAND



O Grau de Mestre de Marca chegou à América pelo Atlântico, aportando discretamente em cidades como Boston, Nova York e Filadélfia, em meio ao fervor das ideias libertárias do século XVIII. Há registros de sua conferência na Filadélfia em 1753.

Em 1797, com a criação do Grand Chapter of the State of New York, o Grau foi oficialmente incorporado ao Rito de York como seu primeiro degrau, simbolizando a importância da entrega sincera acima do reconhecimento.

O Grau foi consolidado, padronizado e enriquecido com poderosas lições simbólicas, a rejeição da pedra, o julgamento do labor e o reconhecimento da verdade por trás da aparência.

Na América, a Marca pessoal tornou-se quase um sacramento. Cada Companheiro do Real Arco criava a sua gravada numa moeda simbólica chamada *Penny Chapter*, que passava a acompanhá-lo como um lembrete silencioso da aliança entre seu espírito e sua obra. A Marca se tornava um espelho, e não um emblema. Um compromisso, e não um ornamento.

O Real Arco aportou no Brasil com Maçons paranaenses, que fundaram o Capítulo Jerusalém. Mas foi com a instalação do Capítulo José Guimarães Gonçalves, em 1993, no Rio de Janeiro, que o Rito tomou forma visível.

Como antigas catedrais, os primeiros Capítulos foram erguidos tijolo por tijolo, com arcos feitos à mão, véus costurados em casa. O Capítulo inspirou outros, como o Thomas Smith Webb, em Porto Alegre, e o Keystone, consolidando o Grande Capítulo do Brasil em 1º de janeiro de 2001.

Desde então, o Real Arco cresceu sustentado por alianças fraternas entre Ritos e por uma base plural e resiliente, tornando-se expressão viva da Maçonaria Capitular em nosso país.

Há mais de duas décadas, junto ao Irmão Toni Haag e outros quinze valorosos companheiros, fui iniciado em Florianópolis no Grau de Mestre de Marca.

Foi uma cerimônia inesquecível, conduzida por Irmãos americanos e representantes do Grande Capítulo do Rio de Janeiro. Naquela noite, uma Marca profunda foi impressa em nossa jornada.

Dessa vivência nasceu o Capítulo Santo Graal n.º 22, fundado em Itajaí, onde, ao longo de 20 anos, tivemos a honra de iniciar mais de cem Irmãos no Grau que nos uniu.

Hoje, com gratidão e orgulho, podemos dizer que deixamos nossa Marca na grande pedra viva do Real Arco do Brasil, que permanece não apenas como ritual em movimento, mas também como espelho, a nos lembrar que toda obra, gesto e escolha são Marcas, e que nelas reside a verdadeira recompensa do trabalho.





A Jornada Iniciática

Meu Irmão, você deixou o frio e a escuridão do Grau de Mestre Maçom e foi adiantado ao Grau de Mestre de Marca.

Adentrou os salões iluminados do Real Arco Americano. Este não é somente mais um Grau, é uma nova ordem, um novo mundo que agora se revela diante de seus olhos.

A travessia simbólica que te conduz do fragmento à plenitude, da perda à redescoberta, do trabalho visível à edificação interior.

Se os Graus simbólicos te ensinaram a esculpir tua pedra, o Real Arco te desafia a encontrá-la entre os escombros. E não qualquer pedra, mas a que sustenta o Templo inteiro, aquela rejeitada pelos construtores, mas que se revelou chave e essencial.

No Real Arco ao longo dos Graus, você verá o Templo de Salomão ser concluído, ser devidamente consagrado a Deus e as antigas promessas cumpridas, verá também a sua ruína e sua reconstrução, e por mais belo que as cerimônias sejam, o Real Arco não é um teatro, e sim uma forma didática e milenar de transmitir os conhecimentos.

A verdadeira ruína que precisas restaurar não é feita de blocos ou mármore, é o Templo do teu próprio ser, onde o nome sagrado se oculta, esperando mãos puras e corações dispostos a redescobrir o sentido da tua vida.

Para que essa jornada seja plena, é preciso estudar com profundidade.

A Marca pessoal, o salário simbólico, a pedra rejeitada, o valor do labor justo e a invisível vigilância do Grande Arquiteto.

Te convido a ler não somente com os olhos, mas com o espírito desperto.

Lê com pausa, reflete com humildade.

Sublinhe, anote, leve perguntas às reuniões do seu Capítulo.

Faça desse livro um espelho, não um manual.

No Capítulo, tu não és mais Aprendiz, nem somente Mestre, tu és Irmão e em breve serás Companheiro.

Esta palavra, tão simples, carrega uma nobreza silenciosa.

Companheiro, ou Cum Panis, é aquele que *partilha o pão*, mas também aquele que *partilha o fardo*.

Aqui, todos são iguais e nenhum é maior do que aquele que serve com sinceridade.

Trabalharemos juntos para reconstruir o que foi destruído.

A cada sessão, seremos como os antigos obreiros, erguendo não somente colunas e abóbadas, mas pontes invisíveis entre o céu e a terra, entre a tradição e o agora, entre o que somos e o que podemos ser.

O Real Arco é somente um portal. Você é a chave!

Os Graus Crípticos, a Cavalaria e as Ordens complementares te aguardam não como conquistas, mas como etapas de um aprofundamento contínuo.

Mas, por agora, firma teus pés na pedra. Escolha sua Marca com consciência. Trabalha com retidão.

E Marca bem, como dizem os Irmãos anglo-saxões, cada gesto, cada palavra, cada silêncio.

A partir de hoje, tua jornada não é mais sobre subir degraus, mas sobre sustentar o Templo.



Torre Branca de São João Evangelista - 1.077 d.C.
Construída pelo Mestre de obras: Gundulf de Rochester.

"Gundulf foi mais do que um arquiteto normando; foi o elo entre a espiritualidade do claustro e a ciência dos construtores, entre a cruz do altar e o esquadro dos canteiros." George Fort

A Marca do Mestre

Antes que existissem atas encadernadas, rituais impressos ou regulamentos timbrados, já havia o traço. Discreto, silencioso e pessoal. E por isso mesmo, sagrado. Era a Marca deixada pelo pedreiro sobre a pedra, como quem afirma ao tempo e ao mundo. Não era ornamento, nem vaidade. Era identidade. Era alma cravada na matéria.

Essas Marcas, feitas com traços simples e geométricos, ainda repousam nas paredes da Abadia de Westminster, entre as colunas imponentes da Catedral de Canterbury, nos arcos esmaecidos da Abadia de Fountain e nos antigos registros da Loja de Edimburgo.

Cada símbolo inscrito fala mais do que mil palavras.

Como escreveu John Ruskin: *“Quando construímos, pensemos que construímos para sempre.”*

E de fato construíram.

A Catedral de Colônia, na Alemanha, iniciada em 1248 e concluída somente no século XIX, contém milhares dessas Marcas esculpidas nas pedras de suas paredes e abóbadas.

Pesquisadores como Arnold Tschira e Rolf Hövelmann identificaram mais de mil e quinhentos símbolos distintos, marcando não somente a autoria das peças, mas também o itinerário de trabalho dos diversos Mestres de Obras.

Estes, vindos de diferentes regiões da Europa e falando dialetos diversos, tinham na Marca a única linguagem comum entre si. Era uma gramática silenciosa, que unia o labor das mãos ao sopro do espírito.

Prática semelhante existia nas antigas corporações de ofício italianas. Em Veneza e Florença, os registros da chamada *“Arte dei Maestri Comacini”*, uma confraria de construtores lombardos, remontam ao século IX. Muitos dos Mestres dessa arte não eram identificados pelo nome, mas sim por sua Marca. O nome, diziam, é mortal. A Marca, não.

A Marca era assinatura e a sentença. Nela repousava o mérito, mas também o risco. Se a pedra estivesse bem talhada, o pagamento seria recebido com honra. Se mal cortada, o juízo vinha com igual firmeza.

Assim era o ofício, justo, sem espaço para dissimulações, pois o julgamento da pedra não é somente técnico, antes de tudo é um exame de consciência.

Não por acaso, cada Irmão preservava com zelo quase sagrado o direito de traçar sua Marca, como se fosse o brasão visível de sua alma invisível.

O Livro de Marcas, nas antigas Lojas Operativas, era objeto de reverência. A Loja de Aberdeen, já em 1670, possuía o seu. Suas páginas envelhecidas guardam nomes que o tempo tenta apagar, mas cujas Marcas ainda brilham como vestígios da alma que as traçou e que ainda se recusam a partir.

David Stevenson, ao estudar as origens da maçonaria escocesa, escreveu com lucidez: *“A Marca não era somente um sinal de trabalho. Era o elo entre a pedra e o espírito do pedreiro.”*

O historiador francês Georges Duby, ao investigar a iconografia românica, acrescenta com igual profundidade: *“O símbolo é mais durável que o nome, porque é menos pessoal e mais universal. As Marcas dos pedreiros sobrevivem aos reis, aos papas e aos cronistas.”*

Esse elo entre o visível e o invisível sobreviveu. Ele ressurge no Grau de Mestre de Marca, onde o Companheiro é convidado a escolher e inscrever solenemente a sua Marca pessoal. Não por ostentação, mas como um pacto silencioso com a retidão, a permanência e a verdade interior.

6	P atrick: Steinson: Measson	
7	I ohn: Recald: Measson and: Warden: of: our: Lodge:	
8	D avid: Murray: Measson	
9	I ohn: Caddell: Measson	
10	W illiam: Georg: Smith: and: Measson on: and: Maister: of: our: Lodge:	
11	J ames: Anderson: Clerk: and: Measson and: Warden: of: this: Lodge:	
12	I ohn: Montgomerie: Measson and: Warden: of: our: Lodge:	
13	T he: Earle: of: Findlater: Measson	
14	T he: Lord: Pitt: Sligo: Measson	
15	G eorge: Callender: Pirrige Macker: and: Measson:	
16	I ohn: Barnett: Measson	
17	M William: Frasser: minister: of: Slaines: and: Measson:	

Livro de Marcas da Loja Aberdeen de 1670

Esse gesto simbólico, que à primeira vista parece simples, é, na verdade, um compromisso com a constância moral. É um selo da integridade.

A Marca não pode ser alterada, é dessa forma que nos ensina o ritual, o homem que muda sua Marca abandona o que há de mais próprio em si.

No Brasil, essa tradição ganhou corpo através do Grande Livro de Marcas do Grande Capítulo de Maçons do Real Arco do Brasil.

Nenhum Irmão pode ascender ao Grau de Past Master sem ter sua Marca ali registrada. É como se a própria jornada exigisse esse testemunho silencioso, não do ego, mas do traço.

Com o tempo, a Marca atravessou oceanos e tomou novas formas. A partir de 1880, surgem os chamados Mark Tokens, pequenas moedas de Marca cunhadas em metais diversos. Muitas trazem inscrições em alfabeto maçônico. Outras aludem aos antigos shekels usados pelos hebreus.

Na Inglaterra, o Irmão Francis George Irwin foi um dos primeiros a criar modelos que hoje encantam não somente colecionadores, mas também estudiosos da simbologia ritual.

Nos Estados Unidos, os Chapter Pennies tornaram-se relíquias vivas dos Capítulos do Real Arco.

Alguns ostentam brasões de cidades. Outros gravam versos bíblicos ou imagens simbólicas.

Não se trata somente de peças belas. Essas moedas são fragmentos da jornada. Há quem diga, e o ritual silenciosamente consente, que um Irmão pode empenhar sua moeda como pedido de socorro. Pois quem carrega sua Marca carrega mais que um sinal. Carrega uma promessa.

Como escreveu o poeta Charles Péguy, em tom quase iniciático: *“O traço que o homem grava na pedra, ele o grava primeiro em sua alma.”*



O Triplo Tau

A Inglaterra é o berço de tradições, onde o Real Arco, ou no caso o Arco Real, floresceu tanto sob o cinzel dos pedreiros quanto sob a pena dos estudiosos.

É nesse solo ancestral, encharcado pelas chuvas do tempo e pelo suor dos construtores, que o símbolo do Triplo Tau encontrou expressão visível e força ritual.

Em Sussex, por exemplo, o Banner Central era usado durante a cerimônia de Exaltação ao Grau de Maçom do Real Arco, exibindo em destaque o Triplo Tau como supremo emblema do Grau, uma espécie de estrela silenciosa a brilhar no céu ritual.

Em Lancaster, os registros de um capítulo datado de 1838 relatam o uso do símbolo bordado sobre couro carmesim, servindo como selo protetor dos mistérios sagrados, como se sua presença ali garantisse que o que é sagrado fosse preservado das mãos estranhas.



A revista inglesa *The Square*, conhecida por zelar pela memória e pelo estudo da tradição maçônica, descreve o Triplo Tau como estando disposto num triângulo, este por sua vez circunscrito por um círculo, imagem que evoca, segundo os editores, a convergência entre pensamento, ação e fé, todos guardados pela eternidade.

A geometria se converte, aqui, em doutrina silenciosa.

O símbolo já era antigo, anterior mesmo à sua fixação maçônica, ele descende da cruz ansata egípcia, também conhecida como Ankh.

Para a escola esotérica, herdeira do rosacruzianismo e da cabala hermética, o Triplo Tau representava a regeneração espiritual e a união com o divino. Substituía a cruz tradicional por um emblema mais profundo, associado à metamorfose interior, à ascensão da alma e à fusão do homem com o eterno.

Antes da consolidação do alfabeto grego clássico, o Tau era, em muitas variantes antigas, a derradeira letra, um símbolo de fechamento e conclusão, presente nas inscrições e tradições que antecederam a uniformização helênica da escrita. Era associado à cruz de Tântalo, àquele que viu, mas não pôde tocar, e à Marca dos escolhidos. No Real Arco, sua triplicação não é mero ornamento, ela revela uma estrutura de união e mistério.

Como um selo oculto, o Triplo Tau parece estar impresso nos próprios alicerces da criação do Real Arco.

Após a união dos Modernos e dos Antigos em 1817, a forma hoje mais difundida do Triplo Tau passou a ser utilizada nas joias e insígnias dos Capítulos.

Com o tempo, o símbolo cruzou o oceano e encontrou eco nas Lojas Americanas. Em 1859, o General Grand Chapter of the United States of America, reunido em Chicago, adotou formalmente o Triplo Tau como insígnia oficial do Real Arco. Tal reconhecimento, no entanto, não fez senão formalizar uma devoção que já ardia no coração dos Irmãos americanos.

O símbolo figurava em aventais, Marcas de Grau e joias como uma centelha ancestral que sobrevive ao tempo e guia os que se entregam ao caminho da reconstrução espiritual.

Nos Estados Unidos, o Triplo Tau logo se converteu em ponto de intersecção entre a maçonaria e escolas de pensamento esotérico. Grupos ligados à Society of Rosicrucians e estudiosos da Qabalah adotaram-no como um dos principais emblemas de sua busca pela sabedoria oculta. Era, para eles, a Clavis ad Thesaurum “*Chave do Tesouro*”.



Nas palavras de um manuscrito do século XIX, possivelmente de origem rosacruziana: *“Triplex Tau plus est quam signum, est custos tacitus Camerae Velatae. In eo tres claves mundi nectuntur, Sapientia, Silentium et Propositum. Una, portam invisibilem ad Thesaurum Occultum aperiunt, sed tantum si Quaesitor scit nominare quod quaerit et agnoscere, in clavi, vocem propriae animae.”* Traduzindo: *“O Triplo Tau é mais que um sinal, é a sentinela silenciosa da Câmara Velada. Nele se entrelaçam as três chaves do mundo: Sabedoria, Silêncio e Propósito. Juntas, abrem a porta invisível que conduz ao Tesouro Oculto, mas só se o Buscador souber nomear o que procura e reconhecer, na chave, o eco de sua própria alma.”*

Há quem veja nele um acrônimo oculto, (T H) Templum Hierosolymæ, o Templo de Jerusalém.

Outros associam seus três braços às colunas invisíveis da Criação. E há ainda os que percebem ali um símbolo da Trindade Divina ou do tríplice mistério de Salomão, Hiram de Tiro e Hiram Abiff.

A geometria do Triplo Tau também nos oferece uma lição de exatidão espiritual. Ao entrelaçar três cruzeiros, formam-se exatamente oito ângulos retos, símbolo da Pureza Infinita. Formam também dois quadrados e totalizam 720º, equivalendo a dois círculos completos, um representando o Criador e outro a Criação, bem como demais dualidades cósmicas.

Como se, cifradamente, o símbolo contivesse as proporções ocultas do mundo e da alma.

No coração do Real Arco, o Triplo Tau marca os limites entre o conhecido e o revelado, entre o profano e o Iniciado.

É o emblema do que foi perdido e reencontrado, o nome que se oculta na câmara secreta e que somente se revela àqueles que aprenderam a descer, com reverência e coragem, aos subterrâneos de sua cripta.

Nas palavras de outro manuscrito: *"Septem leges, tres capitae, unus sensus"* - *"Sete leis, três cabeças, um só sentido."* Uma frase que parece refletir o mistério dos três Taus, três centros que irradiam uma única verdade.

Assim, da Inglaterra à América, o Triplo Tau nos acompanha como um chamado silencioso.

Ele nos convida a guardar o que é sagrado, a buscar com zelo o oculto, e viver com virtude o revelado.

Não é somente um sinal. É um pacto. Um convite à reconstrução do Templo interior onde, se o Irmão perseverar, encontrará enfim a Luz que não se apaga.

Os Cargos no Real Arco

(Texto do Companheiro Toni Luiz Haag)

“Tanto el catolicismo como la masonería contienen tradiciones que pueden denominarse ‘primordiales’ (o filosofía perene), y dichas culturas se relacionan también con el gnosticismo, la cábala, el budismo zen y el taoísmo, entre otros.”
Emilio J. Cobiére, 2004.

O GRANDE CONSELHO: É composto pelo Sumo Sacerdote, Rei e Escriba, que juntos formam a tríade de um Capítulo de Maçons do Real Arco. Cabe a eles a condução dos trabalhos, bem como a guarda dos Landmarks, dos rituais e das tradições da Ordem, assegurando sua fiel observância e transmissão. Representam, em unidade, a sabedoria, a autoridade e a memória da Instituição.



SUMO SACERDOTE: Em hebraico, *Kohen* (כֹּהֵן), é aquele que ministra os ofícios sagrados em nome do povo diante de Deus. Sua função é pública e reverente, interceder, abençoar, oferecer sacrifícios e preservar a santidade dos ritos divinos.

No Antigo Testamento, o sacerdócio não estava inicialmente restrito a uma linhagem específica. Antes da promulgação da Lei no Sinai, os primogênitos de cada família, bem como pais, príncipes e reis, exerciam o sacerdócio em suas próprias casas e cidades. A mediação entre o humano e o divino era então doméstica, tribal, descentralizada.

Moisés exerceu o ofício de mediador entre Deus e o povo de Israel aos pés do Monte Sinai, conduzindo-os durante a travessia do deserto após a saída do Egito.

Em determinado momento, antes da instituição formal do sacerdócio, Moisés ordenou que jovens dentre os filhos de Israel oferecessem holocaustos e sacrifícios pacíficos (Êxodo 24:5).

No entanto, foi somente posteriormente, após a escolha da Tribo de Levi para o serviço do Tabernáculo e a consagração da família de Aarão, que o sacerdócio foi definitivamente estabelecido.



HOTMESS TOTHE LORD

ROFE	RUDDE	TRCE	TROLET
MICE	IDRIDE	ROTY	TILEY
ROSSINI	YESSKO	EDDE	TESMID

A partir de então, o direito de oferecer sacrifícios e oblações a Deus passou a ser exclusivo dos sacerdotes descendentes de Aarão, enquanto os demais levitas exerciam funções auxiliares no culto.

O Sumo Sacerdote era o líder supremo de todas as atividades religiosas em Israel, e, com frequência, assumia também o papel de juiz nos casos mais complexos e solenes.

A ele era confiada, por designação divina, a prerrogativa de ser intérprete da vontade do Altíssimo, estando investido de paramentos sagrados que simbolizavam sua dignidade e autoridade.

Por meio do Éfode, do peitoral com o Urim e Tumim, e das vestes consagradas, o Sumo Sacerdote podia consultar a Deus sobre questões relevantes da nação, e era por esse meio que os segredos e acontecimentos futuros eram, por vezes, revelados.

O Sumo Sacerdote era, segundo a tradição levítica, o primeiro entre os quatro filhos varões de seu pai, sendo escolhido na linhagem de Aarão.

Tratava-se de um ofício sagrado que colocava o homem acima de qualquer honra mundana ou dever comum, inclusive sobre os ritos fúnebres.

Entre seus privilégios, estava o de adentrar o Santo dos Santos, e ainda assim, somente uma vez ao ano, no Dia da Expição (Yom Kippur), para interceder pelo povo e reparar, com sangue e incenso, os pecados de toda a nação.

A consagração de Aarão e de seus filhos, conduzida por Moisés no deserto, foi realizada com grande solenidade, unção e rito, conforme descrito minuciosamente no livro do Êxodo.

De Abraão com Sara nasceu Isaac; de Isaac com Rebeca nasceu Jacó; de Jacó e Raquel nasceram os 12 filhos que se tornaram depois as doze tribos de Israel: Rúben, Simeão, Levi, Judá, Issacar, Zabulon, José, Benjamim, Dã, Naftali, Gad e Aser.

É importante notar que o número 12, para os judeus, se tornou um importante símbolo de plenitude. Davi era descendente de Judá, a profetisa Ana era da tribo de Aser.

O vestuário do Sumo Sacerdote era símbolo visível de sua missão celeste.

Ele vestia uma túnica de linho fino, bordada com primor, que se estendia até os pés e tinha mangas que alcançavam os pulsos.

Sobre ela, era colocada uma túnica azul, como um manto real, adornada com romãs e sinos de ouro costurados ao redor da bainha, cujos sons anunciavam sua presença no Lugar Santo.

Por cima, o éfode, vestimenta típica dos sacerdotes hebreus, envolvia seu corpo em duas partes, uma à frente e outra nas costas, unidas nos ombros por fivelas de ouro com pedras preciosas, nas quais estavam gravados os nomes das doze tribos de Israel.

No centro do éfode, sobre o peito, repousava o Peitoral do Juízo (ḥōšēn mišpāṭ), quadrado e esplendoroso, com doze pedras preciosas dispostas em quatro fileiras, cada uma representando uma tribo. Era ali, entre aquelas pedras e sob o olhar do Altíssimo, que repousavam o Urim e o Tumim, instrumentos misteriosos por meio dos quais se utilizava para demonstrar a vontade de Deus.

Esse peitoral sagrado, em seu simbolismo e glória, encontra eco no avental ritual do Sumo Sacerdote representado nos Altos Graus do Real Arco, onde a memória e o mistério se entrelaçam numa cadeia iniciática que transcende o tempo.

O Sumo Sacerdote também usava um cinto confeccionado com fios de linho azul, púrpura, escarlate e ouro, enrolado duas vezes ao redor da cintura.

Logo acima dele, preso por duas correntes de ouro à parte superior do éfode, repousava o peitoral do juízo, feito do mesmo material que o manto, com cerca de trinta centímetros de lado. Na parte frontal desse peitoral, resplandeciam doze pedras preciosas, cada uma gravada com o nome de um dos filhos de Jacó.

Essas pedras eram cuidadosamente separadas por molduras de ouro, organizadas em três fileiras de quatro, formando um quadrado de brilho e memória tribal.

Na cabeça, o Sumo Sacerdote usava uma mitra feita de linho fino ou seda azul enrolada em camadas, à maneira dos antigos turbantes orientais. Na parte frontal, e em volta da base da mitra, havia uma lâmina de ouro puro, fixada por uma fita azul, chamada *“a sagrada lâmina da coroa”*. Gravada nela, em caracteres hebraicos, lia-se a solene inscrição: *“SANTIDADE AO SENHOR” (Kodesh La YHWH)*.

Essas vestimentas, no contexto dos Altos Graus do Real Arco, deveriam ser utilizadas pelos Sumos Sacerdotes do Capítulo em cada sessão solene.

Cada peça, além de sua beleza ritual, transmite lições profundas de ordem simbólica.

As cores dos mantos evocam virtudes que devem habitar o coração do Iniciado: o branco, a pureza; o escarlate, o zelo ardente; o púrpura, a união entre o terreno e o celeste; o azul, a esperança e a dependência de Deus; a inscrição dourada, por sua vez, expressa a dignidade daquele que representa o sagrado em meio ao povo.

O peitoral, com os nomes das doze tribos de Israel, recorda ao Sumo Sacerdote que ele deve carregar no peito, com zelo, responsabilidade e consciência, os destinos dos membros da Instituição que lhe foi confiada. A honra do Capítulo e o bem-estar de seus Companheiros devem estar continuamente diante de seu coração.

Os antigos sábios judeus viam nas vestimentas do Sumo Sacerdote reflexos da Criação.

O linho simbolizava a Terra; o azul, os céus; as romãs bordadas, os frutos da sabedoria; e os sinos de ouro, o som dos trovões, a voz de Deus entre as nuvens. O éfode representava os quatro elementos primordiais. No centro, o peitoral espelhava a Terra, suspensa no meio do universo. As pedras preciosas bordadas evocavam o Sol e a Lua. As doze gemas, os meses do ano e os signos do zodíaco.

A mitra azul era o próprio firmamento, coroando aquele que devia servir como ponte entre o humano e o divino.

Nos Estados Unidos, o Sumo Sacerdote é o primeiro oficial de um Capítulo de Maçons do Real Arco.

Ele representa o sumo sacerdote Josué, que, ao lado de seus Companheiros, Zorobabel, príncipe de Judá, e Ageu, o profeta e escriba, liderou a reconstrução do Segundo Templo de Jerusalém após o exílio babilônico. Essa representação litúrgica é mais que histórica, é um símbolo vivo da restauração espiritual do homem e da busca contínua pela Presença Divina entre os escombros da existência.

REI: Nos Capítulos de Maçons do Real Arco, o Rei ocupa o segundo posto na hierarquia oficial, representando Zorobabel, Príncipe de Judá, herdeiro direto da Casa de Davi e figura central no retorno do exílio e na reconstrução do Templo.

Sua presença evoca a realeza espiritual e a autoridade legítima, fundada na aliança de Davi e na fidelidade ao Deus de Israel.

Zorobabel, como se lê nos livros de Esdras, Ageu e Zacarias, não somente liderou o povo na reedificação do Templo, mas também simbolizou a esperança messiânica da restauração de Jerusalém.

No Capítulo, o cargo de Rei carrega essa dignidade sagrada, associando a liderança à promessa, e o poder à retidão.

Nas Lojas dos Graus anteriores, Mestre de Marca, Past Master e Mui Excelente Mestre, o Rei exerce as funções correspondentes ao Primeiro Vigilante, sendo responsável por auxiliar na condução dos trabalhos e por vigiar a Coluna do Norte, onde se firmam os fundamentos da perseverança, da reflexão e da força moral.

ESCRIBA: Entre os antigos hebreus, os Escribas ocupavam funções de elevada responsabilidade intelectual e jurídica. Havia escribas civis, encarregados dos registros administrativos, contratos, genealogias e documentos públicos; e escribas eclesiásticos, consagrados ao estudo, cópia, tradução e interpretação da Torá e dos Livros Sagrados. Eram homens versados nas Escrituras e guardiães da letra e do espírito da Lei.

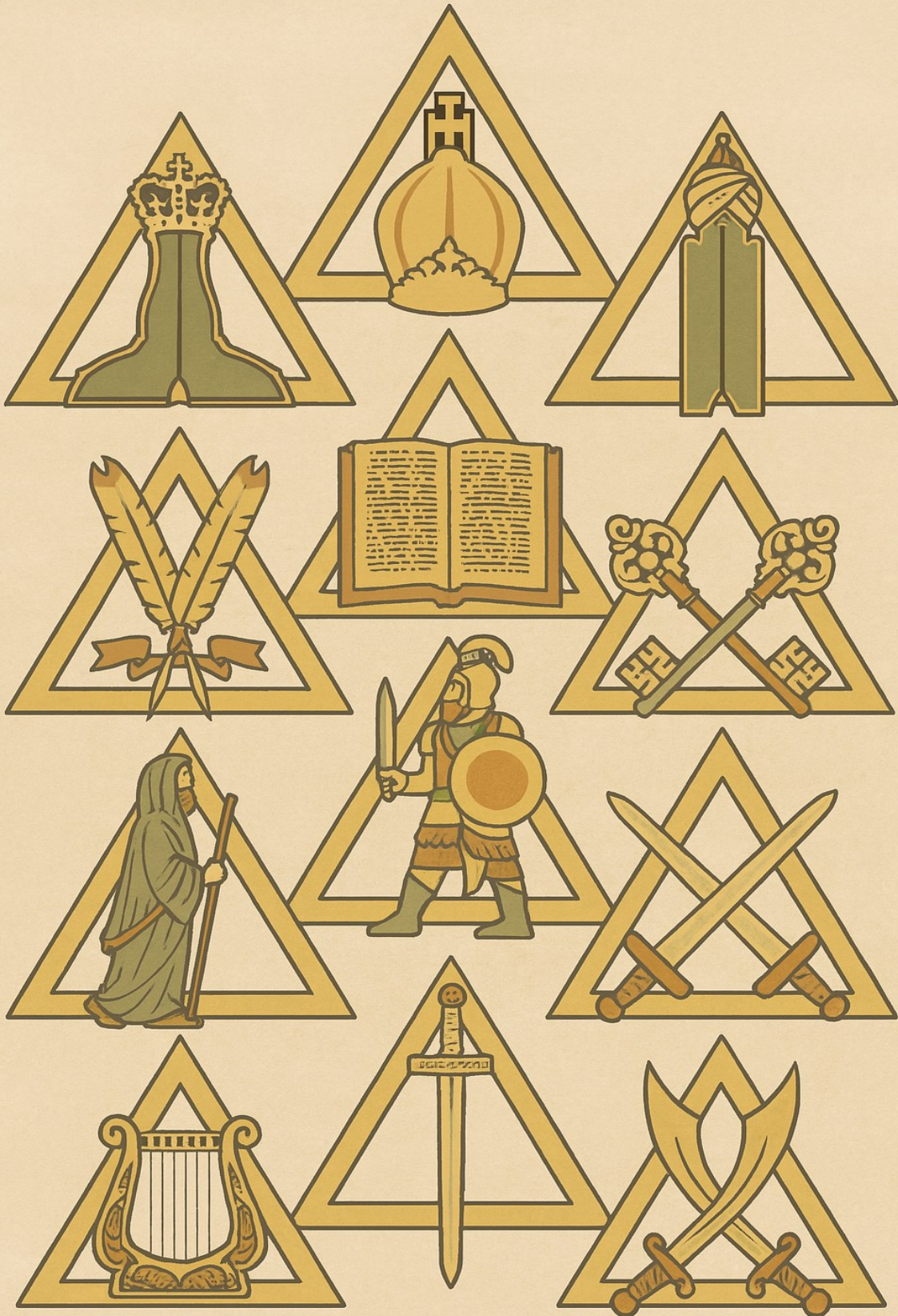
No simbolismo do Grau de Maçom do Real Arco, Ageu, o Escriba, representa essa linhagem de sábios. Ele ocupa um lugar essencial no Conselho do Capítulo, sendo tradicionalmente visto como o secretário do Rei, conselheiro prudente e voz da profecia entre os construtores. É por sua pena que se preserva a memória do Templo e por sua palavra que se interpretam os desígnios da reconstrução.

Nas Lojas dos Graus anteriores, Mestre de Marca, Past Master e Mui Excelente Mestre, o Escriba exerce as funções do Segundo Vigilante, responsável por zelar pela Coluna do Sul, símbolo da juventude, do entusiasmo e do aprendizado contínuo. Ali, ele acolhe os que chegam, instrui os que aspiram e observa os que se formam.

CAPITÃO DO EXÉRCITO: É o quarto oficial na hierarquia de um Capítulo de Maçons do Real Arco. Sua posição, simbólica e funcional, é à direita e à frente do Conselho, sinalizando sua prontidão, vigilância e autoridade em ação.

Desempenha funções análogas às de um Marechal nas Lojas simbólicas, sendo o oficial incumbido de manter a ordem, assegurar o bom andamento dos trabalhos e executar, com precisão e lealdade, as determinações emanadas do Conselho.

Ao Capitão do Exército cabe, sobretudo, a nobre responsabilidade de zelar pela integridade do Rito. É guardião dos Rituais, dos costumes antigos, das tradições consagradas e dos Landmarks da Maçonaria Capitular. Sua vigilância não é somente física, mas simbólica, ele representa a fidelidade ao espírito da Ordem, a retidão da conduta e o compromisso de preservar aquilo que nos foi legado pelos Antigos Companheiros.



PEREGRINO PRINCIPAL: Este oficial representa o líder de um grupo de judeus que permaneceu na Babilônia por algum tempo após a partida de Zorobabel com os primeiros exilados. Mais tarde, esses peregrinos tomaram também o caminho sagrado de retorno a Jerusalém, motivados pelo mesmo ideal de reconstrução do Templo e restauração da fé dos antigos. Sua figura é símbolo da perseverança espiritual e da segunda chance, daqueles que, embora tardiamente, ainda respondem ao chamado da obra divina.

No Capítulo de Maçons do Real Arco, o Peregrino Principal desempenha funções semelhantes às do Primeiro Diácono nas Lojas Simbólicas. Cabe-lhe auxiliar na ordem dos trabalhos, na recepção de visitantes, na verificação da disposição e acomodação dos Companheiros, além de transmitir as mensagens que circulam entre os Oficiais. Como um verdadeiro superintendente do Templo em reconstrução, ele age com discrição, zelo e atenção às necessidades de todos.

Sua indumentária é emblemática, veste um manto preto com bordas vermelhas, símbolo da jornada através da noite do exílio em direção à aurora da restauração. Na cabeça, porta uma boina estilizada, sinal de humildade e caminho. Empunha um bastão de peregrino, marca daqueles que não vivem estagnados, mas caminham em busca da Terra Prometida.

Sua joia é um triângulo com a figura de um peregrino gravada, recordando que a jornada interior é contínua e sagrada. Seu lugar no Capítulo é à esquerda, à frente do Conselho, onde observa, vigia e serve como testemunha dos que ainda caminham e dos que, em algum momento, retornarão.

CAPITÃO DO REAL ARCO: Representa o Capitão da Guarda Real, figura responsável pela segurança do acesso aos Véus Sagrados. Sua posição é de honra e vigilância, permanece postado diante do Conselho, à entrada do Terceiro Véu, última e mais interior das divisões simbólicas que conduzem ao Santo dos Santos do Capítulo.

Seu dever é, em essência, zelar pelo limiar da revelação. Ele examina os que se aproximam, anuncia aqueles que devem passar e resguarda os mistérios do Véu com firmeza e reverência. Em certos aspectos, sua função se assemelha à do Segundo Diácono nas Lojas Simbólicas, sendo ele também mensageiro, condutor e guardião de transições rituais.

Mais que um oficial de movimento, o Capitão do Real Arco é um sentinela espiritual, sua presença marca o ponto onde termina a jornada do mundo exterior e se inicia o caminho do interior, onde somente os que estiverem devidamente preparados podem penetrar.

MESTRES DOS VÉUS: São os oficiais responsáveis pelos Três Véus que guardam o caminho até o lugar mais sagrado do Capítulo. Representam, respectivamente, os Mestres do Terceiro, Segundo e Primeiro Véus, sendo cada um encarregado de interrogar, instruir e conduzir os Companheiros que buscam atravessar os portais do conhecimento e da revelação.

Sua função é zelar pela correta apresentação dos sinais, palavras e toques, permitindo somente que aqueles devidamente preparados avancem na jornada ritualística. Cada véu simboliza uma etapa da ascensão interior, e os Mestres ali postados são como guardiões da Verdade velada, que só se deixa revelar àqueles que buscam com sinceridade e mérito.

Esses oficiais correspondem, no Grau de Mestre de Marca, aos Supervisores, o Mestre Supervisor (3º Véu), o 1º Supervisor (2º Véu) e o 2º Supervisor (1º Véu), os quais exercem funções análogas de fiscalização e condução dos trabalhos no canteiro simbólico da Marca.

Nos Véus do Real Arco, porém, essa função assume um caráter ainda mais elevado, cada passo dado por um Companheiro rumo ao Sanctum Sanctorum é marcado por palavras sagradas, por cores simbólicas e por provas que testam sua prontidão espiritual.

TESOUREIRO: É o guardião dos recursos materiais do Capítulo, aquele a quem é confiado o zelo pelos bens temporais da Instituição.

É seu dever não somente conservar os fundos arrecadados, mas também recolher as taxas devidas pelos Companheiros, honrar os compromissos financeiros assumidos pelo Capítulo e manter registros precisos das entradas e saídas, promovendo a escrituração contábil com ordem, clareza e responsabilidade.

Sua função, embora administrativa, carrega alto valor simbólico, ele representa a prudência, a confiança e a fidelidade, virtudes indispensáveis àqueles que manejam aquilo que pertence à coletividade.

Sua joia é composta por duas chaves cruzadas num triângulo, símbolo eloquente de sua missão. As chaves representam o acesso ao cofre da prosperidade comum e o dever de mantê-lo selado contra o desperdício e o desvio; o triângulo evoca a trindade das obrigações morais: justiça, retidão e transparência.

O Tesoureiro não é somente o contabilista dos números, mas o guardião da confiança dos Companheiros.

SECRETÁRIO: É um dos mais importantes oficiais do Capítulo, pois sua função transcende a mera correspondência. Pertence-lhe o encargo de captar não somente as palavras, mas o espírito dos pronunciamentos e decisões proferidas em sessão, compondo atas concisas, fiéis e bem articuladas, que servirão de registro perene da memória do Capítulo.

O Secretário deve possuir profundo conhecimento dos trâmites, usos e costumes da Ordem, sendo ele quem guarda e organiza toda a documentação oficial, desde correspondências recebidas e expedidas até os registros das sessões, propostas, relatórios e decretos.

Sua joia é formada por duas penas cruzadas num triângulo, símbolo da sabedoria comunicativa, da precisão na linguagem e do equilíbrio entre forma e conteúdo.

As penas evocam a escrita inspirada; o triângulo, a tríplice missão da comunicação, informar com clareza, preservar com fidelidade e transmitir com discernimento.

O Secretário é, em última instância, o guardião do verbo registrado, aquele que transforma o efêmero da fala em permanência escrita.

CAPELÃO: É o guardião da espiritualidade do Capítulo, aquele cuja voz deve se elevar nas ocasiões solenes para invocar a presença do Altíssimo, rogar por sabedoria e conduzir os corações à reverência e à reflexão.

Sua função não é somente litúrgica, mas profundamente simbólica, ele representa o elo entre o visível e o invisível, entre o rito e o sagrado.

Deve estar presente às reuniões regulares e especiais, oferecendo orações, bênçãos e mensagens apropriadas, conforme os usos, costumes e Rituais estabelecidos para o Grau.

Sua palavra, quando proferida com sinceridade e consciência, atua como bálsamo, orientação e inspiração para os Companheiros reunidos.

Sua joia é composta por um livro aberto num triângulo, o livro representa a revelação, a sabedoria eterna e a fé; o triângulo, a tríplice natureza do homem espiritual: corpo, mente e alma voltados à luz. O Capelão, assim, é símbolo do verbo que edifica, da paz que consola e da lembrança constante de que o Templo visível é imagem do Templo Interior.

PAST SUMO SACERDOTE: Este é um título honorífico conferido a um Companheiro que tenha servido, com dedicação e honra, no ofício de Sumo Sacerdote por um período mínimo de um ano. Ao deixar o cargo, ele passa a ser reconhecido como Past Sumo Sacerdote, não somente como um título de precedência, mas como um testemunho da confiança e da estima de seus Companheiros.

As honras e prerrogativas ligadas a essa dignidade são celebradas numa assembleia solene denominada Ordem dos Sumos Sacerdotes, composta exclusivamente pelos Sumos Sacerdotes em exercício e por aqueles que os precederam.

Essa Ordem existe não como uma instância administrativa, mas como um círculo de honra, onde o laço de amor fraternal é fortalecido entre os que acenderam à mais alta posição do Capítulo, e assumiram a responsabilidade de preservar a inviolabilidade dos Landmarks da Ordem, bem como proteger, por meio de sua autoridade moral, a integridade e a honra da Instituição.

A joia distintiva do Past Sumo Sacerdote é uma lâmina de ouro na forma de um triângulo triplo, onde três triângulos equiláteros se entrelaçam. No centro do triângulo central está gravado o Tetragrama Sagrado, o Nome Inefável de Jeová, e, ao redor, em sua estrutura simbólica, figuram doze pedras preciosas, representando as doze tribos de Israel.

Essa joia não é somente um ornamento, é o selo de uma jornada, o emblema de uma missão cumprida e de um compromisso permanente com os princípios mais sublimes do Real Arco.



Os cargos foram conceituados por Robert Macoy (1815–1895), em seu livro: *“A Dictionary of Freemasonry”*, aqui livremente adaptado para a presente obra.

Toni Luiz Haag

Fundador e Past, Sumo Sacerdote do Capítulo Santo Graal n.º 22 de Maçons do Real Arco, Fundador e Past Ilustre Mestre do Conselho Santo Graal n.º 14 de Maçons Crípticos e Fundador e Comandante da Comanderia Santo Graal n.º 37 de Cavaleiros Templários.

The Royal Arch Standard

Segundo descreve o Irmão George McGown, Grande Instrutor do Capítulo do Estado de Nova York, na obra *The Royal Arch Standard*, publicada originalmente em 1904 e reeditada em 1912 pela Macoy Publishing:

Uma música, para nós, soa como uma poesia: “*Outro ciclo de seis dias termina; um novo sábado tem início; descansa, minha alma! Goza esse repouso, aproveita o dia que o Senhor abençoou. Em santidade passa o dia; em alegrias santas! Quão doce é o sábado, quando bem vivido, esperando por um que jamais terá fim.*”

Jamais rejeite apressadamente a petição de um Irmão digno.

Aquele que tem ouvidos, ouça. Marca bem as entradas da casa e vigia as saídas do santuário. Cada passo dado sob o olhar do Eterno deve estar alinhado ao compasso da Verdade. Nada passa despercebido diante d’Aquele que vela.

Aquilo que nada terreno concede, tampouco o mundo pode tirar, é o sol que brilha na alma, a chama secreta que aquece o coração dos justos.

É a alegria pura que brota da consciência tranquila e do labor honesto. Nenhum ouro a compra, nenhum tempo a corrompe.

No honroso caráter de um Mestre de Marca, recai a responsabilidade de manter-se firme, tanto na praça do mundo quanto no Templo de sua Consciência.

Que sua conduta seja sempre digna de ser medida pelo Esquadro do Grande Supervisor, e jamais se assemelhe à pedra tosca ou à obra mal concluída, sem arte nem propósito. Ele deve ser um obreiro completo, marcado não pela vaidade, mas pela integridade.

Paguem aos obreiros o seu salário, se algo lhes for devido. Não deixem que a fadiga dos justos clame por justiça em vão. A mão que trabalha merece a retribuição justa, e aquele que sustenta o fardo do dia deve receber o pão da dignidade.

Vós, que passastes pelo Esquadro, preparai-vos agora para as vossas recompensas. Uni o coração à mão, pois o trabalho sem alma é vão. Cada um leve em sua palma a Marca que o identifica, o sinal da fidelidade à Arte e à Verdade. Marchai com os justos e verdadeiros. A ordem foi dada, vossos salários vos pertencem por direito e mérito.

A Pedra Chave (Keystone) do Grau de Marca é o dever que não se move com o vento das paixões, nem cede ao peso dos interesses. É filha severa da voz de Deus, e quem por ela é guiado encontra firmeza mesmo quando as colunas tremem. É o dever, e não o desejo, que mantém de pé as construções eternas.

Não vivemos somente para respirar, mas para agir. A vida não é refúgio, mas tarefa. Que cada um faça com zelo tudo quanto suas mãos encontrarem para fazer. Pois a obra que repousa inacabada será contada contra nós no fim do dia.

O cinzel e o malho nos falam ao coração, não foste chamado para o repouso nas praças, nem para a sombra das palmeiras, e sim para trabalhar “*enquanto é dia*”, pois a noite virá, e com ela cessará o ofício.

A vida não nos foi dada como posse egoísta, mas como missão a ser cumprida com esmero e responsabilidade.

Este Grau nos ensina que a honestidade no labor é sagrada. Que nenhum obreiro solicite o que não mereceu, nem deixe de entregar o que prometeu. Que suas mãos tragam as marcas do esforço, seja sob o calor abrasador do meio-dia, seja sob a brisa suave do entardecer. O suor do rosto é a verdadeira unção do iniciado.

Mas também somos advertidos, há um Olho que tudo vê, e que contempla não só o gesto, mas a intenção.

E se porventura tropeçarmos no caminho, que sejamos revigorados pela promessa de recompensa aos que perseveraram com fidelidade.

E assim, ao cair da noite, quando o sol já repousar sobre as colinas do ocidente e os instrumentos forem recolhidos, ouvir-se-á uma voz que dirá: *“Chamem os trabalhadores e paguem-lhes o que lhes é devido.* E haverá júbilo no coração dos justos.

Então, cada língua proclamará, com gratidão sincera, quão generosa foi a recompensa! Não somente pelo que se fez, mas pelo que se desejou fazer com retidão, pois o verdadeiro propósito da Maçonaria não é outro senão a busca pela Verdade.

E aquele que a procura com sinceridade, ainda que tropece, ainda que caia, será elevado, pois o esforço puro é já um testemunho do espírito.

E assim, entre pedras e estrelas, entre suor e esperança, cada Mestre de Marca aprende que o verdadeiro salário é o crescimento interior, a retidão selada na alma e a certeza de que sua Marca permanece, mesmo quando seus passos se findarem.





A Jornada pelo Grau

Deixemos, por ora, as lições simbólicas já exploradas nos Graus do Rito de York repousarem na memória como fundamentos sólidos.

Sigamos adiante, adentrando uma esfera mais elevada da Arte, onde o trabalho adquire contornos mais sutis e o silêncio das pedras fala com mais eloquência que mil palavras.

Voltaremos o olhar àqueles Irmãos do passado que, com gesto deliberado e alma plena de propósito, inscreveram suas Marcas na pedra, não procurando a glória, mas como selo de ofício e testemunho de sua responsabilidade perante o tempo.

Assim também será conosco, cada um deixará sua própria Marca, não em pedra bruta, mas nas consciências, nas memórias e nos registros invisíveis da eternidade.

Refletiremos sobre a pedra rejeitada que, por fim, se tornou a Pedra Chave (Keystone), alusão direta à transformação, à redenção e ao reconhecimento espiritual.

Os salários eram pagos, não como recompensa automática, mas como métrica justa de um trabalho honesto, digno e completo.

Um salário é uma recompensa pelo esforço e não um direito adquirido, seremos conduzidos a uma das mais nobres lições do Real Arco, a igualdade entre os homens diante do Eterno.

A marcha, traçada com os pés, traduz o equilíbrio exigido de todo Mestre de Marca. Cada passo evoca precisão e disciplina, virtudes do obreiro que talha não só a pedra, mas a si.

Como afirmou Albert Pike, *“o maçom trabalha não somente para o Templo Material, mas para o Templo eterno de sua alma”*.

A saudação se apresenta com o braço estendido à frente, como quem segura uma pedra de faces perpendiculares, simbolizando a retidão.

A pedra é o símbolo do ofício bem feito, da firmeza moral.

Sua posição perpendicular ecoa o chamado à integridade espiritual, à moralidade viva.

Ao simular o lançamento de uma pedra, o Mestre demonstra desapego.

Não somente em relação à obra que oferece, mas também em relação àquilo que, por não servir à Grande Obra de sua vida, há de ser relegado ao esquecimento.

O gesto carrega a consciência de que nem toda pedra é aproveitável, e que parte da verdadeira sabedoria está em saber lançar fora o que não edifica.

O sinal penal indica prontidão e vigilância. Simboliza o dever de escutar antes de agir. Mas há, nesse gesto, um alerta mais profundo, a surdez simbólica para a Verdade.

A sabedoria, quando rejeitada, converte-se em ruína.

O Mestre é, portanto, chamado à abertura da mente para não perecer espiritualmente.

O Sinal Penal é um movimento que simboliza a passagem da contemplação para a ação justa.

A autoridade invocada em nome do dever.

Expressa-se a união entre força e equidade. O ouvir e o calar, pois o juízo deve ser firme, mas nunca cego.

O gesto de receber salário é mais do que um ritual de pagamento. Ele relembra as colunas que sustentam o Templo.

O receptáculo da justiça se apresenta, como dizia um antigo aforismo: *"Non sibi sed labori"*. Não para si, mas para o labor."

O nome de um antigo Porto é o emblema da Passagem segura, que gera um controle em nossa mente do que deve passar por ela e o que deve ser impedido de desembarcar.

O Toque Fiel lembra do primeiro presidente americano e Maçom, George Washington.

O emblema MW, *"Memory Washington"*, fala da Marca que ele deixou no coração de uma nação, e é um convite à introspecção e à responsabilidade moral.

Prometo que escolherei para mim uma Marca, e que, após registrada, jamais a alterarei.

Essa promessa ecoa como voto de integridade.

A Marca é o reflexo de quem se é, das ações, decisões e compromissos. Se houver falha, não me omitirei; se houver mérito, não me vangloriarei.

Todo Mestre de Marca, em momento de necessidade, pode solicitar auxílio a um Irmão, entregando-lhe sua moeda com a sua Marca.

Ela funciona como um penhor, seja de um valor monetário, seja de uma necessidade.

Caso o Irmão não possa reter a Marca e fornecer o valor solicitado ou atender à necessidade, deverá devolvê-la com o preço equivalente a meio siclo judeu de prata.

E se, porventura, eu empenhar minha Marca em penhor, não a reutilizarei até que tenha saldado plenamente a dívida anterior. Tal é a ética que rege a confiança entre Mestres de Marca.

O valor nominal de meio siclo judeu de prata (5,75 gramas), atualmente, seria em torno de 5 dólares, R\$ 27,00 (05/07/2025), com base no preço da prata.

No entanto, o valor mais aproximado, considerando o poder de compra do meio siclo na época e em comparação com a economia atual, seria de aproximadamente U\$ 50,00, ou seja, R\$ 270,00 - (05/07/2025).

Você apresentou a pedra chave, símbolo de perfeição, aos supervisores.

Mas, por não compreenderem seu valor, ela foi lançada aos escombros. Você buscou receber seu salário, mas ainda não havia trabalhado, e por isso não o merecia.

O Grau está profundamente ligado à pedra-chave, não somente como elemento arquitetônico, mas como símbolo moral.

É sobre essa pedra que repousa nossa jornada, onde se aprende o valor do trabalho coletivo e da fidelidade à palavra proferida.

Sua caminhada teve início, mas jamais terá fim. Em seu coração sempre estará sua marca e ela ficará por toda a vida gravada em suas ações e realizações e será repassada aos seus descendentes.

Assim como muitos dizem ser eternos aprendizes, você também será eternamente um Mestre de Marca, mesmo carregando o manto sagrado dos Sábios Cavaleiros de Cristo.

Por onde você passar, a sua marca lhe acompanhará!

Avançaremos a Past Master e, ao chegar ao Grau de Mui Excelente Mestre, o Templo será finalmente terminado e consagrado.

No Grau de Maçom do Real Arco, a palavra perdida será reencontrada.

Após isso, os Graus Crípticos e as Ordens de Cavalaria aguardam.

São caminhos que não se impõem, mas se oferecem àqueles que desejam avançar.

“Ouçam com o coração desperto. Há portas abertas no limiar do invisível.

O caminho é antigo.

Desperta, coração de homem, pois tua hora é chegada.

Vai, peregrino.

Somente caminha.

O caminho não exige perfeição, somente coragem para dar o próximo passo.”



Introdução

Antes de falarmos do Grau de Mestre de Marca, permitam-me conduzi-los por uma jornada anterior à própria história registrada, onde não havia ainda escrita, mas já havia Marcas.

Onde há consciência, há identidade e há a necessidade de deixar sinal de sua passagem.

Mesmo antes do verbo, já existia o gesto; e antes do nome, já havia o risco na pedra.

É da natureza humana desejar ser lembrado, não somente por existir, mas por tocar o mundo com alguma intenção.

Nas profundezas úmidas e silenciosas das cavernas de Chauvet, Altamira ou Lascaux, encontram-se mãos impressas, figuras de bisões, cervos e cenas que sugerem rituais, tudo traçado com fuligem, ocre e, possivelmente, sangue.

Essas imagens não eram somente expressões artísticas, eram registros de identidade espiritual.

A Marca da mão em negativo não é mero ornamento, é afirmação de presença e de continuidade.

Jean Clottes, arqueólogo francês especialista em arte rupestre, afirma: *“Para aqueles homens, pintar era uma forma de contato com o invisível, uma forma de magia, de marcar o mundo para além da morte.”*

Esses primeiros artistas, ao pintarem suas mãos, não somente diziam *“eu estou aqui”*, mas *“eu continuo”*, *“eu pertencço”*.

Mesmo antes das grandiosas pirâmides do Nilo, os povos do crescente fértil, os habitantes da Suméria, da Anatólia e da Ilha de Malta já gravavam símbolos em pedras.

O complexo de Göbekli Tepe, na atual Turquia, datado de cerca de 9.500 a.C., exhibe pedras esculpidas com relevos de animais, formas geométricas e marcas rituais. É um santuário feito muito antes da agricultura, mostrando que a Marca antecede a utilidade.

O pesquisador Klaus Schmidt, responsável pelas escavações, disse: *“Ali onde pensávamos encontrar somente caça e coleta, encontramos Templo, arquitetura e símbolos, porque o símbolo é anterior ao pão.”*

No Egito, cada bloco usado para construir as pirâmides era inspecionado e marcado por equipes de operários. Símbolos, números e hieróglifos eram gravados em locais ocultos da estrutura, deixando claro quem os cortou, onde seriam colocados e, principalmente, sob que comando se deu o trabalho.

As Marcas eram sinais de responsabilidade, orgulho e pertencimento. Lehner, egiptólogo, revela que: *“Até mesmo sob os blocos da pirâmide de Quéops encontramos inscrições de equipes como ‘Os Amigos de Khufu’ – indicando que não eram escravos e sim corporações de construtores.*

Os gregos, ao erguerem templos como o de Delfos ou o Partenon, marcavam cada pedra com códigos que indicavam sua posição exata na estrutura, não por estética, mas por ordem e simetria. Os romanos, mestres da engenharia, expandiram esse uso em aquedutos, estradas e fortalezas. Os legionários-pedreiros deixavam Marcas com iniciais de suas legiões, datas e até orações gravadas nas pedras.

O arqueólogo Adam Ziółkowski comenta: *“As Marcas em pedras romanas são uma espécie de assinatura da eternidade, dizem quem, quando e por que se construiu.”*



Na Idade Média, as catedrais erguidas na França e na Inglaterra exibem Marcas inconfundíveis dos pedreiros livres. São traços geométricos, símbolos astrais, letras rúnicas ou signos pessoais. Em York, Chartres ou Canterbury, cada Marca é um testemunho da linhagem de ofício. Elas não só orientavam a colocação das pedras, mas também identificavam seus autores, muitas vezes repetidas em diferentes edifícios por todo o reino. Essas Marcas funcionavam como selos de responsabilidade moral e técnica. Eram, ao mesmo tempo, um gesto de fé e um pacto silencioso entre o homem, a pedra e o divino. David Harrison, ao estudar essas Marcas, afirma: *“Mais do que Marcas funcionais, eram declarações de alma. Os maçons sabiam que seu trabalho sobreviveria a seus nomes.”*

Com o renascimento maçônico nos EUA, os Mestres de Marca criaram um sistema próprio de identificação simbólica, onde cada obreiro recebia uma Marca pessoal gravada em uma moeda ritualística.

Essas Marcas deixavam de ser somente utilitárias, tornavam-se espirituais, representações do eu interior.

Durante o século XIX, em plena expansão das Lojas do Rito de York, tornou-se comum que cada Mestre de Marca desenhasse sua Marca com elementos cabalísticos, bíblicos ou geométricos, expressando algo de sua alma.



Muitas dessas Marcas permanecem registradas em catálogos das Grandes Lojas ou gravadas em pedras de antigos templos construídos por maçons pioneiros nas fronteiras do Oeste.

Elas formam um verdadeiro alfabeto da identidade maçônica norte-americana, onde cada sinal é um símbolo de compromisso eterno.

Como escreveu Charles W. Moore, em 1853, na *Freemasons' Monthly Magazine*: *“A Marca é a assinatura simbólica do caráter, gravada não para o mundo ver, mas para os Irmãos reconhecerem.”*

No Brasil, especialmente em construções dos séculos XIX e XX, a pedra não é muda. Se olharmos com o olhar paciente do iniciado, encontraremos símbolos lapidados à mão nas fachadas, nos umbrais e nos alicerces de antigos edifícios. No Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre, ainda é possível identificar essas Marcas, discretas, mas obstinadas em permanecer.

São sinais que não foram feitos para o mundo, mas para os Irmãos. Linhas, traços, ângulos, pequenas letras, estrelas de cinco pontas, esquadros gravados como quem sabe que o tempo pode apagar a tinta, mas hesita diante do cinzel.

Essas Marcas resistiram a muito mais que o tempo. Sobreviveram à mudança de estilos arquitetônicos, às reformas que apagaram afrescos, à secularização dos espaços e até às perseguições políticas que, por vezes, rondaram a história da maçonaria brasileira.

O historiador Ricardo Salles, estudioso da arquitetura simbólica no Brasil, observa com precisão: *“As Marcas nos edifícios são tão discretas quanto resilientes. Revelam uma irmandade silenciosa que se comunica por símbolos.”*

Essas inscrições não constam nos catálogos turísticos. Não há placas explicativas para decifrá-las. São Marcas destinadas aos que sabem ver.



Esquadro e Compasso - Palácio Cruz e Souza – Florianópolis

Aventura Simbólica

É aqui, Irmão, que iniciamos nossa jornada pela Arte de deixar Marcas, pois, neste Grau tão profundamente simbólico quanto antigo, o obreiro não somente constrói, mas se apresenta. Não somente talha, mas se revela.

As Marcas examinadas durante o ritual são julgadas, avaliadas, recebidas ou rejeitadas. E cada gesto do Candidato, desde o momento em que traz a pedra até a inspeção pelos Supervisores, é um eco dessa longa tradição da humanidade em deixar sinais de sua alma.

Ao apresentar sua pedra, o Irmão não entrega somente matéria, entrega intenção. E ao gravar sua Marca, assume perante os céus e os homens que não trabalha por vaidade, mas por consciência.

Como nos rituais extraídos das imagens que nos servem de base, onde o irmão balança a pedra, aplica-a ao esquadro e recebe a sentença: *“Trabalho bom, trabalho fiel...”*, assim também é o espírito deste Grau. Uma metáfora da vida, onde nem todas as formas são perfeitas, mas algumas, mesmo fora do esquadro, são belas demais para serem descartadas.

E assim, entre Marcas ocultas e sinais discretos em nossos próprios corações, vamos, passo a passo, nos aproximando da verdadeira obra.

Aquela que, ao final, deixará a única Marca que importa, a que não se apaga.

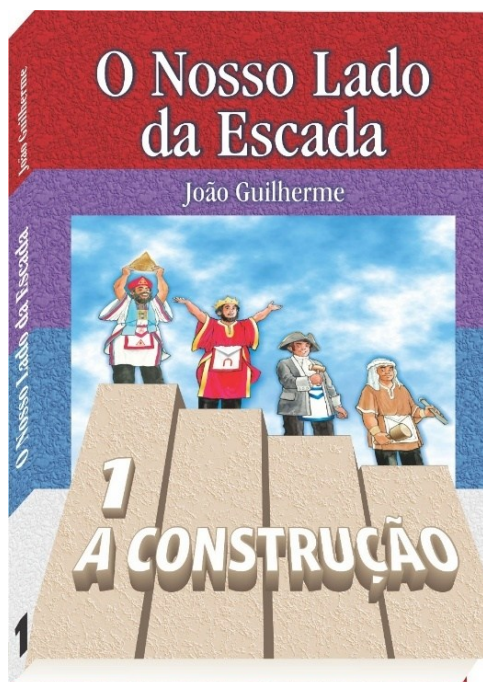


“A Obra não é a construção de Templos de pedra, mas do Templo interior, o Templo do espírito, onde cada Marca é uma afirmação da alma.” W.L. Wilmshurst

O Início

Este livro, embora nasça do fascínio pelas Marcas dos tempos antigos, não se restringe a uma jornada histórica.

Seu propósito maior é ser útil ao Irmão iniciado no Grau de Mestre de Marca, que, ao cruzar o umbral, conquistou o direito e o dever de deixar sua Marca no Templo.



**Como bem expressou o
Iluminado Irmão:**

João Guilherme.

**Esta é a trilha para os que
escolheram subir,**

O Nosso Lado da Escada.

Não vou revelar aqui aquilo que só pode ser vivido através do Adiantamento a Mestre de Marca.

Nenhum papel consegue conter o que somente a alma, em silêncio, pode verdadeiramente absorver.

Cada símbolo apresentado, cada palavra comentada, cada gesto ritual aqui delineado será tratado como se estivéssemos diante de um vitral, veremos a forma, as cores, os contornos e os reflexos, mas a luz verdadeira, essa, só se revela a quem estiver no interior da catedral.

E não vamos entrar, porque só os Mestres de Marca em suas iniciações atravessam esse umbral.

Historicamente, e permitam-me um breve recuo no tempo, fui recebido no Grau de Mestre de Marca no ano de 2005, em um Templo de pedra, erguido entre o mar e as montanhas, em Jurerê, Florianópolis.

Recordo que o grau foi apresentado por meio de uma sequência de atos e símbolos que, à época, me fascinaram profundamente, embora eu não tenha conseguido compreender sequer dez por cento do que me era ofertado.

Vieram os anos. Vieram os rituais. Vieram as iniciações para outros Irmãos.

E a grandiosidade do Grau começou a tomar forma, não como teoria, mas como vivência.

Ao final, com o amadurecimento da prática, a experiência foi enriquecida, fazendo jus à sua dignidade e à beleza simbólica.

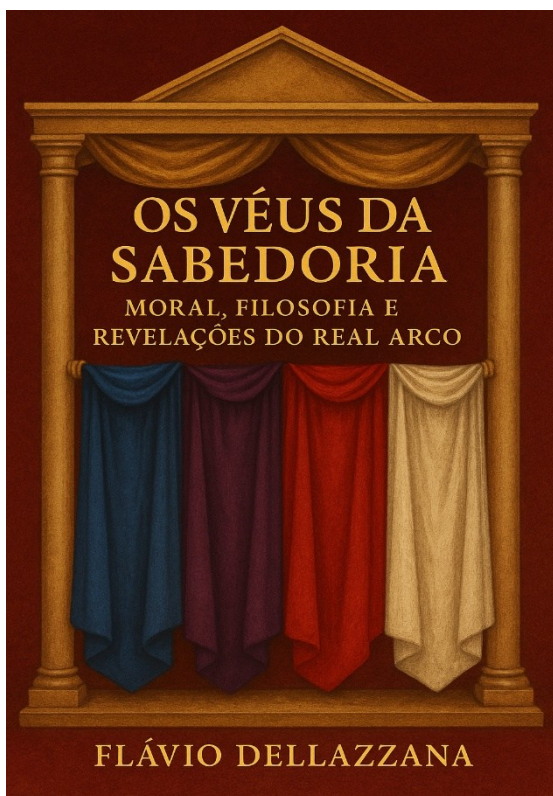
E os Irmãos foram recebidos.

Acolhidos por um Companheiro experiente, que os conduziu a um espaço reservado à reflexão. Ali, partilhou com eles a história do Grau, seus mistérios e o significado profundo da ritualística que estariam prestes a vivenciar.

Após esse momento introdutório, foram paramentados e convidados a apresentar provas de suas habilidades, revelando as Marcas que os identificam como obreiros conscientes. E assim iniciou-se a Cerimônia de Mestre de Marca.

Não me deterei aqui na descrição detalhada do ritual em si. Para isso, basta consultar o texto ritualístico ou presenciar uma sessão de adiantamento neste Grau, o que permitirá absorver os seus significados internos e compreender a mecânica simbólica da cerimônia.

Tampouco abordarei os aspectos místicos, filosóficos e morais do Grau, temas que exigem outra abordagem, mais profunda e contemplativa.



Aos que anseiam transpor os véus e adentrar aos mistérios ocultos do Real Arco, recomendo a leitura da minha obra:

Os Véus da Sabedoria.

Onde tais questões são abordadas com o devido rigor simbólico e reverência.

A Pedra

Antes de falarmos da Marca, é preciso evocar a pedra.

Hoje, com um gesto rápido, traçamos um símbolo num papel ou estampamos nossa Marca em um cartão de visitas.

É simples. Mas, durante milênios, marcar algo era um ato solene, e exigia não somente intenção, mas também um receptáculo digno.

As Marcas precisavam de um suporte que resistisse ao tempo, e nem sempre a madeira, embora facilmente gravável, conseguia suportar o peso da memória.

O tempo a consome, o fogo a reduz, a umidade a desfaz.

Foi assim que a pedra, silenciosa, sólida, quase eterna, se tornou a prancheta sagrada dos antigos.

Era nela que os sinais eram cravados, não com leveza, mas com esforço e permanência. Ainda assim, não se tratava de qualquer pedra, nem tampouco de qualquer maneira. Havia critérios e rituais.

A escolha da pedra era um ato de discernimento. A forma de gravá-la, um gesto de maestria. Porque, para uma Marca ter valor, o que a recebe também deve ser digno.

Antes mesmo da cinzelada do Mestre ou da régua do arquiteto, vieram as Marcas primitivas.

Muitas se perderam, lavadas pela chuva, corroídas pelo vento, apagadas pela exposição direta ao tempo.

Outras, no entanto, permanecem. E é sobre elas que devemos refletir.

As que resistiram ao esquecimento o fizeram não só pela força do símbolo, mas pela natureza da pedra que as acolheu.

Cavernas profundas, com baixa exposição ao oxigênio, à umidade e à luz solar direta, funcionaram como criptas naturais.

Rochas como calcário, arenito duro e basalto tornaram-se receptáculos silenciosos que resguardaram a memória humana.

E há um mistério nisso, porque, mesmo antes de sabermos esculpir, já sabíamos escolher onde deixar a nossa Marca.

Não eram somente desenhos, eram inscrições feitas com intenção, e em matéria que pudesse durar.

Não era sobre facilidade, mas sobre permanência.

Gravava-se no que era sólido, porque o que é sagrado não pode ser efêmero.

E assim, desde os abrigos rochosos da Patagônia às galerias profundas de Altamira e Lascaux, a pedra tornou-se cúmplice da alma humana.

Aprendemos que certas pedras escutam melhor o gesto do espírito do que outras.

Entre os anos de 15.000 a.C. e 10.000 a.C., a humanidade deu um passo silencioso e grandioso, deixou de somente caçar e pintar cavernas para construir lugares onde pudesse permanecer.

Nasciam os primeiros assentamentos permanentes, não ainda as cidades como as conhecemos, mas algo que apontava nessa direção.

E, mais uma vez, a pedra estava lá.

Neste período de transição para o Neolítico, a pedra deixou de ser somente suporte para Marcas e passou a ser fundamento, literal e simbólico, da permanência humana.

O que antes era abrigo improvisado tornou-se morada; o que antes era trilha, tornou-se muralha.

Não se utilizava qualquer pedra, nem de qualquer modo.

As escolhas obedecem a uma sabedoria ancestral, instintiva talvez, mas eficaz.

Para as fundações dos primeiros recintos, usava-se o basalto ou o granito, pedras densas, quase imutáveis, que resistem ao tempo e ao fogo.

Para erguer muros ou delimitar espaços cerimoniais, preferia-se o calcário ou o arenito, mais fáceis de modelar com ferramentas rudimentares, mas ainda assim resistentes à erosão.

E havia ainda outra função, mais elevada e silenciosa, as pedras escolhidas para receber inscrições, símbolos ou Marcas.

Estas, geralmente planas, de superfície firme e homogênea, eram selecionadas não somente pela textura, mas pela capacidade de reter a memória.

As Marcas gravadas nesses blocos não eram somente decorativas, eram declarações, pactos, registros, selos de presença.

A escolha do tipo de rocha era feita com precisão, rochas vulcânicas endurecidas ou calcários bem compactos eram preferidos pela sua durabilidade e clareza ao entalhe.

Em um mundo onde nada era garantido, onde o vento apagava rastros e o tempo corroía tudo, marcar uma pedra era um ato de rebeldia contra o esquecimento.

Assim, neste período, o ser humano não somente viveu sobre a pedra, ele começou a erguer a sua história sobre ela.

Os primeiros santuários megalíticos, os muros cerimoniais, os espaços delimitados para os mortos e para os deuses, todos eles traziam Marcas, tanto físicas quanto espirituais, de uma humanidade que descobria, com espanto e reverência, que construir era mais do que empilhar rochas, era perpetuar significados.

A pedra não era só matéria. Era também intenção. Era onde o espírito decidia permanecer.

Entre as mais antigas cidades conhecidas da humanidade, Jericó, situada nas planícies áridas próximas ao rio Jordão, já existia por volta de 9.000 a.C.

E mesmo ali, onde tudo era começo, a pedra já era fundamento.

Jericó não começou com tendas ou palha. Começou com muros. E esses muros não eram pequenos. Eram muralhas de até cinco metros de altura, erguidas com blocos de pedra cuidadosamente dispostos, sobre uma base de rochas cimentadas com barro.

Era uma arquitetura austera, mas firme. Era um grito silencioso de permanência no mundo.



Nenhuma civilização elevou a pedra a um Grau tão alto de sacralidade, engenho e permanência como o Antigo Egito.

A pedra não era somente um recurso, era uma linguagem, uma tecnologia espiritual, uma assinatura de eternidade. A areia cobria os séculos, mas as pedras, não. Elas permaneciam.

Desde os tempos mais remotos da Primeira Dinastia, por volta de 3.150 a.C., os egípcios compreenderam que construir em pedra era desafiar a morte.

Os túmulos em mastabas deram lugar às pirâmides, e estas não eram somente tumbas monumentais, mas verdadeiras máquinas simbólicas, moldadas com rigor matemático, orientação celeste e intenção esotérica.

O granito vermelho de Assuã, extremamente duro e resistente, era reservado para os elementos mais sagrados, câmaras internas, sarcófagos e obeliscos, como se somente a pedra mais difícil pudesse conter a essência mais elevada.

Pedras de calcário, granito e alabastro eram extraídas com precisão e transportadas com engenhosidade. O calcário branco cobria a pirâmide de Quéops, refletindo a luz solar como um farol para os deuses.

Mais do que blocos superpostos, aquelas construções eram sentenças de pedra. Cada corte, cada encaixe, cada inscrição hieroglífica era uma tentativa de eternizar ideias. Escrever sobre papiro era útil; gravar na pedra era eterno.

Os Templos de Karnak, Luxor, Edfu todos foram erigidos com colunatas, paredes e tetos de pedra, formando verdadeiros corredores de iniciação, onde a luz solar percorria trajetos fixos ao longo do ano.

Nenhum outro templo exprime com tamanha força o espírito de eternidade como o Templo de Karnak.

Ali, onde a terra pulsa com o sagrado, encontra-se a Grande Sala Hipostila, uma floresta de colunas monumentais que sustentam até hoje o céu de pedra do Antigo Egito. São 134 colunas, distribuídas em 16 fileiras. Essas colunas, além de sustentarem o teto, são testemunhas silenciosas de 3 milênios de fé, poder e guerra.

As colunas, paredes e arquitraves do templo estão profusamente cobertas por hieróglifos, baixos-relevos e cenas cerimoniais e militares; cerimônias de oferenda, procissões, entronizações divinas. O faraó aparece oferecendo vinho, incenso, flores e pão aos deuses, especialmente a Amon, a quem o templo é consagrado.



As inscrições, com espantosa nitidez, sobrevivem até hoje, desafiando vento, sol e as areias do deserto.

Mais do que um templo, Karnak é uma biblioteca esculpida em arenito.

Cada coluna é uma página, cada capitel uma assinatura, cada friso um parágrafo sagrado. E, ao contrário dos papiros, que o tempo leva, as colunas permanecem, não somente como ruína, mas como testemunho do que o ser humano é capaz quando trabalha sob a inspiração do divino.

A pedra era moldada, mas também guiava. Ela revelava os ciclos, os deuses, o cosmos. Era Templo e texto ao mesmo tempo.

Até os deuses eram esculpidos na pedra. Havia proporções, cânones, uma gramática do sagrado.

O relevo profundo das inscrições preservava os traços dos hieróglifos mesmo após milênios.

E aqui cabe um detalhe importante, o que chamamos de escrita egípcia não era somente representação fonética, era para eles magia.

Gravar um nome em pedra era perpetuar sua essência.

Por isso, raspava-se o nome dos hereges. Apagar uma Marca de Pedra era condenar uma alma ao esquecimento.

No Egito, aprendemos que a pedra pode ser mais do que estrutura, ela pode ser veículo de alma.

Assim, os antigos egípcios nos deixaram mais do que monumentos, deixaram ensinamentos.

Que o que vale ser lembrado deve ser esculpido.

Que o que se quer elevar, deve primeiro ser assentado.

E que a pedra, se bem escolhida, bem traçada, bem trabalhada, pode ser mais do que matéria, pode ser eternidade condensada.

E, por isso, cada pedra no Egito não era somente um fragmento da terra, era um verbo. Antigo, pesado, sagrado.

Falava-se com elas através do cinzel e do tempo.

Eram como páginas de um livro que só o iniciado poderia ler.



Os Templos, as esfinges, as pirâmides não foram feitos para impressionar, foram feitos para permanecer. E permanecer não somente como ruínas, mas como enigmas em repouso.

Cada bloco carregava uma intenção, uma função, um alinhamento com o céu, com os ciclos, com os deuses. Nada era posto ao acaso, nem mesmo as sombras que certas pedras projetavam.

Naquele solo ardente e eterno, os construtores não edificavam somente para os vivos.

Construíam para a alma após a travessia. Para os que viriam depois. Para o invisível. Para o tempo que não se mede em anos, mas em silêncio.

"O Egito não foi somente um reino, foi um espelho da eternidade, onde cada pedra, cada símbolo e cada rito ecoava a harmonia entre o céu e a terra." Gaston Maspero, egiptólogo francês do século XIX.

Saímos das margens do Nilo e vamos para os rios Tigre e Eufrates, onde outras mãos de sacerdotes, reis e escribas também buscaram na pedra o pacto com a permanência.

Na antiga Mesopotâmia, a pedra não era abundante como no Egito. Por isso mesmo, quando era usada, era com propósito e solenidade.

Enquanto o barro moldava o cotidiano nas tabuletas cuneiformes, nos tijolos das casas e nos selos administrativos, a pedra era reservada para o extraordinário. Ela era o suporte daquilo que precisava resistir ao tempo, destinada aos reis, às guerras e aos deuses.

Erigida sob os céus ardentes da antiga Babilônia, por ordem do rei Hamurábi, por volta de 1.772 a.C., a Estela que leva seu nome não era meramente um compêndio de leis, era uma inscrição pétrea da harmonia entre o céu e a terra.

Esculpida em diorito negro, pedra tão dura quanto o destino, ali se revelava uma revelação jurídica, o rei, em atitude reverente, recebe das mãos do deus da justiça, Shamash, o cetro e o anel, não adornos, mas símbolos do direito divino de governar. A autoridade, assim, não se afirmava pela espada, mas pela consagração vinda dos deuses.

Abaixo dessa cena sagrada, em linhas verticais e elegantes de escrita cuneiforme, repousam mais de 280 leis não como fardos, mas como pactos entre o governante e os homens, entre os homens e os deuses. Como escreveu Jean Bottéro, *“ali se encontra a primeira tentativa de fazer justiça com um ideal de equidade, sem depender somente do capricho dos poderosos”*.

Mas o que nos importa aqui não são somente os decretos, e sim a escolha do meio, a pedra. E que pedra. O diorito era extremamente duro, difícil de trabalhar, um verdadeiro desafio à ferramenta. Escolhido não por vaidade, mas por intenção, uma mensagem gravada ali não seria facilmente apagada. O que se escrevia no barro podia ser corrigido; na pedra, não. A pedra era a palavra tornada definitiva.

Outras estelas também marcaram os caminhos da Mesopotâmia, registros de vitórias, tratados entre reinos, fundações de Templos e até maldições contra quem ousasse mover ou apagar tais inscrições.

A estela era uma espécie de altar vertical, uma página erguida ao céu, destinada tanto aos homens quanto aos deuses. Uma ponte entre o visível e o eterno.

E assim, aprendemos com os mesopotâmicos que a pedra era mais do que suporte, era testemunha. Era invocada como juíza silenciosa, chamada a observar e a lembrar.

Porque quando se queria que algo não fosse esquecido, não se murmurava, esculpia-se.

Se no Egito a pedra era Templo, na Mesopotâmia ela era sentença.



Estela de Hamurabi - 1754 a.C.

E talvez aqui já possamos entrever um fio que atravessa os séculos e se entrelaça com a Maçonaria, a ideia de que aquilo que é justo, verdadeiro e necessário, aquilo que deve ser lembrado, deve ser gravado.

Se voltarmos nossos olhos para o Oriente, perceberemos que a reverência à pedra também encontrou ali morada, ainda que sob outras formas, outros ritmos e outras linguagens.

Na China ancestral, no Japão primitivo e nas civilizações que floresceram no Sudeste Asiático, a pedra nunca foi somente matéria bruta, era símbolo, era o espírito da montanha.

Na China, a pedra esteve presente desde os primórdios das primeiras dinastias.

Os povos como os da cultura de Liangzhu, 2.300 a.C., já esculpiam discos de jade, cujos propósitos ainda hoje desafiam arqueólogos. Eram peças feitas com precisão impressionante, com faces polidas, entalhes geométricos e linhas que sugerem um código sagrado.

E aqui um detalhe precioso, o jade, considerada a mais nobre das pedras, era tratado não como adorno, mas como ponte entre o céu e a terra.

Confúcio, muitos séculos depois, escreveria que o jade simboliza virtudes como benevolência, retidão, sabedoria e lealdade.

E, por isso, no pensamento chinês antigo, a pedra não somente era usada, ela educava. Carregar jade era como carregar um ideal interior. Não se entalhava o jade por vaidade, mas por veneração.

Monumentos pétreos maiores surgiram séculos depois, obeliscos votivos, plataformas de Templos, colunas com inscrições e, sobretudo, as estelas confucionistas.

A escrita na pedra, como na Mesopotâmia, também era forma de permanência, mas agora com um tempero moral, quase didático.

No arquipélago japonês, o uso sagrado da pedra remonta aos tempos do Jōmon, a pré-história japonesa, desde 14.000 a.C.

Entre vulcões e florestas, as pedras não foram logo transformadas em Templos ou muralhas, mas foram cercadas de respeito. Pedras cercavam os túmulos. Megálitos rudimentares eram erguidos como marcos cerimoniais, associados aos ancestrais e aos “*kamis*”, ou seja, os espíritos divinos da natureza.

Com o tempo, sobretudo no período *Yayoi*, 300 a.C., o uso da pedra se refinou. Túmulos em forma de montículos, os *Kofun* eram cercados por pedras alinhadas ritualmente.

Havia uma sacralização da terra e do que repousava sob ela. E, com isso, cada pedra disposta ao redor de um túmulo era também uma invocação da memória, uma forma de selar a presença dos mortos com dignidade e permanência.

Nos séculos posteriores, a pedra ocupacional é essencial nos santuários *Shinto*, não como estrutura, mas como elemento espiritual. Até hoje, pode-se encontrar nas florestas sagradas do Japão rochas isoladas, cobertas com cordas de palha (*shimenawa*), marcadas como assentos de divindades. A pedra não era o Templo, era o próprio Deus em repouso.



Cincinato Kikuchi (sogro) no Templo de Otagi Nenbutsu-ji em Kyoto.
Estátuas dos budas em pedra de Kawai.

Na tradição budista, surgiriam os guardiães das relíquias e do ensinamento. A pedra, nesse contexto, tornava-se receptáculo do sagrado e abrigo da doutrina. Meditar diante de uma pedra era gesto de disciplina. Tocar uma pedra em um Templo era um gesto de oração. A rocha não somente sustentava, ela instruía.

Entre os povos dos Himalaias e das regiões do atual Vietnã, Camboja e Laos, a pedra foi utilizada para erguer altares, túmulos e plataformas cerimoniais. Os monges também marcaram seus espaços com inscrições, murais e esculturas diretamente nas rochas. Muitas dessas pedras estavam voltadas para o sol nascente, ou para nascentes de água, sempre em diálogo com o céu e com os ciclos da vida.

A pedra não precisa ser monumental para ser eterna. A permanência pode ser silenciosa e o sagrado, muitas vezes, se esconde naquilo que é mais simples e imóvel.

No ocidente, marcamos a pedra com o cinzel, porém no oriente, antes de marcar, aprendemos a escutá-la.

Enquanto o sol nascia sobre o Nilo e o Tigre, e os sábios do Oriente se curvavam diante do jade e do granito, nas terras cobertas por névoas da Britânia, da Germânia e da Europa continental, outras mãos, caladas e firmes, também se voltavam à pedra.

Nestas terras temos círculos, monólitos, menires e dólmens, pedras erguidas com esforço quase sobrenatural, sem palavras, mas repletas de intenção.

Entre 3500 e 1500 a.C., a paisagem da ilha britânica foi sendo pontuada por estruturas megalíticas que desafiavam o tempo e os séculos. Entre elas, a mais célebre, Stonehenge, um Templo solar e local de iniciação.

Os blocos de Sarsen (uma forma de arenito extremamente duro), pesando até 30 toneladas, foram transportados por dezenas de quilômetros até o planalto de Salisbury.

Junto deles, pedras azuis, trazidas do País de Gales a mais de 200 km, escolhidas talvez por seu timbre ao serem percutidas, por sua cor ou por alguma sacralidade geológica já esquecida.

Nada disso era utilitário. Era gesto ritual. Cada pedra trazia consigo a geografia do invisível.

Essas pedras não foram simplesmente erguidas, foram alinhadas. Com os solstícios, com as estrelas, com os ciclos do tempo.

O que se esculpia ali não era um monumento, mas um compasso astronômico gravado na própria terra.



Stonehenge - Círculo Interno.

Os povos celtas, herdeiros dessa tradição megalítica, conservaram e transfiguraram essa reverência ancestral.

A pedra deixou de ser somente um elemento físico para tornar-se morada do sagrado. Cada rocha passou a ser associada a um espírito da terra, a uma entidade tutelar, guardiã dos caminhos, das fontes e dos montes.

Entre os druidas, iniciados na arte do tempo e das palavras, as pedras eram dispostas nos bosques como oráculos silenciosos.

Algumas eram consagradas nos ritos de fertilidade e passagem; outras erguiam-se como umbrais entre os mundos, portas simbólicas entre o visível e o invisível, entre o reino dos homens e o dos deuses.

A existência dessas estruturas implica não somente fervor espiritual, mas também um conhecimento técnico e prático sobre as entranhas da terra.

Os antigos europeus conheciam as pedreiras como quem conhece um santuário. Cada pedra erguida no campo sagrado era mais do que um monumento, era uma declaração silenciosa da união entre o homem, a terra e o mistério.

Mais ao leste, nas florestas e vales da antiga Germânia, e também nas regiões onde hoje se encontram a França, Bélgica, Suíça e Escandinávia, encontramos outra relação com a pedra menos monumental, mas igualmente sagrada.

Aqui, os menires e dólmens indicam não somente sepultamentos cerimoniais ou marcos territoriais, mas são também símbolos de permanência, memória e transcendência. Erguidas com esforço coletivo e intuição espiritual, essas pedras fixavam no solo o testemunho de um povo que buscava, na matéria mais densa da criação, uma aliança com o invisível.



Karnak - Bretanha – França (shutterstock.com)

Na Bretanha (França), o enigmático alinhamento de Carnac, com mais de três mil pedras dispostas em longas fileiras que se estendem por vários quilômetros, continua, até hoje, a silenciar arqueólogos, ocultistas e iniciados.

Não se trata somente de uma obra humana, mas de um enigma cravado na paisagem, um calendário celeste, um caminho de peregrinação ou, quem sabe, um espelho de constelações sobre a terra.

As principais variedades utilizadas variavam conforme a geologia local:

- **Granito:** extraído sobretudo nas regiões da Galícia, Bretanha e Escócia, era usado para estruturas funerárias e marcos cerimoniais por sua durabilidade.

- **Arenito:** comum na maioria da Inglaterra e Alemanha, era fácil de trabalhar e amplamente empregado em menires e dólmens.

- **Calcário:** utilizado desde tempos antigos na região dos Balcãs e da França meridional, excelente para esculturas e inscrições mais refinadas.

- **Pedra sabão (esteatita):** presente nas regiões escandinavas, ideal para objetos rituais e entalhes detalhados.

As pedreiras não eram somente lugares de extração, mas também de reverência. Em muitos casos, as próprias minas eram consideradas sagradas.

No coração das florestas germânicas, nas brumas da Bretanha ou nas colinas escandinavas, a pedra voltou a cumprir seu papel ancestral, marcar, proteger, revelar.

Alguns blocos nunca eram removidos, eram tocados, consultados, invocados. A pedra, nesses contextos, era mais do que recurso, era entidade.

Esses povos não deixaram estelas com palavras, mas com silêncios alinhados em pedra, que ainda hoje nos falam se soubermos escutar com os olhos da alma.

Há Marcas que não foram feitas para serem lidas e sim sentidas.

Se no Egito a pedra era Templo, e na Britânia era alinhamento cósmico, entre os povos da Grécia e da península itálica a pedra tornou-se também ideia. A matéria passou a dialogar com o espírito através da forma.

Os gregos, herdeiros de antigas tradições micênicas e minoicas, elevaram a construção em pedra à categoria de arte e filosofia. Mais do que erguer muros ou monumentos, buscavam erguer conceitos.

O Templo não era somente um abrigo dos deuses, era o próprio corpo da divindade, manifestado em proporção, geometria e harmonia.

Na Grécia, a pedra foi colocada a serviço do número. Cada coluna, cada arquitrave, cada escada obedecia a proporções exatas, derivadas do corpo humano e das observações celestes.

A beleza era compreendida como *symmetria*, a harmonia entre as partes, e a pedra era o meio escolhido para materializar essa ordem invisível.

O mármore tornou-se o protagonista dessa estética. Seu brilho, sua capacidade de polimento, sua pureza cromática e sua resistência o tornaram símbolo daquilo que é eterno e ideal.

O mármore do Monte Pentélico, extraído próximo de Atenas, era o preferido para os Templos, branco, com um leve tom dourado, parecia brilhar à luz do sol, como se a construção respirasse.

O mármore da pedreira de *Paros*, na Grécia, ainda mais fino e translúcido, era utilizado nas esculturas. Dele nasceram as estátuas que pareciam vivas: Afrodite, Apolo, discóbolos, heróis e deuses modelados com precisão anatômica e serenidade espiritual.



Os escultores diziam que a estátua já estava no bloco, bastava libertá-la.

A pedra era, assim, um véu a ser levantado.

Não se tratava de impor forma, mas de revelar a forma que já existia, oculta na profundidade da matéria.

A técnica e a arte eram também um ato de contemplação.

E quando um Templo grego era concluído, como o Partenon, em Atenas, ele não era somente uma construção, era uma oferenda em pedra.

Cada detalhe, desde os frisos até os entalhes, contava uma história, revelava um mito, perpetuava uma memória.

Na península itálica, os etruscos já dominavam o uso da pedra para erguer túmulos monumentais escavados na rocha, altares e Templos de base sólida. Mas foi com Roma que a pedra encontrou seu império.

Os romanos herdaram a tradição grega, mas lhe deram um novo tom, o da eternidade imperial. Construir em pedra era conquistar o tempo. Era dominar a matéria como extensão do domínio sobre os povos.

O travertino, uma rocha calcária mais porosa, mas bela e durável, extraída próximo de Trivoli, foi amplamente usado nos edifícios públicos.

O Coliseu, por exemplo, foi revestido com travertino, dando-lhe aquela aparência clara e imponente.

Mas era o mármore de Carrara, extraído nos Alpes, que se tornaria sinônimo de pureza e perfeição.

Usado tanto na Roma Antiga quanto no Renascimento posterior, a pedreira de Carrara oferecia um mármore branco de grão fino, perfeito para esculturas e elementos decorativos.

Michelangelo, séculos depois, buscava ele mesmo os blocos nas pedreiras para esculpir seu Davi.

Os romanos foram Mestres em transmitir a grandiosidade para a eternidade através das pedras.



Flávio Dellazzana - Coliseu (Anfiteatro Flaviano) - Roma



Flávio e Letícia (esposa) - Coliseu – Arena - Roma.



Flávio e Letícia (esposa) - Pantheon - Roma.



Laocoonte em pedra - por Baccio Bandinelli, Uffizi - Florença



David de Michelangelo - Galleria dell'Accademia de Florença

As estelas, os arcos do triunfo, os sarcófagos, os marcos miliares, tudo era gravado, nomeado, consagrado. A pedra tornava-se arquivo da glória.

Também a usavam como elemento místico. As colunas, muitas vezes transportadas de Templos gregos, eram realocadas em construções romanas como forma de apropriação simbólica do saber e da força. Construir em pedra era eternizar Roma.

Na Grécia e em Roma, vemos uma transição sutil, mas profunda, da pedra como abrigo para a pedra como espelho do espírito humano. Passamos dos megálitos ao mármore; da rocha bruta ao volume ideal. A pedra se tornou modelo da alma lapidada.

O que os antigos nos ensinaram, ali, entre proporções, frisos e colunas, é que a beleza é uma forma de verdade e que a matéria, mesmo em sua densidade, pode se tornar leve quando é atravessada pela luz da inteligência.

Com a queda de Roma e o esmaecer das luzes clássicas, a Europa mergulhou em séculos de transformação. Mas, mesmo quando os impérios se fragmentavam, as pedras continuavam sendo empilhadas. E não como ruínas, mas como fortalezas e catedrais, castelos e abadias, cada uma delas feita com a mesma matéria silenciosa dos tempos antigos, a pedra.

Durante a Idade Média, o domínio da pedra se intensificou como nunca no Ocidente cristão. Os castelos erguidos sobre colinas, os mosteiros perdidos em vales, as torres das cidades muradas, todos partilhavam uma mesma certeza: o que é feito em pedra, permanece.

Cada construção começava não com uma planta, mas com uma pedreira. E não se tratava de escolher somente a mais próxima, mas a mais adequada. A resistência da pedra, sua porosidade, sua tonalidade, sua capacidade de ser lavrada e resistir ao tempo e às intempéries eram analisadas com olhar quase ritual.



Castelo de York - Inglaterra

O granito, duro e resistente, era utilizado para bases, muralhas e construções militares.

Em regiões como York, na Inglaterra, o granito era a espinha dorsal do castelo, a pedra de guerra.

O calcário, mais leve e abundante, foi o favorito das grandes catedrais francesas como em Chartres, Reims e Notre-Dame de Paris por permitir esculturas finas e detalhes ornamentais. Sua tonalidade clara também favorecia a iluminação interior.

O arenito era comum na Inglaterra e Alemanha, facilmente moldável e utilizado em portais, colunas, janelas góticas e entalhes. Em regiões alpinas e do sul da Europa, utilizava-se o mármore local ou rochas metamórficas mais raras para altares, sarcófagos e pavimentos internos de igrejas.

A pedra não era só matéria estrutural, era linguagem. Os arquitetos e Mestres construtores medievais, verdadeiros iniciados, compreendiam que a pedra carrega memória e vibração. Sabiam que cada tipo de rocha respondia de forma diferente à luz, ao som e ao toque? E assim, cada construção se tornava uma partitura de pedra.

Os castelos, com suas torres, ameias e muralhas, eram erguidos para resistir ao cerco físico e histórico.

Ali, a pedra era força, escudo, dissuasão.

Nas catedrais, a pedra se elevava como oração.

Não se contentava em cercar, buscava o céu.

Essas pedras eram moldadas com cuidado quase devocional.

E é aí que encontramos um indício importante, muitas delas trazem Marcas.

Símbolos, entalhes, letras ou sinais gravados discretamente em locais de difícil acesso, muitas vezes invisíveis ao fiel comum.

As colunas não somente sustentavam, mas também conduziam a alma para o alto.

A luz que penetrava por vitrais era filtrada pela estrutura de pedra, como se o próprio Templo respirasse mistério.

Os Canteiros de Ofício

Desde o século XI, com o surgimento das grandes obras românicas e posteriormente góticas, formaram-se não somente canteiros de construção, mas verdadeiros centros de transmissão de conhecimento.

Em torno dos grandes Templos europeus, surgiam estruturas que hoje poderíamos chamar de "*universidades operativas*", locais onde os pedreiros eram forjados no silêncio das oficinas e no ruído ritmado dos martelos de corte.

Essas escolas não estavam formalmente instituídas como ordens, mas possuíam regras, juramentos, hierarquia e símbolos. Eram compostas por homens livres, viajantes, às vezes itinerantes, outras vezes vinculados por décadas a uma mesma construção.

Eram irmandades do ofício, reunidas pela pedra, mas guiadas por princípios.

Poucos lugares do mundo mantêm essa herança tão viva quanto a York Minster Stone Yard, na Inglaterra.

Fundada há mais de 800 anos como parte do complexo da Catedral de York, ela segue ativa até os dias atuais, uma oficina viva, onde Mestres pedreiros continuam a arte de seus predecessores.



Canteiro de Pedras – Catedral de York - Inglaterra

O aprendizado ainda se dá por transmissão direta, um jovem Aprendiz trabalha lado a lado com um Mestre.

Aprende não somente a cortar a pedra, mas a escutá-la.

A respeitar o veio, a sentir o peso, a conhecer a temperatura do material.

Aprende a usar instrumentos que mal mudaram em mil anos: compassos, esquadros, malhos, bigornas. E aprende também que cada gesto traz consigo um legado.

As pedras da Catedral de York, tal como as de Reims, de Burgos, de Milão, não são somente pedaços de calcário, são capítulos de uma tradição iniciática.

Ainda se pratica o traçado geométrico com cordas, ainda se entalham molduras e gárgulas com a mesma delicadeza dos Mestres do século XIV.

Em York, os registros históricos mostram que, desde o século XIII, havia livros de Marcas, listas de ferramentas e até códices de conduta moral para os trabalhadores da pedra.

Os Mestres viajavam entre os canteiros da Inglaterra e até mesmo entre países, numa rede transnacional de conhecimento construtor.



A oficina da Catedral de Estrasburgo, fundada no século XIII, segue viva, conhecida como a *Oeuvre Notre-Dame*. Ela é uma das mais antigas corporações de ofício da Europa ainda em atividade. Lá, além da manutenção da catedral, os Mestres formam novas gerações, perpetuando técnicas de escultura, arquitetura e geometria sacra.

Na França, oficinas similares operam nas catedrais de Chartres, Rouen, Clermont-Ferrand.

Na Alemanha, a Dombauhütte de Colônia mantém viva a arte da lapidação da pedra. Na Suíça, as *Bauhütten*, herdeiras diretas das guildas medievais, formam uma rede quase iniciática.

Essas oficinas não são somente lugares de restauro. São lugares de memória e transmissão. A pedra é aprendida, não somente como matéria a ser cortada, mas como símbolo a ser revelado.

O que une todas essas escolas é algo mais profundo que a técnica. É o entendimento de que, ao moldar a pedra, o homem também molda a si. O traço do compasso, a exatidão da régua, o silêncio da meditação antes do corte, tudo isso forma caráter.

Não se forma um Mestre somente com o martelo de corte, nem somente com o maço e o cinzel, forma-se com humildade, com paciência, com ética, e, sobretudo, com tempo.

As pedras podem ser talhadas com vigor, mas a consciência só se molda com silêncio e perseverança.

Aqueles que um dia passaram por essas Oficinas carregavam consigo mais do que um ofício ou uma habilidade, levavam uma visão mais ampla do sagrado e do mundo.



York Minster – Stoneyard - Fotografia de Mike Peel



Apprenticeships

Today, the ancient craft is sustained through continuous investment in the next generation of skilled cathedral stonemasons. York Minster currently has four stonemasonry apprentices who will each spend four years training to become qualified masons. Along with eight other cathedrals, the Minster is part of a national network – the Cathedrals' Workshop Fellowship – which works to support the development of craft skills for the conservation, maintenance and repair of cathedrals and historic buildings.

<https://yorkminster.org>

Na França, a catedral de Chartres (1145 – 1155) acolhia um canteiro permanente, sob a vigilância do Mestre de Obras.

Os obreiros recebiam instruções por meio de moldes de madeira que traduziam o desenho sagrado em linguagem compreensível à pedra. Estavam vinculados às guildas municipais, que regulavam o número de Aprendiz, os salários e até o uso das ferramentas, como se a arte tivesse seu próprio evangelho.

Na abadia de Caunes-Minervois, o mármore vermelho local era extraído mediante licenças oficiais, firmadas em contratos entre monges e Mestres pedreiros. Curiosamente, entre os trabalhadores havia italianos, sinal de que a linguagem da pedra ultrapassava fronteiras e unia tradições.

Na Itália, essa integração se refinava. O Cantiere da Catedral de Santa Maria del Fiore, em Florença, reunia gigantes como Giotto e Brunelleschi, submetidos aos Estatutos do Ópera del Duomo.

Eles determinavam não só os horários e padrões estéticos, como exigiam reuniões semanais, atas registradas e inspeções constantes. Nada era improvisado, a cúpula só se elevava quando sua base era inspecionada, medida, aprovada.

Ainda mais antigo, o Estatuto de Bolonha (1248) ditava a formação dos Aprendizizes (de 5 a 7 anos), o juramento de obediência e a justa retribuição conforme a habilidade.

Em Paris, as ordenanças de 1.258 limitavam cada Mestre a um Aprendiz, fixavam multas e garantiam o equilíbrio por meio de um *master* nomeado pelo próprio rei.

Todas essas normas apontavam para um mesmo ideal, que a pedra moldada fosse não somente bela, mas ética.

Que a mão que lavrasse o capitel estivesse conforme algo mais alto que o lucro, com a tradição, com o pacto da oficina, e assim, entre licenças de pedreira, juramentos secretos e assembleias nas noites de inverno, a pedra tomava forma, não somente como construção visível, mas como testemunho de uma fraternidade silenciosa e duradoura.

No dia 31 de outubro de 1370, o Mestre Robert de Patrington, acompanhado de outros doze pedreiros, apresentou-se diante do Capítulo da catedral de St. Peter, na cidade de York. Ali, em ato solene, prestaram um juramento que ficaria registrado na história sob o nome de “*Ordenanças de York*”. Um conjunto de normas que exigia, dos que trabalhavam na construção da catedral, estrita observância à conduta ética, à pontualidade nos horários e ao fiel cumprimento dos deveres do ofício.

Robert de Patrington surgia então como Master Mason da obra, posto que ocupava entre os anos de 1369 e 1370. Era oriundo de uma família de pedreiros de renome, originária da vila de Patrington, situada no East Riding of Yorkshire.

Foi nesse mesmo ano de 1370 que ele reuniu doze companheiros de ofício perante o Capítulo, para selar um pacto de responsabilidade e comprometimento. Diante dos dignitários eclesiásticos, pronunciaram em uníssono as palavras que selariam aquele momento histórico:

“Senhores, se assim for vossa vontade, nós nos comprometemos a permanecer firmes em nossos trabalhos, segundo nossa capacidade.”



<https://www.cathedralstone.com>



Chartres Cathedral - Chartres, France



Abadia de Caunes-Minervois, France

As Marcas dos Pedreiros

Essas Marcas não são decorativas. São testemunhos silenciosos. Indicam o traço do pedreiro que a lavrou, a origem do bloco ou o número do lote. Em alguns casos, são símbolos transmitidos por gerações de obreiros, uma linguagem que escapava à vigilância dos senhores e dos clérigos.

O que importa é compreender que essas pedras, tantas vezes ásperas por fora, eram cheias de significado por dentro. Algumas foram colocadas ali com orações. Outras, com medo. Outras ainda com júbilo. O Mestre de obras sabia, uma catedral é feita de fé moldada em pedra.

E quando, ao final da jornada, a última pedra era assentada, a Pedra Chave (Keystone), a obra deixava de ser somente construção. Tornava-se símbolo. E o símbolo, por definição, é aquilo que une o visível ao invisível.

Quando nos ajoelhamos diante de uma catedral medieval, instintivamente olhamos para cima, mas talvez devêssemos, antes, observar atentamente as pedras, as formas, a história, pois, por trás de cada coluna e cada abóbada, há mãos que sabiam curvar as pedras à sua vontade, formadas por escolas que transmitiam esse saber.

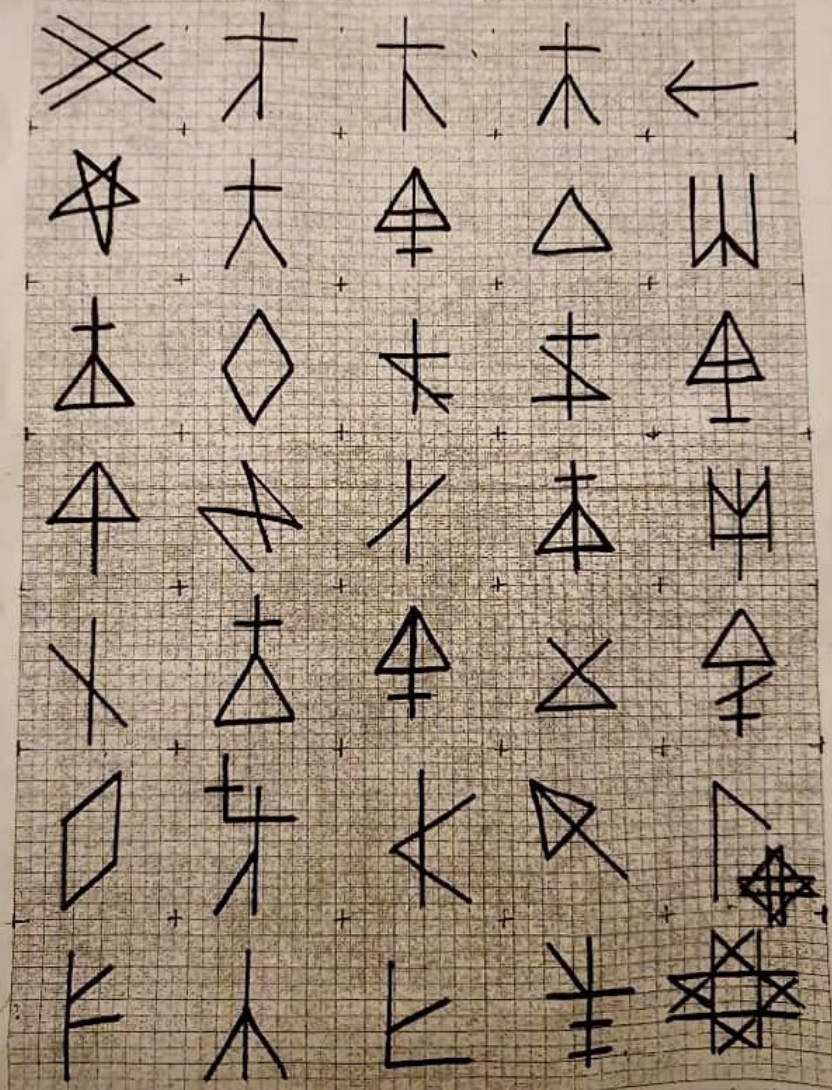
COUSLEY
CHAPEL

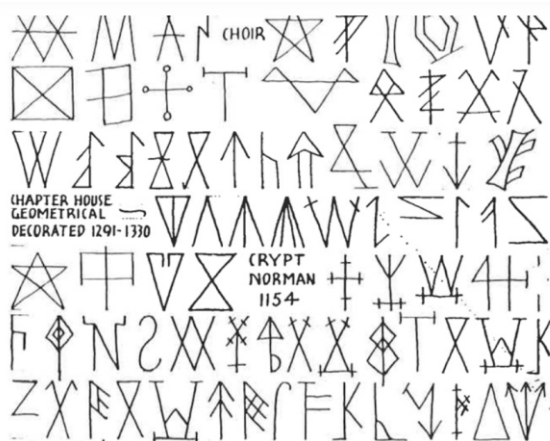
MASON'S MARKS FOUND IN BARREL VAULTED CEILING

22.3.10

OFTEN FOUND ROTATED BY 180°

ONE MAY HAVE SIGNIFICANCE, OTHERS





Masons' marks

Each mason has their own unique 'mason's mark' – a symbol carved into each stone they finish to show the person who carved it. Historically, they were used to indicate that a piece of work was finished so that the mason could be paid. Masons marks have been found on stones in parts of the cathedral dating back to 1154. The same mason's marks used by craftsmen working on the Minster have also been found on other local churches, showing they historically travelled from building to building for work.

<https://yorkminster.org>

Em todas as grandes construções de pedra da Idade Média, de York a Estrasburgo, de Reims a Santiago de Compostela, se observarmos atentamente, encontraremos pequenos sinais gravados nas pedras. Símbolos riscados à mão, discretos, às vezes quase invisíveis ao olhar comum, mas constantes o bastante para não serem fruto do acaso.

Esses sinais são conhecidos como Marcas de pedreiro, *mason's marks* em inglês, *zeichen der Steinmetze* em alemão, *signes lapidaires* em francês. E se hoje nos fascinam, é porque carregam consigo um mistério que atravessa os séculos.

A primeira camada de entendimento é a mais concreta, as Marcas serviam, em muitos casos, para identificar o autor do trabalho. Eram uma espécie de assinatura.

Cada pedreiro deixava sua Marca na pedra que lavrava e isso permitia que o Mestre de obras contabilizasse os blocos produzidos por cada trabalhador, facilitando o pagamento por peça ou por jornada.

Outras Marcas serviam como sinais de montagem em construções complexas, onde os blocos precisavam ser encaixados com precisão milimétrica. Certos símbolos indicavam posições, direções, ângulos.

Como notas numa partitura, elas orientavam a colocação das pedras numa estrutura maior que só o Mestre de obras conhecia por inteiro.

Essas Marcas podiam estar gravadas na face visível ou oculta da pedra, dependendo da função e da intenção. Algumas eram feitas com cinzel fino, outras riscadas com carvão ou tinta, e depois apagadas. Mas aquelas que permaneceram gravadas no corpo da rocha são as que hoje nos intrigam.

Há, contudo, uma camada mais profunda e é aqui que as Marcas começam a dialogar com o invisível.

Muitos estudiosos reconhecem que certos sinais não têm função técnica evidente. Não indicam posição, nem autor, nem lote.

São símbolos geométricos, alquímicos, até astrológicos. Cruz simples, estrela de cinco pontas, tridente, ângulos, letras estilizadas, espirais.

Essas Marcas parecem mais orações gravadas do que orientações construtivas. Alguns as chamam de assinaturas espirituais. Outros veem como símbolos de linhagens do ofício, traços que identificavam um Mestre ou sua escola. Ainda hoje, há Marcas repetidas em obras separadas por centenas de quilômetros, como se o mesmo sinal estivesse em peregrinação.

A Marca, então, é não somente prova de presença, mas afirmação de pertencimento a algo maior. Uma tradição, uma corrente, uma arte sagrada.

E há ainda aquelas que surgem nos pontos mais elevados das catedrais, onde nenhum fiel jamais as veria. Por que marcá-las ali? A resposta talvez seja simples, não era para os homens comuns.

Diferente de uma inscrição solene ou de um vitral colorido, a Marca e o pedreiro não clamam por atenção.

Ela está ali como testemunho mudo, como rastro do artesão que sabia que seu nome seria esquecido, mas que a sua Marca, se feita na pedra certa, permaneceria.

É essa humildade que faz da Marca algo profundamente iniciático, ela não busca glória, mas eternidade.

Ao olhar para essas Marcas, começamos a entender por que o Grau de Mestre de Marca ocupa lugar tão singular no universo e não se trata somente de receber um novo ensinamento, mas de entrar para uma linhagem dos que deixam marcas com consciência, propósito e reverência.

A Marca é mais que um desenho. É um espelho. Ela diz não somente *quem fez*, mas *como fez*, *com que intenção fez* e *com que espírito trabalhou*.

No silêncio do Grau, o Irmão será convidado a descobrir qual é a sua Marca, se ela é digna de ser assentada no Templo.

Entre os mistérios silenciosos deixados pelos antigos construtores, poucos são tão discretos e, ao mesmo tempo, tão eloquentes quanto as Marcas gravadas nas pedras.

São símbolos que ultrapassam o tempo, muitas vezes invisíveis aos olhos comuns.

Marcar a pedra era, para eles, um gesto mais profundo do que a simples assinatura, era um ato ritual, um pacto com a permanência.

As Marcas de pedreiro podem ser divididas em algumas categorias principais, conforme sua função e localização:

As Marcas de Identificação eram pessoais, únicas, e serviam para indicar o autor do bloco talhado.

Essas Marcas tinham valor prático e facilitavam o pagamento por produção, o controle de qualidade e a distinção de responsabilidade em caso de falhas estruturais.

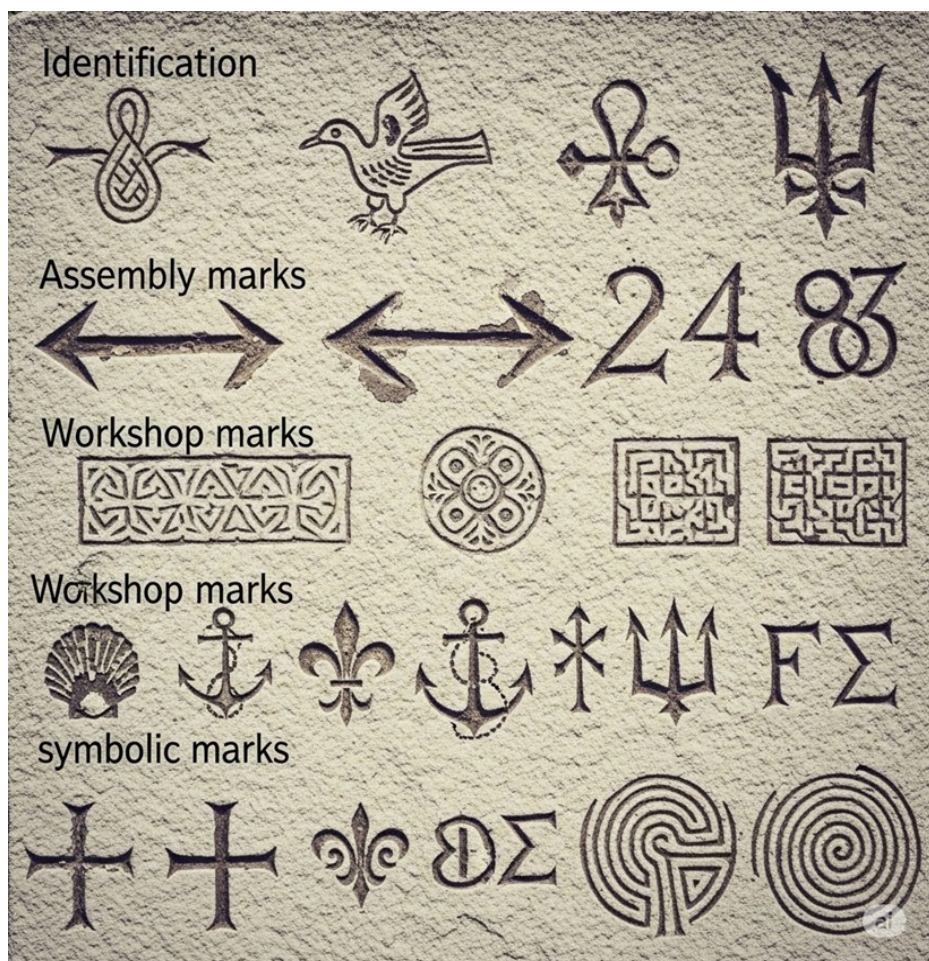
Cada artesão, mesmo Aprendiz, possuía a sua.

As Marcas de Montagem eram utilizadas para indicar a posição do bloco na estrutura final.

Com frequência, eram feitas com tinta ou carvão e apagadas após a colocação, mas algumas foram gravadas a cinzel.

Eram coordenadas visuais em um mapa tridimensional de pedra.

As Marcas de Oficina eram símbolos que identificavam o grupo ao qual o pedreiro pertencia, sua linhagem ou oficina. Aparecem em séries, repetidas em diferentes obras, revelando uma fraternidade operativa que se espalhava por regiões inteiras.



As Marcas Simbólicas e aqui entramos no território do oculto. A cruz templária, a flor-de-lis, âncoras, conchas, tridentes, labirintos, letras gregas, espirais. Sinais cujos significados exatos se perderam, mas que indicam provavelmente uma dimensão espiritual, esotérica ou ritualística do ofício.

Diversos registros medievais apontam que certas Marcas eram transmitidas de pai para filho, com pequenas variações que permitiam tanto a continuidade quanto a identidade individual.

Na Alemanha, documentos da guilda de pedreiros de Estrasburgo mencionam Marcas hereditárias usadas por mais de três gerações.

Segundo o Irmão Dennis Stocks, Barron Barnett Lodge: *“Cada pedreiro possuía uma Marca que lhe era própria, a qual deveria ser cuidadosamente gravada em cada pedra que ele talhasse.”*

Assim, era possível não somente verificar a qualidade de sua obra, mas também contar quantas pedras haviam recebido sua Marca, para ser justamente remunerado por elas.

A variedade dessas Marcas foi considerável. Podem ser figuras geométricas, como triângulos ou pentágonos, ou retratar ferramentas como uma picareta de martelo; eles poderiam ser cruzeiros ou as próprias iniciais do trabalhador.

Alguns operários gravaram as três primeiras letras de seus nomes, ou mais especificamente, seu nome completo.

Estas Marcas foram gravadas aproximadamente nos séculos XI e XII, mas tornaram-se mais refinadas no século XIII.

Os pais transmitiram suas próprias Marcas aos filhos, mas na do pai. Ao longo da vida, o filho acrescentaria uma Marca própria, como um traço.

Gradualmente, esses sinais adquiriram um valor sentimental, e alguns deles, que podem ser encontrados, por exemplo, nos pilares da nave de Notre-Dame de Paris, ou nos pilares do transepto sul em Chartres, foram colocados lá fora de orgulho pessoal por cortadores de pedra empregados por dia ou por semana.

As Marcas dos trabalhadores por peça passaram a ser como assinaturas.

Um estudo sistemático dos sinais em qualquer região permite, em casos excepcionais, rastrear trabalhadores de um local para outro.

O aglomerado de Marcas encontradas nos mosteiros nos permite avaliar o número de trabalhadores externos trazidos para construir abadias. Muitas das Marcas estão no lado interno da pedra e só podem ser vistas quando a parede é derrubada, removida ou restaurada.

No interior das igrejas, as Marcas gravadas na face da pedra não podiam ser vistas na Idade Média porque as paredes eram cobertas com afrescos.

O pedreiro que construiu o muro não precisou prestar atenção às Marcas e, às vezes, podem ser vistas de cabeça para baixo.

Algumas Marcas foram gravadas pelos pedreiros, pois era necessário identificar a proveniência das pedras.

Mas foi, de fato, importante para a regularidade e a futura estabilidade da igreja construir um muro com pedras de um só lugar.

As Marcas de pedreiros também possibilitaram a reparação de paredes com a pedra apropriada.

Os romanos parecem ter usado o mesmo método, pois Marcas de pedreiros ainda podem ser vistas em edifícios romanos.

Em registros da França, há evidência de Marcas compostas, a do filho incluía elementos da do pai, com um traço novo adicionado, como se fosse um brasão oculto.

Essas Marcas carregavam mais do que símbolos, carregavam uma parte da alma, da genialidade e serviam como uma lembrança constante da genialidade do Mestre do passado.

Algumas Marcas tornaram-se célebres por estarem associadas a locais icônicos ou feitos arquitetônicos notáveis.

Em Chartres, diversas Marcas aparecem repetidamente nas nervuras das abóbadas atribuídas aos Mestres da *Bauhütte* local. Uma delas, em forma de “X” com círculo no centro, aparece tanto em Chartres quanto em Reims e Estrasburgo, sugerindo a atuação de uma mesma escola de Mestres itinerantes.

Em York Minster, há registros detalhados de centenas de Marcas ao longo dos séculos.

A Marca de um Mestre chamado *Robert of Beverley*, responsável por parte da torre central no século XIII, ainda é visível, um símbolo semelhante a um compasso cruzado com uma lança.

Segundo o Livro Medieval Masons de Malcolm Hislop, da Shire Archaeology | **Início:**

“No século XIV, marcas como “Malton” em Beverley Minster e “Ivo de Raughton” em York Minster indicam a presença de mestres específicos nas obras, mas a autoria vai além das assinaturas. A análise dos estilos arquitetônicos, molduras, arcos e proporções permite identificar a mão de um mesmo mestre mesmo sem documentos formais.

Por exemplo, traços do mestre Thomas de Witney aparecem em igrejas de Winchester, Wells e Exeter, enquanto o mestre William Wynford deixou sua marca em catedrais como Wells e Durham, mostrando que os mestres usavam modelos, mas também criavam repertórios próprios.

Na Idade Média, a cópia de estilos era comum, e os patronos frequentemente impunham suas ideias, como ocorreu no priorado de Durham. Em algumas construções, estilos ingleses e escoceses conviviam, revelando colaborações entre maçons de diferentes regiões.

Até detalhes curiosos, como chaminés internas esculpidas nas janelas de castelos do norte da Inglaterra, reforçam a presença do mesmo arquiteto ou grupo em diversas obras, demonstrando a complexidade e riqueza do ofício dos pedreiros medievais.” – **Fim** |

O lendário Villard de Honnecourt, mestre construtor do século XIII, permanece como uma figura quase mítica no universo da arquitetura medieval.

Seu caderno de esboços, que sobreviveu ao tempo, é uma verdadeira janela para o ofício dos pedreiros daquela era. Nele, há desenhos precisos de marcas, detalhes arquitetônicos e símbolos que revelam o pensamento e a prática do mestre.

Embora poucas dessas marcas possam ser diretamente ligadas a obras específicas, sua marca pessoal, uma flor de quatro pétalas inscrita em um círculo, transcende a simples assinatura.

Esse símbolo tornou-se o emblema da escola francesa de Laon, representando não somente um mestre, mas toda uma tradição de mestres pedreiros que, sob sua influência, difundiram um estilo e uma linguagem própria.

Mais do que um simples sinal, essa flor é um elo entre a técnica e a arte, a identidade do mestre e a alma da escola. Villard não foi somente um construtor, mas um verdadeiro portador do conhecimento e da simbologia que marcaria para sempre a arquitetura gótica francesa.

Há fortes indícios de que algumas Marcas não somente designavam autoria ou função, mas transmitiam ensinamentos silenciosos.

Muitas catedrais escondem Marcas de difícil acesso na face superior de uma abóbada, no alto de uma torre, ou sob o altar.

A pergunta sempre retorna: para quem foram feitas? E a resposta parece clara para os olhos iniciados. Para os que sabiam que o Templo também é construído de dentro para fora.



Estudos sobre as Marcas de Franz Ržiha – 1883 d.C - Viena

Ao gravar sua Marca numa pedra, o pedreiro medieval deixava mais do que um registro, deixava um vestígio da alma.

O símbolo era um selo, um voto, um chamado à eternidade. Pouco importava se o nome seria lembrado. O símbolo falaria por si.

Na Maçonaria especulativa, o Grau de Mestre de Marca retoma esse gesto ancestral não como reconstrução histórica, mas como continuidade simbólica.

Ao receber o direito de criar e apresentar sua Marca, o iniciado é chamado não a copiar, mas a declarar quem ele é na obra do Templo.

Porque, no final das contas, todos somos pedras em formação.

E toda Marca digna é aquela que não fere a pedra, mas a revela.

Como escreveu o arqueólogo francês Émile Male:

“Na Idade Média, a pedra era uma página, e o pedreiro, um escriba que escrevia com o cinzel.”



A Pedra Chave e Angular

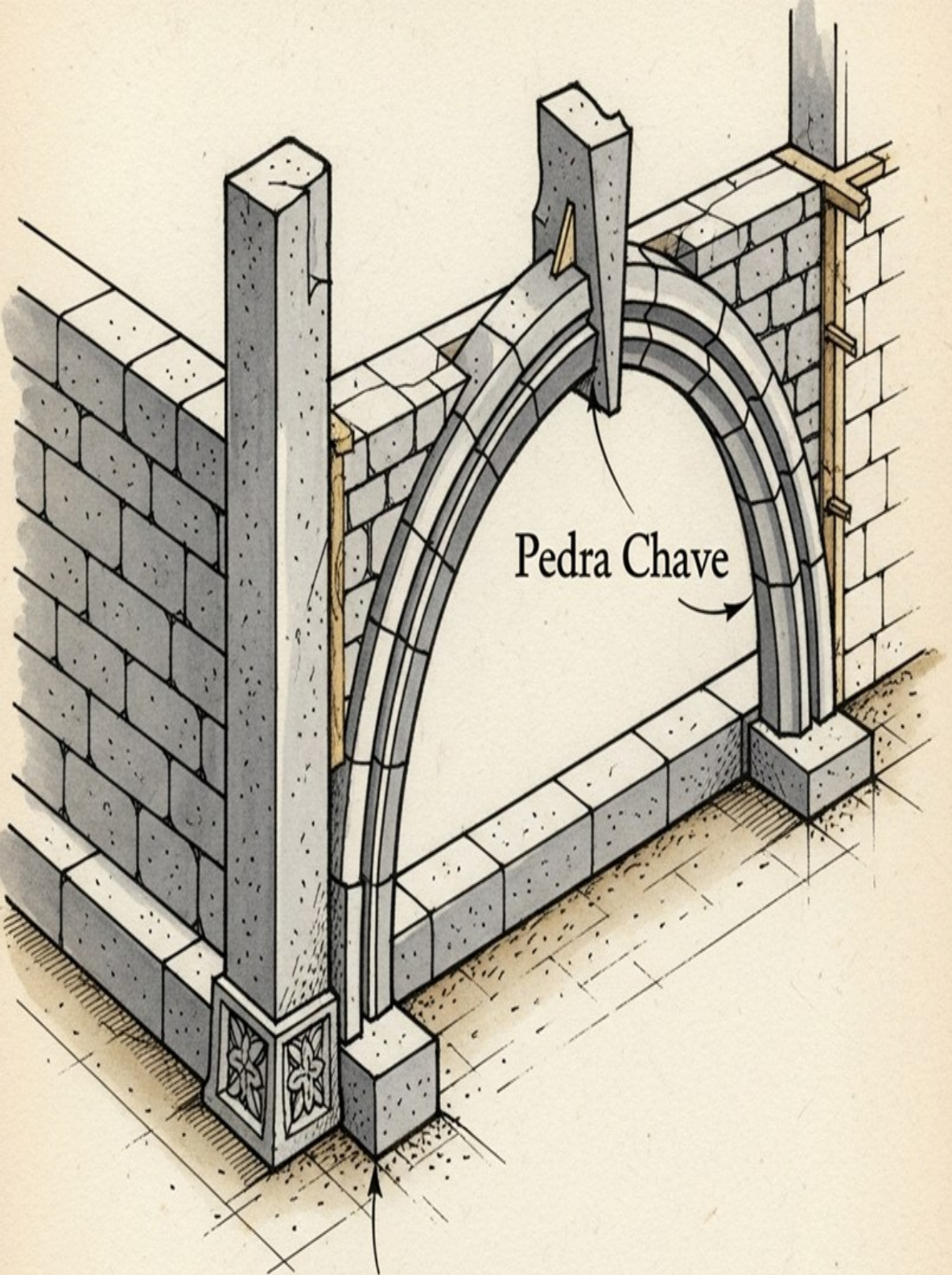
Na arte da construção com pedra, duas pedras ocupam posições absolutamente estratégicas, a Pedra Angular (Corner Stone) e a Pedra Chave (Keystone). Embora distintas em localização e função, ambas são essenciais para a estabilidade e integridade de toda a estrutura.

A Pedra Angular é, tradicionalmente, a primeira pedra assentada em uma construção. Ela se localiza na junção de duas paredes externas, geralmente no canto sudeste da base de uma edificação. A partir dela se traçam os eixos da obra, tanto o alinhamento longitudinal quanto o transversal.

Por isso, sua lavra exige exatidão. Ela deve ter ângulos perfeitamente retos, faces bem definidas e dimensões compatíveis com os traços da planta.

O esquadro é aplicado em seus cantos com rigor absoluto. Erros na pedra angular comprometem toda a geometria do edifício.

Historicamente, ela era colocada com solenidade, com cerimônias, inscrições e até depósitos simbólicos sob sua base, como pergaminhos, moedas ou relíquias.



Pedra Chave

Pedra Angular

Em várias culturas, a pedra angular recebia também uma Marca especial, indicando o nome do arquiteto ou a data do início da obra.

No contexto simbólico, especialmente em construções religiosas e maçônicas, a pedra angular representa o fundamento sólido, o início seguro, o compromisso com a precisão e a retidão desde o primeiro momento da construção.

A Keystone, ou Pedra Chave, tem uma função diferente. Ela é a última pedra colocada em um arco. Fica localizada no topo, no centro exato do arco curvo, e sua forma é ligeiramente trapezoidal, o que permite que ela encaixe sob pressão entre as demais pedras do arco, travando-as e distribuindo igualmente as forças.

Sem essa pedra, o arco não se sustenta. Todas as outras pedras, chamadas de aduelas, são apoiadas nela. A sua posição é estratégica, e por isso sua inserção marca geralmente a conclusão estrutural do arco.

Do ponto de vista técnico, a Keystone exige um trabalho cuidadoso de encaixe. Diferente da pedra angular, ela não precisa de esquadros retos, mas sim de ângulos ajustados ao raio de curvatura do arco.

É uma pedra de precisão, mas também de pressão, pois toda a estrutura empurra contra ela.

Em construções góticas, românicas e até em pontes de pedra, a Keystone é frequentemente decorada com brasões, símbolos religiosos ou marcas de pedreiros, pois sua posição central e elevada também a torna uma pedra de destaque.

Tanto a Pedra Angular quanto a Pedra Chave (Keystone) têm origem concreta e funcional. São decisões técnicas de engenharia, lavradas por Mestres experientes.

Por sua importância estrutural, ambas foram ganhando valor simbólico ao longo dos séculos, especialmente nas tradições construtoras, como a Maçonaria.

A Pedra Angular é o ponto de partida confiável. Sem ela, o prédio entorta.

A Keystone é o ponto de união e encerramento. Sem ela, o arco desaba.

Uma funda, a outra finaliza. Uma começa, a outra completa. Na prática, elas representam os dois extremos do domínio construtor.

As Vestimentas

Antes mesmo de o homem erguer colunas ou moldar arcos, ele já protegia o corpo contra os rigores da natureza com o que dispunha.

Peles de animais, fibras entrelaçadas, trançados rústicos de linho selvagem. Há cerca de nove mil anos, nas primeiras comunidades neolíticas onde a pedra era mais do que abrigo, era expressão e limite, os primeiros pedreiros vestiam provavelmente o que os caçadores vestiam, pois eram, em essência, os mesmos homens, dividindo suas tarefas entre o sustento e o construir.

Essas vestes, embora simples, já guardavam uma função simbólica, pois eram proteção, mas também distinção. O uso de cordas, faixas ou cintos improvisados indicava a utilidade daquele traje. É possível que, ao longo do tempo, essas tenham ganhado reforços de couro na frente do corpo, como uma forma de proteger contra os lascados dos cinzeiros e o peso dos blocos.

No Egito, a arte do entalhe em pedra atingiria um refinamento quase litúrgico. Ali, os pedreiros já não eram somente trabalhadores, eram artesãos consagrados à edificação dos Templos dos deuses.

As pinturas em tumbas e relevos murais revelam uma indumentária distinta, tangas curtas de linho branco, faixas trançadas, protetores para os braços e, em alguns casos, ombreiras em couro cru. Não era raro que esses operários da pedra também tivessem amuletos protetores pendendo do pescoço, uma fusão de vestimenta e fé.



Avançando na história, para nos aproximarmos da construção do Templo do rei Salomão, nos deparamos com os cedros do Líbano chegando no porto de Joppa e sendo levados a Jerusalém, onde os obreiros reunidos sob a direção de Hiram Abiff seguiam não somente uma técnica, mas um rito.

A lógica nos aponta que, além das vestes típicas da região, túnicas curtas para o calor, faixas na cabeça, sandálias reforçadas, certamente portavam aventais de couro e carregavam ferramentas.

Ao trabalhar nas pedras do Templo, o corpo precisava de liberdade de movimento e proteção diante do esforço e do risco.

Foi na Idade Média, com os pedreiros operativos das catedrais, que a vestimenta do pedreiro se tornou quase um símbolo institucional.

A túnica de tecido grosso, o cinturão largo onde se penduravam ferramentas, o capuz que protegia do frio e da poeira, e principalmente, o avental, agora claramente reconhecível como sinal de ofício, tornaram-se quase que um uniforme.

Em alguns casos, esse avental era feito de couro curtido, cobria do peito aos joelhos, e em seu bojo trazia Marcas, iniciais ou símbolos identificando o Mestre, ou a guilda a que pertencia.

Curiosamente, o avental deixou de ser somente proteção e tornou-se representação. Com o tempo, ele passou a dizer mais sobre o homem que o usava do que sobre a pedra que ele talhava.



Assim, das peles dos primeiros tempos ao avental ritualístico da Maçonaria moderna, a veste do pedreiro acompanhou não só o progresso técnico do ofício, mas também sua elevação simbólica.

Cada dobra do tecido e cada nó do cinturão contam uma história de suor, de honra e de uma arte que atravessa os séculos, gravada na pedra e no coração dos iniciados.

Desde os tempos mais remotos, as vestimentas não somente cobriram o corpo, definiram funções, traduziram valores, marcaram fronteiras invisíveis entre o sagrado e o profano, entre o ofício e a vocação.

Das túnicas dos pedreiros, de seus aventais funcionais, muitas outras vestimentas também surgiram ao longo dos séculos.

Vemos, por exemplo, que o sacerdote, envolto em túnicas brancas, douradas ou púrpuras, não se vestia somente para a liturgia. Ele se paramentava com símbolos.

Cada cor, cada dobra, cada cordão significava algo: pureza, penitência, autoridade espiritual. A veste do sacerdote não somente cobria o homem, mas o transformava. Ao vesti-la, ele deixava de ser somente carne e osso para tornar-se canal entre o visível e o invisível, entre a terra e o céu. A roupa não era ornamento, era consagração.

Do mesmo modo, o cavaleiro, ao envergar sua armadura, vestia mais que ferro e couro. Vestia um juramento. A cota de malha que cobria o corpo era como um manto de disciplina e vigilância. O elmo escondia o rosto, mas revelava a missão.

O cavaleiro não ia à guerra como um bárbaro. Ele marchava como defensor de um ideal. Cada peça de sua armadura era posta com propósito, como se cada fivela apertasse não somente o metal ao corpo, mas também os princípios à alma.

As vestes sempre foram, assim, espelhos que anunciam ao mundo quem somos, ou pelo menos, quem desejamos ser diante do mundo.

Hoje, quando um Irmão coloca seu terno em preparação para a sessão de sua loja, pode parecer, a olhos distraídos, somente um gesto de elegância ou protocolo.

Mas não é. Aquele paletó escuro, bem abotoado, aquela gravata ajustada ao pescoço, são mais do que uma roupa formal. É uma armadura silenciosa.

Ao vesti-lo, o Irmão se reveste de coragem moral. Sua espada não é de aço, mas de palavra reta. Seu escudo não é de bronze, mas de princípios inegociáveis.

E ao pisar no Templo, ele o faz como quem atravessa o limiar entre o profano e o sagrado, assim como os antigos sacerdotes cruzavam o véu do Santo dos Santos, assim como os cavaleiros empunhavam suas espadas diante do altar antes do combate.

O Capítulo é mais que um campo de batalha, o obreiro luta contra a ignorância, o egoísmo e o fanatismo. É também púlpito onde a luz é proclamada, onde o verbo justo é plantado como semente. O maçom que se veste para a sessão não o faz somente para estar entre Irmãos, mas para encontrar-se consigo mesmo.

O terno escuro, nesse contexto, é tanto veste sacerdotal quanto armadura de combate. Ele vai para ouvir os ensinamentos, como um discípulo atento; para transmiti-los, como um missionário; e para lutar pelo que é justo, como um cavaleiro da verdade. Vestir-se para estar entre irmãos é, no fundo, despir-se do mundo e revestir-se de alma.

Sim, existem outras vestes e o hábito não faz o monge!

A aparência externa não define, por si só, o valor interior.

Vestir um terno ou trajar roupas simples não transforma, magicamente, a alma daquele que as porta.



Contudo, sejamos francos, nenhum cavaleiro em plena consciência se apresentaria para um combate desprovido de armadura, se lhe estivesse disponível.

Não falamos aqui de vaidade, mas de preparo e reverência. Nossas vestes simbólicas, sejam túnicas negras ou coloridas, não substituem a virtude interior, mas a envolvem, a protegem e a elevam. Elas compõem o tom cerimonial, dão corpo ao rito, moldam a atmosfera e, por vezes, expressam com mais clareza o sagrado do que o mais caro dos trajes formais.

Em certos momentos, sobretudo nas passagens de Grau, essas túnicas são mais que pano, são véus entre o visível e o invisível, entre o profano e o sagrado.

Mas reconheçamos, há ocasiões em que o jaquetão da Cavalaria é, sim, a mais reluzente armadura que um Cavaleiro Templário pode ostentar. Digna, firme, simbólica.

Ele se iguala a uma couraça de aço, sobretudo quando comparada àquela desajeitada cota de malha que alguns, arrastando-a deselegantemente, julgam suficiente para proteger corpo e mente das influências externas.

**Vestir-se com propósito é honrar o Templo; os irmãos;
O Supremo Supervisor; e principalmente a Si!**



Os Esquadros

No Grau de Mestre de Marca, eles não são obreiros comuns, são avaliadores. Não manejam o cinzel nem talham a pedra com golpes de maço. Sua missão é outra: verificar, julgar, aprovar.

A cada um deles é confiado o mesmo instrumento, o Esquadro, mas com finalidades distintas. Três mãos, três olhares, três critérios.

O Primeiro Supervisor observa as medidas. Ele toma o esquadro e verifica se os ângulos da pedra estão exatos, se os lados estão bem talhados, se há equilíbrio nas proporções. Busca a exatidão matemática da forma.

O Segundo Supervisor vai além da forma externa. Seu esquadro mede a harmonia. Ele verifica se as faces foram talhadas uniformemente, se há coesão estética e respeito aos padrões da obra.

Procura imperfeições que escapam ao olhar comum, um desvio sutil, uma assimetria quase invisível, um corte irregular. Sua pergunta é: essa pedra está em consonância com a beleza do conjunto?

Por fim, o Terceiro Supervisor, o Mestre Supervisor, realiza o juízo final. Seu esquadro decide se a pedra está apta a ser marcada. Mesmo que tenha passado nos dois testes anteriores, ele pode recusá-la. Sua função é zelar pela integridade final da obra. Seu veredito é irrevogável.

É só após vencer essas três provas que a pedra recebe a Marca, não como ornamento, mas como autorização. Ela não somente representa aprovação, ela consagra aquela pedra como digna de ocupar seu lugar no Templo.

Uma pedra mal esquadrejada, se admitida na estrutura, poderia causar desalinhamentos e rachaduras, e isso, num Templo erguido para o Grande Arquiteto, era inadmissível.

Mas se os esquadros da obra são técnicos, os da vida são simbólicos. Cada um de nós, como Mestres de Marca, é chamado a apresentar sua própria pedra e a submetê-la a três critérios.

- Amor Fraternal, Alívio e Verdade: lema do Rito de York.
- Bíblia, Esquadro e Compasso: as Três Grandes Luzes.
- Sabedoria, Força e Beleza: A sustentação da Loja.
- Sol, Lua e Venerável Mestre: as Luzes Menores.
- Pensar, Sentir e Agir: Modo de Viver.
- Razão, Emoção e Conduta: Ser um Iniciado.
- Corpo, Mente e Espírito: A existência humana.

Assim como a pedra é testada por três supervisores, o homem é provado pela vida em seus múltiplos aspectos.

E isso não para aqui, o caminho simbólico exige transitar por três estágios antes da Exaltação ao Real Arco: ser Mestre de Marca, Past Master e Mui Excelente Mestre. Cada um desses graus representa um novo esquadro, uma nova prova, um novo aprendizado.

Portanto, trabalhar a própria pedra é somente o início.

Passá-la pelos três esquadros é o desafio. E receber a Marca é a honra reservada àqueles que se submetem ao rigor, à beleza e à verdade do Real Arco.

"O esquadro, nas mãos do pedreiro, é mais que ferramenta, é prova. Permite testar a exatidão dos lados da pedra e assegurar que suas bordas revelem o mesmo ângulo, pois onde há precisão, ali se ergue o Templo" Mackey's Encyclopedia of Freemasonry.





O Guardião

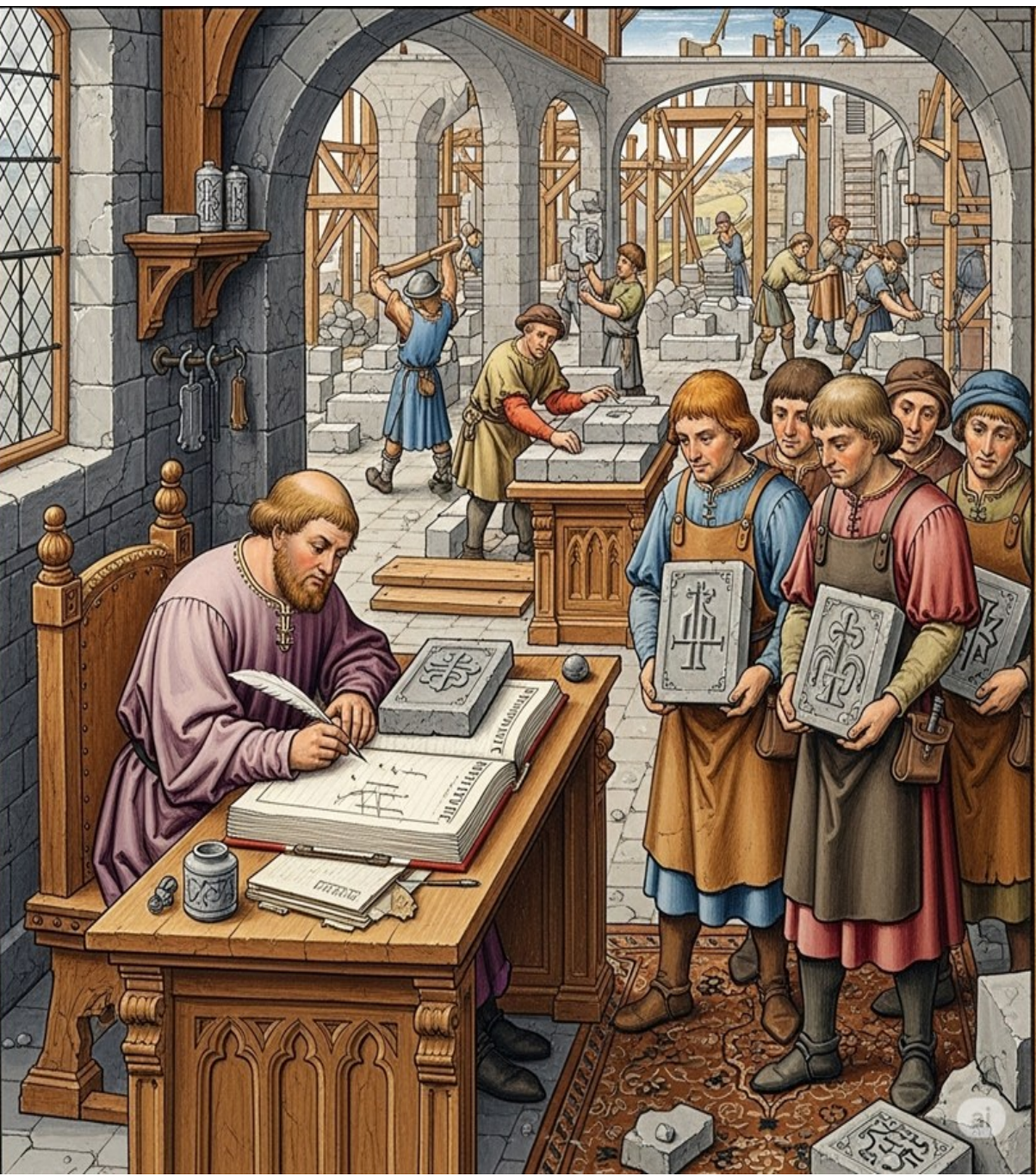
Uma vez marcada, a pedra era encaminhada ao depósito do canteiro e registrada. Os Supervisores notificavam o Tesoureiro, informando o número de pedras aprovadas de cada obreiro e apresentando as respectivas Marcas.

O Irmão Tesoureiro mantinha um livro de registros, no qual constava a lista dos obreiros, suas Marcas pessoais, o tipo de trabalho que executavam (talhadores, niveladores, assentadores, ajustadores) e o volume de produção por período, geralmente diário ou semanal.

Era com base nessa listagem precisa que os pagamentos eram feitos. Ao fim de cada ciclo de trabalho, os obreiros se dirigiam até o Tesoureiro não pelo nome, mas pela sua Marca. Este era o método adotado para garantir ordem e evitar fraudes, os pagamentos eram feitos mediante apresentação da Marca talhada em uma pedra aceita e registrada.

O obreiro se apresentava, declarava sua Marca, e esta era conferida no livro. Mais do que um simples símbolo, a Marca pessoal do obreiro era sua identidade operativa no canteiro. Ela substituíia nomes, evitava duplicidades e refletia o esforço real do indivíduo.

A Marca não podia ser transferida, emprestada ou utilizada por outro, e em caso de uso indevido ou falsificação, o autor era imediatamente excluído da obra.



Os livros de Marcas se tornaram verdadeiros arquivos de história da arquitetura.

O método de pagamento por marcas permitia três benefícios essenciais à obra: o Controle, onde cada pedra aprovada era rastreável até seu autor. A Meritocracia, pois o pagamento era feito conforme a produção real e aprovada tecnicamente, e não somente pela presença do obreiro no canteiro, e o Reconhecimento, sendo que os melhores pedreiros se destacavam e eram naturalmente promovidos a cargos superiores, recebendo tarefas mais complexas.

A Marca era, portanto, o elo entre o trabalho e a recompensa. Um sistema simples, eficaz e justo. Os Supervisores garantiam a qualidade. O Tesoureiro garantia a recompensa. O obreiro, por sua vez, sabia que sua Marca era sua palavra gravada em pedra.

"Enquanto o Verbo alça voo e se dissipa nos ventos do mundo, a Obra permanece, visível somente aos olhos da alma. A pedra talhada é o pergaminho dos justos, onde a palavra se faz carne. O tempo esquece as palavras, mas a eternidade julga o que foi feito com as mãos."



O Salário

Antes que houvesse moeda, havia troca e pagamento.

Antes da prata, do cobre e do ouro cunhado, os homens trocavam trabalho por aquilo que lhes garantia a vida: comida, abrigo, ferramentas, tecidos, etc.

E foi assim, ainda nas primeiras sociedades agrícolas, que surgiu o conceito do salário não como uma moeda fria, mas como o reconhecimento direto da utilidade do esforço humano.

Mesmo antes das civilizações clássicas, há evidências de que trabalhadores especializados, sobretudo aqueles ligados à construção de abrigos e estruturas comunitárias, recebiam compensações regulares em forma de alimentos, peles, utensílios ou proteção.

Em sítios arqueológicos como Çatalhöyük (7.500 a.C., atual Turquia) e em complexos megalíticos como Göbekli Tepe (9.500 a.C.), embora não tenhamos registros escritos, a complexidade das obras sugere algum tipo de organização hierárquica e de distribuição de recursos a grupos especializados, inclusive aos que talhavam e transportavam pedra.

Não se pode falar em Salário no sentido moderno, mas havia, sim, compensações diferenciadas para aqueles que realizavam tarefas críticas para a coletividade. Era um salário ritualizado, comunitário, de base alimentar.

No Egito Antigo, encontramos os primeiros registros formais e sistemáticos de pagamento organizado aos trabalhadores da pedra.

Nos canteiros de obras das pirâmides de Gizé, 2600 a.C., escavações em aldeias operárias revelaram que os trabalhadores eram pagos com pão, cerveja, alho, cebola e carne, orçados em quantidade proporcional ao tipo e à dificuldade do trabalho. Os pedreiros, por exemplo, recebiam mais do que os carregadores. Os lavradores de blocos de granito recebiam mais que os que moldavam tijolos de barro.

Papiros administrativos, como os encontrados em Deir el-Medina (aldeia de artesãos próxima ao Vale dos Reis), comprovam que os obreiros eram organizados em turnos, recebiam rações fixas e tinham dias de descanso.

Havia ainda cadernos de registros de faltas, produtividade e comportamento, já então uma estrutura bastante avançada de gestão de obra.

É importante destacar que, no Egito, o pagamento não era feito com moedas (elas ainda não existiam), mas com bens, distribuídos conforme o esforço.

Era um sistema de pagamento proporcional, o embrião do que seria o conceito de salário justo por tarefa cumprida.

Na Mesopotâmia, sobretudo na Suméria e na Babilônia, 1700 a.C., já encontramos registros em tabuletas cuneiformes que especificam pagamentos em cevada, azeite, lã e peixe seco a trabalhadores dos canais de irrigação.

A inovação mesopotâmica está na formalização contábil, onde os pagamentos eram registrados com nome, função e quantidade, e os trabalhadores recebiam uma ficha de argila (às vezes marcada com seu símbolo pessoal), que podia ser trocada por produtos nos depósitos do palácio ou Templo.

Aqui já se percebe um sistema próximo da lógica de pagamento por Marca, que veremos renascer mais tarde nos canteiros medievais.

Na Grécia clássica e, posteriormente, em Roma, surgem os primeiros pagamentos em moeda metálica. Os trabalhadores de obras públicas e Templos recebiam drachmas, denários, sestércios, conforme a jornada.



Os artesãos especializados, como escultores e Mestres da Pedra, eram pagos em dobro ou mais, dependendo do prestígio da obra.

Na Roma republicana, o termo *salarium* designava originalmente o pagamento em sal, dado aos soldados e mais tarde expandido ao funcionalismo civil e a certos operários.

Durante a Idade Média, o pagamento dos obreiros voltou a ser feito muitas vezes em grãos, alojamento e alimentação, especialmente nos canteiros ligados à Igreja, mas a moeda era o meio preferido dos pedreiros e isso não iria retroceder.



O pagamento do pedreiro, do lavrador de pedra, evoluiu ao longo dos milênios, mas sempre seguiu um princípio essencial: quem realiza um trabalho essencial deve ser justamente recompensado por ele.

Seja com cevada, pão ou moedas.

No Grau de Mestre de Marca, esse princípio é preservado.

O obreiro lava, apresenta sua pedra aos Supervisores, recebe aprovação, grava sua Marca e então apresenta-se ao Tesoureiro para receber seu salário.

Esse salário, no contexto ritual, representa a retribuição justa pelo esforço real, numa obra maior do que ele próprio.

Em um canteiro de obras do passado, o pagamento era mais do que um contrato material, era uma medida do reconhecimento.

No Rito de York, essa lógica é elevada à condição de símbolo. No Grau de Mestre de Marca, aprendemos que o salário não é somente o que se recebe, mas também o que representa.

Os Aprendizes não recebem pagamento em moeda. Seu salário é outro.

O privilégio de permanecer na Obra, de continuar aprendendo o traço, o corte e, sobretudo, o silêncio. Para eles, isso já é recompensa suficiente.

Trabalham com afinco, mas são pagos com aquilo que o mundo moderno quase esqueceu, o dom da paciência e o direito de seguir crescendo.

Entre os Aprendizes, ainda não há marcas. Não gravem seus símbolos nas pedras. Somente observam as marcas dos que vieram antes e escutam, em reverente atenção, a voz dos Supervisores.

Seu pagamento é o olhar atento e a confiança de que, se forem constantes, um dia serão chamados a gravar seus nomes na eternidade.

O salário do Aprendiz é o tempo de formação, a confiança depositada por seus Mestres.

Ao ascenderem, recebem um privilégio fundamental, o direito de marcar. Aqui, o pagamento se dá segundo a pedra apresentada, lavrada, ajustada e aceita.

Transportando esse ensinamento para o nosso Grau, podemos receber esse pagamento de diversas formas simbólicas:

Receber o Penny Chapter, com o número do Capítulo e Gravar sua Marca; receber a Palavra de Passe e as senhas do Grau;



Ser reconhecido como um Mestre de Marca; ser recebido como um Irmão do Capítulo. Um igual.

O salário, portanto, é a honra do reconhecimento. Sua Marca na pedra é o elo entre o esforço invisível e a eternidade da Obra.

Os Supervisores, que já não lavram com as mãos, recebem outro tipo de recompensa, o peso da responsabilidade, são pagos com o poder de julgar, mas também com a carga de errar e o seu salário é o mais silencioso e, talvez, o mais exigente.

Eles não apresentam Marcas. Seus nomes não constam entre os que batem à porta para receber o pagamento. No entanto, é deles a função de garantir que só o justo seja recompensado e que nenhuma pedra disforme entre no Templo.

Se um obreiro for pago por uma pedra mal lavrada, a culpa recairá sobre quem a aprovou.

Por isso, o salário do Supervisor é simbólico, ele recebe a confiança dos Irmãos, o respeito da hierarquia e o julgamento do Supremo Supervisor. E, como dizemos em nossos trabalhos, o julgamento do Supremo Supervisor é sempre mais exato do que qualquer esquadro humano.



Os Justos

Falar de salário, na Maçonaria, é falar de justiça aplicada ao trabalho. No Grau de Mestre de Marca, esse conceito transcende a mera troca de esforço por pagamento, ele se transforma em expressão simbólica da correspondência entre mérito e reconhecimento, entre a Marca e a medida.

Desde os tempos mais antigos, a Marca gravada na pedra não era somente uma assinatura, era uma moeda simbólica de identidade e responsabilidade. Ela ligava o obreiro ao que produzia. E isso era vital, pois o salário, qualquer que fosse sua forma, só era liberado após a verificação da pedra e o registro da Marca no rol mantido pelo Tesoureiro da Obra.

O historiador David Stevenson, em sua obra *The Origins of Freemasonry*, afirma que: *“as Marcas dos pedreiros funcionavam como assinaturas medievais, ao mesmo tempo, distintivas, funcionais e simbólicas.”*

Elas eram, de fato, a única maneira de vincular o trabalho a um nome, ou melhor dizendo, a uma identidade de ofício.



E faire uirtudipash's **S**tonemason

"Em cada geração, há trinta e seis justos que recebem a Face da Presença Divina." Talmude.

"O mundo se apoia sobre aqueles que são desconhecidos"
Zôhar.

"Homens Justos cujo mérito sustenta o mundo, suas luzes não brilham para si, mas para que o mundo não se apag

Em canteiros como os de York, Canterbury, Chartres e Colônia, descobrimos centenas de Marcas entalhadas nas pedras das catedrais.

Muitas dessas Marcas são repetidas em diferentes pontos da mesma construção, indicando que o mesmo obreiro executou diversas partes da obra.

Em registros paralelos, rolamentos, contas de mosteiros, inventários das loggias operativas, encontramos listagens das Marcas acompanhadas dos pagamentos correspondentes.

Isso mostra que, mesmo antes da invenção da contabilidade moderna, os canteiros desenvolveram um sistema justo e funcional de pagamento por produção validada.

A Marca precede o salário; a pedra aprovada precede o recibo.

O Ritual do Grau de Mestre de Marca reforça essa lógica ao afirmar:

“Nenhum homem pode ser pago por aquilo que não realizou; nenhuma Marca pode ser aceita sem que a pedra tenha sido verificada pelo Esquadro do Supervisor.”

Esse princípio é repetido em várias tradições do Rito de York e é corroborado pelo estudioso Colin Dyer, que em: *A Ritual to Remember* comenta: “A cerimônia de Marca introduz uma tensão dramática, a relação entre justiça e reconhecimento, entre a obra e sua recompensa.”

Essa tensão nos lembra de que a Maçonaria jamais se dissocia do mundo real, o canteiro é um reflexo do mundo, e o salário é um espelho da ética.

No Grau, o Tesoureiro ocupa um papel de extrema importância, ele não distribui favores, distribui justiça. Seu livro não traz nomes, mas sim Marcas. Ele não pergunta “quem és?”, mas “qual é tua marca?”.

E isso nos ensina que o reconhecimento não depende do título, mas do esforço comprovado.

No Grau de Mestre de Marca, o salário é a certeza de ter sido aceito, de ter contribuído para a Obra, de ter sido reconhecido pelos pares.

Como bem disse o Irmão William Hutchinson, em sua obra *The Spirit of Masonry* (1775): “O verdadeiro pagamento de um maçom não é o ouro que reluz, mas a consciência de que sua obra é justa e digna aos olhos de Deus e dos homens.”

Portanto, estudar os salários no Grau de Mestre de Marca é compreender que toda pedra deve ser lavrada, conferida e marcada.

Toda Marca deve ser registrada e validada; todo obreiro deve ser pago segundo o seu mérito; E todo pagamento deve ser justo, transparente e proporcional.

A justiça distributiva no canteiro é um reflexo da justiça universal.

O salário não é só o que se recebe, é também o que se é.

Como escreveu Anderson nas Constituições de 1723: *“Os Maçons devem trabalhar fielmente nos dias úteis para merecerem o sustento nos dias de descanso.”*

Essa é a ética da Marca. Ela transforma a simples troca de trabalho por moedas em um ato de justiça e honra.

Você está preparado para cobrar o justo por seu trabalho?

Você está preparado para pagar o justo pelo trabalho alheio?

Você sabe o seu Valor?
O Supremo Supervisor Sabe!



As Moedas

Antes das moedas, os povos antigos utilizavam o escambo, a troca direta de bens e serviços como forma de transação. No entanto, esse sistema apresentava muitas limitações, especialmente quando as necessidades das partes não coincidiam. Assim, surgiu a necessidade de um meio de troca aceito por todos, com valor intrínseco ou reconhecido culturalmente.

Os primeiros exemplos foram conchas, sal, gado, grãos e até metais preciosos.

Por volta do século VII a.C., na região da Lídia (atual Turquia), surgiu a primeira moeda de metal cunhada oficialmente, era feita de *electrum*, uma liga natural de ouro e prata.

O rei Aliates e, posteriormente, seu filho Creso, padronizaram o uso de moedas com peso e valor fixo, marcadas com selos reais, dando início ao que conhecemos como sistema monetário.

Na Grécia Antiga, as moedas passaram a carregar símbolos das cidades-estado e de suas divindades tutelares.

O tetradracma ateniense, com a coruja de Atena, se tornou um ícone do comércio mediterrâneo.



Em Roma, o sistema monetário se expandiu e se estruturou com moedas como o denário (prata) e o áureo (ouro), essenciais para o pagamento de soldados, impostos e tributos.

Muito antes da invenção das moedas, o valor era uma questão de peso. Literalmente. A prata, em estado bruto ou fundida em lingotes irregulares, era pesada na balança antes de qualquer troca. O verbo hebraico *shékel*, de onde vem o termo Siclo, significa exatamente isso, o ato de pesar.

E desse ato nasceu a moeda, não como objeto decorativo, mas como medida da equidade.

O Siclo Judeu de Prata surge como uma das primeiras expressões concretas desse valor pesado e reconhecido. Era uma unidade de peso, mas também de confiança.

Um siclo equivalia a cerca de 12 a 16 gramas de prata. Com ele, Abraão comprou a caverna de Macpela, para sepultar Sara (Gênesis 23), pagando 400 siclos. Não se tratava somente de uma transação, era um testemunho.

“E Abraão pesou a Efrom a prata de que falara... e quatrocentos siclos de prata corrente entre mercadores.” (Gênesis 23:16)

Esse *“pesar corrente entre mercadores”* já nos revela algo essencial, havia um padrão. Um pacto de valor.

O siclo era, portanto, mais que um pagamento, era um selo de verdade.

Já o Denário, nascido em Roma, era cunhado em prata e correspondia a um dia de trabalho de um operário comum.

Desse deriva a palavra dinheiro, pois tudo que é valor mensurável, trocável e reconhecido passa por ele.

Um simples disco de prata com a efígie do imperador de um lado e o título *Pontifex Maximus* do outro.

Foi com um denário que se tentou armar uma cilada para Jesus, porém ele perguntou: *“De quem é esta imagem?”* responderam: *“De César”*, ele disse então: *“Daí, pois, a César o que é de César e a Deus o que é de Deus.”* (Mt 22:21)

O denário carrega a Marca do império. O siclo é a Marca da Aliança.

No Grau de Mestre de Marca, o tema do valor não se refere somente ao quanto vale uma pedra talhada, mas principalmente a quem a lavrou, e, mais importante, com qual intenção e qualidade.

Além da função prática, cada moeda carrega uma simbologia, o selo do rei, o nome de uma era, o rosto de um império. Marca-se o valor não somente pelo que representa, mas pelo que testemunha.

Assim como as moedas têm anverso e reverso, a vida do obreiro tem seus dois lados, o que se mostra ao mundo e o que se oferece a Deus.

Com base nos dados históricos e no preço atual da prata, podemos estimar os seguintes valores para o siclo judeu de prata e o denário romano, tanto em valor nominal (pela prata contida) quanto em poder de compra.

Valor nominal atual, peso da prata, o Siclo judeu de prata (11,3g) aproximadamente 9 dólares. O denário romano (3,9g) é aproximadamente 3 dólares.

Valor estimado pelo Poder de Compra da época, o Denário romano equivalia ao salário diário de um trabalhador comum, cerca de 50 dólares nos padrões atuais. O Siclo judeu de prata, aproximadamente o valor de dois dias de trabalho, ou seja, 100 dólares.

Dessa forma, meio siclo judeu de prata seriam 50 dólares, ou R\$ 276,00 (23/07/2025).

Enquanto isso, em Jerusalém, os judeus usavam o siclo de prata, uma moeda que tinha peso e pureza específicos. Essa moeda era usada no pagamento do tributo do Templo (Êxodo 30:13) e simbolizava tanto dever religioso quanto identidade comunitária.

As moedas sempre foram mais do que simples instrumentos econômicos. Elas serviam para difundir símbolos de poder (rostos de imperadores, emblemas reais).

Transmitir mensagens políticas e religiosas. Estabelecer a confiança pública (o selo oficial dava segurança contra falsificações).



Na tradição do Grau de Mestre de Marca, a moeda volta a ser símbolo de identidade, confiança e valor.

Cada Mestre de Marca recebe uma moeda com duas inscrições fundamentais, de um lado, a sua Marca pessoal, símbolo do seu trabalho, da sua identidade como obreiro aceito. Do outro lado, o número de seu Capítulo, que o vincula à sua origem, ao corpo iniciático que o acolheu e confirmou.

Essa moeda não é somente um objeto simbólico, é sua credencial. A moeda, portanto, representa sua aceitação como obreiro qualificado. Sua fidelidade à Marca que deixou. Sua dignidade como membro da fraternidade.

E, como nos antigos canteiros, quem tinha uma Marca válida, reconhecida e aceita também tinha o direito ao salário, ao respeito e à solidariedade.

Cowans

Após falarmos sobre os obreiros, seus instrumentos, suas marcas e o justo salário conferido após o julgamento dos Supervisores, torna-se inevitável abordar um tema que, embora desconfortável, é ancestral, o dos impostores do ofício, conhecidos como Cowans.

O termo aparece já nos registros operativos da Escócia do século XVII. Na Antiga Ata de Edimburgo de 1598, os Cowans são mencionados como trabalhadores não qualificados, não admitidos, ou ainda, estranhos à arte. Eram pedreiros que, sem passar pela formação adequada nem possuir marca reconhecida, tentavam infiltrar-se nos canteiros para obter pagamento por uma obra que não realizaram.

O sistema de marcas era mais que uma assinatura, era a prova da identidade, o selo do mérito. Cada Marca estava associada a uma pedra, e cada pedra aprovada estava atrelada a um pagamento. Ora, bastava que alguém furtasse ou imitasse uma Marca legítima para tentar usá-la como senha de entrada à recompensa. E foi assim que surgiram os primeiros falsários do canteiro, homens que usavam o nome de outro para receber o salário de um trabalho que não fizeram.

Esses Cowans, ainda que à margem da Arte, nem sempre vinham como ladrões. Alguns eram somente curiosos, ou Aprendizes frustrados, ou mesmo homens em desespero.

Mas quando tentavam receber por algo que não lavraram e, portanto, manchavam a pureza da Obra, eram tratados não somente como estranhos, mas como inimigos da Fraternidade.



É por isso que os Cowans, nas tradições maçônicas posteriores, passaram a simbolizar aqueles que querem colher sem plantar, receber sem dar, levar sem contribuir.

O Mestre de Marca é advertido contra eles. O Ritual nos ensina: *“A pedra deve ser marcada, conferida e registrada. Nenhum salário deve ser pago a quem não provar sua Marca e seu Labor.”*

Essa advertência ecoa com clareza: o trabalho autêntico não pode ser imitado. A verdadeira Marca não é somente o símbolo entalhado, é a força impressa na pedra, o gesto visível do espírito ativo.

E aqui cabe uma comparação mais firme, que vem de antigas tradições do Oriente. Nas antigas cidades da Pérsia e do mundo árabe, o roubo, especialmente o de alimento, de ferramentas ou de trabalho, era tratado como um dos crimes mais graves. Em certos contextos históricos e jurídicos, a pena para esse crime era a mutilação da mão, não por crueldade, mas como símbolo de que aquela mão havia quebrado o pacto com a comunidade. A mão que rouba o pão de outro rompe o laço sagrado da convivência.

Assim nos ensina o Alcorão, Surata 5:38: *“Ao ladrão e à ladra, cortai a mão, em retribuição pelo que cometeram, castigo exemplar de Allah. E Allah é Poderoso e Sábio.”*

Assim como a pedra disforme é rejeitada, o Cowan é expulso. E que não se diga que se trata de rigor injusto. A justiça da marca não admite falsidade, nem indulgência com a fraude.

Como advertiu o Irmão Albert Mackey: *“O Cowan é mais perigoso do que o profano, ao tentar infiltrar-se entre nós sem luz, sem esforço e sem merecimento.”*



Nos tempos antigos, os Cowans eram barrados pelo Guarda Externo. Hoje, eles surgem sob outras formas, simulando virtudes, se apropriando de ideias alheias, se apresentando como Mestre sem ter trabalhado em sua pedra.

**Toda obra verdadeira carrega em si o sopro,
o suor e o selo do seu artífice.**

O Porto de Joppa

A cidade portuária de Joppa. Não se trata de mera geografia, mas de um limiar simbólico onde o mar e a terra se encontram.

As camadas arqueológicas de Tell Yafo, com cerca de 40 metros de altura, revelam ocupação humana contínua desde pelo menos 2.600 a.C.

A cidade, assentada sobre um promontório natural à beira do Mediterrâneo, já era ali um entreposto de pedra, comércio e vigilância.

Já na 18ª Dinastia egípcia, o nome de Joppa surge como Ya-Pho nas listas de Thutmose III e nas Cartas de Amarna, figurando não só como aliado estratégico, mas como teatro de episódios lendários.

Com o advento da monarquia unificada em Israel, o papel de Joppa torna-se ainda mais crucial.

Salomão institui uma organização portuária, com fiscais e trabalhadores, expedindo editos sobre a entrada e saída do reino.

Conta uma lenda que três estranhos irmãos chegaram ao entardecer ao porto de Joppa, eram homens de aparência cansada, com vestes empoeiradas e semblantes fechados.

Ao avistarem um barqueiro prestes a içar vela, aproximaram-se com certo alvoroço.

Senhor, disse o primeiro, vemos que tens um barco pronto para zarpar. Há urgência em nossa partida. Buscamos passagem para terras além do Mar Vermelho.

O barqueiro, homem vivido, de olhos fundos e mãos calejadas do ofício, respondeu com calma: Alegra-me poder servir aos viajantes, mas devo cumprir as ordens do Rei.

Mostrem-me, pois, vossos passes. O segundo homem, que trazia sob o manto uma pequena bolsa de couro, retirou dela moedas e falou com firmeza: não temos passes, mas temos prata. Oferecemos trinta ciclos, três vezes o valor de uma travessia comum. Basta-nos tua discrição e teu leme.

O barqueiro, sem mover a mão do leme, apenas balançou a cabeça: 'Homens podem ser comprados. Um homem de Ofício, não. O Rei Salomão emitiu um decreto claro: ninguém deixa o Reino sem o Passe Real. Silêncio. O terceiro irmão, que até então não havia falado, desviou o olhar para as montanhas ao longe, como se soubesse o que seguiria. Resta-nos o interior, e partiram em silêncio, enquanto o sol se deitava sobre as águas do porto de Joppa.

A Aliança (2 Crônicas 2:3-4): *“E Salomão enviou a Hirão, rei de Tiro, dizendo: ‘Assim como fizeste com Davi, meu pai, e lhe mandaste cedros para edificar uma casa para nele habitar, assim também fazes comigo. Eis que estou para edificar uma casa ao Nome do Senhor, meu Deus, para lha consagrar.’”*

O pedido: (2 Crônicas 2:8): *“Manda-me também madeira de cedros, de faias e de sândalo, do Líbano, porque eu sei que os teus servos sabem cortar madeira no Líbano; e eis que os meus servos estarão com os teus.”*

A Resposta: (2 Crônicas 2:16): *“E nós cortaremos madeira do Líbano, segundo toda a tua necessidade, e a traremos a ti em balsas pelo mar até Joppa; e tu a farás subir para Jerusalém.”*

E assim desceram os homens ao litoral, e em Joppa, sob o sol escaldante e os gritos das gaivotas, tocaram o solo sagrado as primeiras balsas de cedro, conduzidas pelas águas do mar e pela aliança entre dois reis. Não havia prata que pagasse aquela madeira, pois ela fora destinada à Casa de Deus desde os tempos em que a promessa ainda era semente no coração de Davi.



As imensas toras de cedro oriundas do Líbano, essenciais para a construção do Primeiro Templo, eram transportadas por mar até o porto de Joppa.

Dali, em procissão terrestre, subiam até Jerusalém.

Cedros, ciprestes, pedreiros e carpinteiros fenícios ali desembarcavam não como simples operários, mas como artífices do sagrado.

O comércio era mediado por contratos diplomáticos e acordos tributários.

Salomão pagava com trigo, azeite e vinho, e o porto registrava tudo com o rigor de uma alfândega cerimonial.

Essa infraestrutura incluía a emissão de passes reais e registros de carga, com controle de peso, origem e finalidade.

O Tesoureiro Real, à beira-mar, conferia, assinava e selava num ofício.

Semelhante ao papel do Tesoureiro no Capítulo, aquele que registra, autentica, confere e confia, não somente os bens materiais, mas os valores da consciência.



Na simbologia bíblica, Joppa também abriga momentos decisivos, foi dali que Jonas embarcou para Társis, em sua vã tentativa de fugir do chamado divino (Jonas 1:3), fazendo da cidade um limiar da obediência.

Sob domínio assírio, babilônico, persa e helenístico, Joppa manteve seu papel como elo diplomático e logístico.

Alexandre, o Grande, teria acampado ali com suas tropas.

Já sob Roma, foi eclipsada em parte por Cesareia Marítima, o grandioso porto artificial de Herodes, mas jamais perdeu sua aura histórica.

Durante as Cruzadas, tornou-se sede do Condado de Jaffa, sendo palco de batalhas intensas, conquistada por Saladino em 1187 e reconquistada por Ricardo Coração de Leão em 1191.

Na era islâmica, após a conquista em 1515, a cidade declinou, mas foi revitalizada no século XVIII com a construção da Mesquita Mahmoudiya e da fonte pública Sabil Abu Nabbut, bem como com o renascimento do comércio.

No século XIX, com a industrialização, Joppa tornou-se famosa pelas laranjas de exportação, as célebres *Jaffa Oranges*, e por sua indústria de sabão, tipografia e artesanato metálico.

Em 1865, os otomanos ergueram o Farol de Jaffa, que guiaria navios até 1966.

À sua frente, a Rocha de Andrômeda, eternizada pelo geógrafo romano Plínio, passou a atrair visitantes, conectando o local à mitologia grega e ao imaginário coletivo.

Já no século XX, com a ascensão de Tel Aviv, a antiga Joppa foi progressivamente anexada ao tecido urbano moderno, tendo passado por reestruturações urbanas e, finalmente, pela consolidação como bairro histórico e porto de pesca e turístico.

Mas o essencial não está somente na linha do tempo, está na estrutura simbólica que atravessa os séculos.

Desde as autorizações para os navios fenícios até o controle de carga e tributos, passando pelos registros do Tesoureiro Real, temos ali um modelo antigo de diplomacia, fiscalização e confiança.

Ao evocar o Templo de Salomão e os obreiros que o ergueram, nós, como Mestres de Marca, encontramos em Joppa não somente um entreposto de madeira e pedra, mas um espelho do nosso próprio ofício.

Ali, o controle sobre a entrada e a saída das mercadorias era meticuloso; cada carga registrada, cada autorização selada com o peso da responsabilidade real. Nenhuma tábua de cedro, nenhum homem cruzava os portões do Reino sem o Passe do Rei, símbolo de um poder que não somente fiscaliza, mas autentica.

Mais do que um porto, Joppa é uma memória viva.

Suas docas falam do rigor e da ordem que precedem a edificação do sagrado.

E para aqueles que trilham o caminho da Retidão, o antigo porto de Joppa permanece como um testemunho silencioso, firme na retidão e na consciência, fiel à lei justa inscrita não apenas em pergaminhos, mas na alma dos que ali desembarcaram.

Suas margens acolheram cedros e homens, histórias e promessas, e seguem ecoando, entre aventuras e mistérios, o chamado do Real Arco. Que os que por ele caminham possam, um dia, ali aportar, e serem reconhecidos como verdadeiros obreiros do Templo.



O Cinzel e o Malho

Antes que uma pedra seja marcada com um símbolo, ela precisa ser preparada. E, antes que esteja pronta para ser inserida na parede de um Templo, ela precisa ser ferida com intenção.

É nesse ponto que entram as duas ferramentas mais íntimas do pedreiro, o cinzel e o malho, a inteligência que define e a força que executa.

O cinzel é a extensão do pensamento do obreiro. Com ele, não se quebra, se revela. Ele atua onde a régua já traçou limites e onde o esquadro exigirá precisão.

Desde o Egito Antigo, o cinzel já era empregado pelos escultores e lavradores de pedra.

No início, era feito de cobre endurecido ou bronze. Depois, passou a ser de ferro forjado e finalmente de aço temperado.

Os tipos de cinzéis são diversos: cinzel plano, para alisar superfícies; cinzel pontiagudo, para iniciar lavras brutas; cinzel dentado, para dar textura à pedra e rebarbas; e cinzel fino, específico para marcas pessoais e entalhes.

Em pedras calcárias, usa-se o cinzel de bronze; já em granitos e mármore, o cinzel de aço. Há ainda os cinzéis para madeira, para metais e para ossos, cada qual com sua dureza, função e ângulo de ataque.

Na Maçonaria, o cinzel representa o intelecto refinador, aquele que atua após o impacto para dar forma às ideias.

Quando um Mestre aplica sua Marca, é com um cinzel que ele grava o símbolo na pedra, não com fúria, mas com intenção clara.

O malho é a vontade transformada em ação. Sem ele, o cinzel é inerte. Com ele, a pedra ouve.

Os primeiros malhos eram feitos de madeira dura como carvalho ou oliveira.

Eram simples, arredondados e pesados. Depois vieram os malhos com cabeça metálica e cabo reforçado, capazes de aplicar golpes contínuos sem rachar.

Na Idade Média, os malhos usados pelos maçons operativos eram de carvalho, para pedras macias; chifre, osso ou bronze, em esculturas; ferro fundido, em lavras pesadas;

Com o tempo, surgiram variações regionais, o Mallet inglês com ponta oval, o Mazzuolo italiano com corpo achatado e os malhos franceses de cabeça triangular.

Na tradição maçônica, o malho (ou maço) representa a vontade ativa, o poder de ação que transforma ideias em realidade. Ele é o instrumento de quem corrige excessos, refina a matéria e marca a pedra com esforço próprio.

Não se marca a pedra com a palavra.

Marca-se com trabalho. E para o trabalho ser justo, é preciso que o golpe do malho seja firme, nunca leviano, e que a lâmina do cinzel seja aguda, nunca cega.

Essa parceria entre as ferramentas simboliza também o que o Mestre de Marca deve alcançar, a unidade entre intenção e ação. A força que golpeia e a lâmina que modela.

“O malho ensina que nenhuma vontade deve ser inerte, e o cinzel lembra que nenhuma força deve ser bruta.” David Stevenson.

O malho é um instrumento de impacto. Mas seria um erro vê-lo somente como sinônimo de força. Ele não é martelo, é malho, tem cabeça mais larga, cabo curto e peso proporcional ao controle, não ao excesso. Ele não destrói, ele revela.

Em muitas tradições iniciáticas, o malho era também chamado de “*a mão do Mestre ausente*”, pois ele deixa sua Marca sem que a mão toque diretamente a matéria.

Antes de se levantar o primeiro pilar de um Templo ou se esculpir a face dos deuses, o Egito já dominava a pedra. E entre todas as maravilhas desse império antigo, poucas intrigam tanto quanto os colossos de Abu Simbel talhados diretamente no maciço de granito rosado da Núbia, como se os deuses tivessem descido à terra e deixado ali seu reflexo em pedra. Erguidos por ordem de Ramsés II no século XIII a.C., esses monumentos não somente desafiam o tempo, mas também a compreensão moderna.

O enigma começa pela própria natureza do material. O granito é uma rocha ígnea, composta por quartzo, feldspato e mica, com dureza considerável o suficiente para desgastar facilmente qualquer ferramenta de cobre, o metal mais resistente à disposição dos egípcios naquele período.

No entanto, escavações arqueológicas nas pedreiras de Assuã e nos arredores de Abu Simbel revelaram uma solução engenhosa: bolas de Dolorita, uma rocha ainda mais dura, eram usadas como martelos para fraturar a superfície do granito. Com paciência quase ritual, os artesãos golpeavam a rocha repetidamente, desgastando-a em pontos específicos até moldá-la da forma desejada.

Além disso, havia o uso de abrasivos naturais. A areia do deserto, rica em quartzo, funcionava como um agente de desgaste ao ser misturada com água e aplicada entre lâminas de cobre ou madeira, usadas em movimentos de serra.

Essa técnica permitia cortes relativamente precisos, ainda que exigisse milhares de horas de trabalho coordenado.

E isso revela outra face desse enigma, não se tratava de ações isoladas, mas de uma verdadeira logística do sagrado, onde centenas de artesãos, arquitetos e operários atuavam sincronizadamente, sob orientação dos Mestres de Obras.

A precisão das construções de Abu Simbel, por sua vez, nos conduz a outra dimensão do mistério.

O Templo principal foi construído de modo que, duas vezes por ano, em datas ligadas ao nascimento e à coroação de Ramsés, os raios do sol nascente penetrassem diretamente na câmara mais interna do Templo, iluminando somente três das quatro estátuas entronizadas. Isso implica o domínio de astronomia, matemática e engenharia.



Estudiosos, como Joseph Davidovits, aventam uma hipótese de que parte das construções egípcias teria sido feita com uma espécie de granito sintético, moldado in loco a partir de compostos minerais.

Essa ideia, embora controversa, lança luz sobre a possibilidade de que técnicas sofisticadas, de origem química e não mecânica, possam ter sido empregadas em certas fases do Antigo Egito.

Para os egípcios, a pedra era mais do que matéria, era memória, permanência e manifestação do divino. Cada golpe de martelo não era somente um ato técnico, mas uma liturgia, uma repetição do gesto criador de Ptah, o deus-artífice do mundo.

Esculpir o rosto de Ramsés em uma montanha era, nesse sentido, não somente fixar a imagem de um homem, mas eternizar a presença do faraó no coração da terra e da eternidade.

Assim, Abu Simbel nos fala de um tempo em que a técnica era também rito, e onde os limites da matéria eram superados por uma vontade coletiva orientada por símbolos, astros e deuses.

Um mistério não pelo que se perdeu e sim pelo que esquecemos de enxergar. A verdadeira engenharia dos antigos pode não ter residido somente nas ferramentas que usavam, mas na visão de mundo que os guiava. E essa, como os colossos, permanece de pé.

Enquanto o malho dá o golpe, o cinzel define o gesto. Ele é o bisturi do obreiro. É com ele que se rasga a superfície da pedra para que dela surja forma, letra, marca, símbolo.

Entre os desfiladeiros silenciosos do deserto da Jordânia, ocultando-se por séculos aos olhos do mundo, repousa Petra, a antiga capital dos nabateus, talhada diretamente nos penhascos de arenito como se os deuses tivessem riscado a paisagem com a ponta de um cinzel sagrado.

E talvez o mais assombroso não seja a beleza de suas fachadas monumentais, como o famoso Khazneh, mas o modo como foram esculpidas, diretamente na rocha viva, com precisão arquitetônica, simetria ornamental e domínio técnico que desafiam ainda hoje engenheiros e arqueólogos.

O que torna Petra única não é somente a grandiosidade, mas o processo de construção.

Ao contrário de outras cidades antigas, ali não se ergueram estruturas com blocos empilhados.

Cada Templo, cada túmulo, cada escadaria foi escavado de cima para baixo, talhado com ferramentas simples em uma rocha traiçoeira, o arenito avermelhado. Embora mais macio que o granito, esse material é poroso e estratificado, exigindo extremo cuidado, pois um erro poderia desmoronar uma seção inteira da fachada. Manter a precisão com ferramentas rudimentares, nesse contexto, era um feito tão técnico quanto espiritual.

A arqueologia identificou o uso de cinzéis de ferro, martelos e maços em diferentes fases da construção.

E é aí que entra um detalhe intrigante: registros orais entre ferreiros da região e algumas teses acadêmicas apontam que os cinzéis usados em Petra eram temperados de forma especial, mergulhados em água salgada aquecida sobre fogo de madeira de oliveira.

Embora pareça uma receita quase alquímica, esse método tem fundamento prático.

A água salgada acelera o resfriamento do ferro durante a têmpera, endurecendo a superfície e conferindo-lhe maior durabilidade, uma necessidade evidente para quem precisava manter um fio firme em contato constante com a pedra.



Já a madeira de oliveira, além de abundante na região, produz uma chama limpa e intensa, ideal para forjas artesanais. Seu uso, aliás, remete também a um simbolismo ancestral. Para os povos semitas, a oliveira era árvore de paz, sabedoria e consagração, e mesmo a têmpera do ferro podia ser, assim, um rito silencioso de consagração do ofício.

Os artesãos de Petra não dispunham de plantas arquitetônicas como as que temos hoje.

Trabalhando sobre escadas entalhadas na rocha ou plataformas improvisadas, escavavam de cima para baixo, nivelando a obra com linhas traçadas na própria parede do penhasco.

Usavam cordas com peso para marcar eixos verticais, e cordéis tingidos com carvão ou pó mineral para riscar guias horizontais.

A proporção era mantida pela repetição modular, colunas, capitéis, frisos e nichos obedeciam a padrões matemáticos fixos, talvez transmitidos oralmente, talvez inscritos em tábuas de madeira ou pedra que não resistiram ao tempo.

E o tempo, aliás, é parte do mistério.

Pois o que vemos hoje são ruínas, sim, mas ruínas que ainda falam.

A precisão das esculturas, os detalhes geométricos das fachadas, os jogos de luz e sombra que revelam um domínio sofisticado do espaço nos dizem que Petra não foi obra do acaso, nem da improvisação.

Foi fruto de uma cultura que conhecia profundamente a matéria com que trabalhava, e que via na pedra não somente resistência, mas possibilidade.

Cada cinzelada era um ato deliberado. Cada golpe, uma escuta da rocha.

Esculpir em Petra era revelar o que já estava ali, como se os artesãos somente libertassem a forma contida na falésia.

Foram instrumentos de revelação.

E talvez seja essa a lição mais profunda deixada pelos Mestres ocultos das falésias: esculpir é ouvir a pedra e obedecer ao seu espírito.

Hoje, caminhando por suas ruínas esculpidas, ouvimos ainda os ecos desse gesto.



A obra permanece. E, com ela, o mistério.

O malho e o cinzel expressam a essência da obra, vontade e técnica, desejo e disciplina, impulso e direção. Eles são também a primeira forma de diálogo entre o homem e a matéria, uma linguagem sem palavras, escrita nas pedras.

E assim, quando um Mestre de Marca se ajoelha e segura o cinzel, está de certo modo se unindo a uma linhagem que remonta aos primeiros obreiros da história. A pedra que se grava não é somente a que está diante de nós, é também a nossa própria.

David Macaulay, Cathedral, The Story of Its Construction: *“A maioria das ferramentas usadas pelos pedreiros no século XIII não diferia muito daquelas utilizadas mil anos antes. O cinzel e o malho eram extensões diretas da mão humana, refinadas pela repetição do ofício, não por revoluções tecnológicas.”*

Macaulay descreve com maestria o trabalho sequencial dos canteiros de catedrais, começando com o corte bruto da pedra com escopros grandes, depois afinando com cinzéis de ponta reta para dar forma e textura. Ele também ressalta a importância do ritmo no uso do cinzel, alternando golpes firmes com toques suaves, como um artesão que escuta a resistência da pedra.

“Os canteiros mais experientes podiam sentir com os dedos e ouvidos se o corte estava correto, pelo som e pela vibração da ferramenta.”

Mark Wilson Jones, em *Principles of Roman Architecture*, examina as práticas operativas da Roma Antiga, com grande atenção à escultura e construção monumental.

Sobre os cinzeis, ele afirma:

“Ferramentas como o cinzel plano, o escopro dentado e a gradine foram essenciais para o refinamento da superfície do mármore ou do tufo. Mas sua eficácia dependia diretamente do tratamento térmico do metal, um processo transmitido de geração em geração entre ferreiros.”

Histoire des Outils des Sculpteurs et Tailleurs de Pierre, (Musée des Compagnons du Devoir, França). Ele traça a evolução das ferramentas do escultor e do canteiro desde a Antiguidade até o século XIX:

“A precisão do corte não vinha da finura da lâmina, mas da regularidade do gesto. Um talhador de pedra experiente valia mais que uma máquina.”

שים ביד

Breicichel 44-5



Marca Bem

Na Bíblia, a expressão aparece com vigor em Ezequiel 44:5, quando o Altíssimo ordena ao profeta: *“Filho do homem, Marca Bem, olha com teus olhos e ouve com teus ouvidos...”*

Aqui, o imperativo **Marca Bem**, não é mero convite à atenção superficial. Em hebraico, lê-se שִׁים לְבָבְךָ עַל זֹאת (Sîm levavekha al zot) *“Coloca teu coração sobre isto.”*

Uma convocação à atenção plena, ao assentamento interior de um ensinamento, à gravação consciente de algo que deve ser guardado como selo na alma.

Essa ideia ressurge em 2 Timóteo 2:7, quando Paulo escreve: *“Considera o que digo”* ou, num paralelo válido, *“Marca bem minhas palavras”*, como quem transmite um conselho que deve ser meditado e vivido.

No Grau de Mestre de Marca, essa expressão ganha vida própria.

Antes que o obreiro deixe sua Marca na pedra, ele precisa escolher, observar, medir e decidir.

**A pedra só será aceita no Templo se estiver reta ao esquadro,
firme ao prumo e talhada com precisão e maestria.**

Nossa Marca interior, aquela que oferecemos à vida e aos Irmãos, precisa refletir não vaidade, mas retidão. Quem Marca bem, não somente grava um sinal. Marca com a alma.

Nos canteiros operativos da Idade Média, encontramos centenas de Marcas entalhadas em pedras de catedrais.

Segundo os estudos de Arnold Lähnemann e os registros do *Deutsches Nationalmuseum*, essas Marcas eram transmitidas oralmente, sem convenção escrita, e mais importantes que qualquer assinatura em papel. Um corte malfeito, uma Marca disforme, era uma falha tanto técnica quanto moral.

Marcar bem, portanto, é mais que assinar. É se comprometer. Em rituais públicos e privados, dos contratos hebraicos ao direito romano, dos pactos militares aos votos maçônicos, jurava-se com as palavras: *“Mark well these words, for they shall bind you as surely as iron.”*

Ainda hoje, ouvimos isso em juramentos militares, consagrações religiosas ou iniciações, a palavra empenhada não somente declara, ela talha uma Marca invisível na alma.

Na entrega da moeda no Grau de Mestre de Marca, essa ideia se concretiza com clareza. Ao entregar sua Marca a um Irmão, o Maçom diz, sem palavras: *“Eis quem eu sou. E por isso me responsabilizo.”*

Não se trata de metáfora. Trata-se de rito. E rito, por natureza, é uma Marca viva, esculpida em tempo e consciência.

A expressão latina *nota bene*, marca bem, usada desde o século XVIII por escritores e juristas, carrega esse mesmo impulso, faça disso algo digno de atenção duradoura.

Na literatura inglesa dos séculos XVII a XIX, expressões como *“mark me well”* ou *“mark my words”* surgem não como advertência, mas como apelo: *“Compreenda-me. Veja quem eu sou.”*

Marcar bem é observar, sim. Mas também registrar, interpretar, julgar. No campo simbólico, é assinalar aquilo que merece ser lembrado ou corrigido.

Como no Templo, onde pedras defeituosas não podiam ser assentadas, também a alma humana só se encaixa no Grande Edifício se estiver moldada com justiça, verdade e medida.

Esse conceito estende-se ainda ao corpo.

Na Antiguidade, estigmas, marcas e tatuagens carregavam significados profundos.

Para os romanos, eram sinais de serviço e orgulho. Os legionários recebiam tatuagens como marcas indeléveis de pertencimento, provas visíveis de sua fidelidade ao Senado e ao Povo de Roma, gravadas não somente na pele, mas na honra.



SPQR - Senatus Populusque Romanus
O Senado e o Povo Romano



No código colonial francês, condenados eram marcados a ferro com o símbolo da fleur-de-lis, um emblema que, na heráldica, simbolizava pureza e realeza, mas que, na pele alheia, podia significar dor e submissão.

Isso nos recorda que todo símbolo é ambíguo, pode honrar ou condenar. Tudo depende de quem marca e com que intenção.

Na vivência pessoal e fraternal, somos também chamados a marcar bem. Marcar as pessoas, reconhecer quem edifica, quem desvia, quem se infiltra. Marcar bem os atos e gestos, ser como um cinzel.

Cada palavra, um risco na pedra. Marcar bem nossa própria obra, pois a pedra que somos será examinada.

E, sobretudo, marcar bem nosso interior, pois a Marca na Alma, mesmo invisível, jamais se apaga.

Assim como no canteiro antigo, a pedra bem talhada não chamava atenção, ela simplesmente se encaixava.

E era nesse encaixe, silencioso e eficaz, que o Mestre deixava seu legado.

Não é preciso que a tua Marca brilhe. Basta que ela sustente.

Ao final de cada dia, ao recolhermos nossas ferramentas invisíveis, seria bom perguntar: *“Onde deixei minha Marca?”*

Talvez tenha sido em algo simples, um gesto de compaixão, um conselho justo, uma omissão prudente, ou talvez tenha sido um silêncio necessário, uma renúncia anônima.

A Marca não precisa ser grandiosa.

Precisa ser verdadeira.

Pois, no fim, somos aquilo que deixamos inscrito nas pedras, nas consciências, na eternidade.

Marca bem a tua vida.

Marca bem teus Irmãos.

Marca bem teus atos.

E estarás marcado, não com o ferro do mundo, mas com o fogo da eternidade!



A Corda

Antes que os metais fossem fundidos em lâminas ou que as pedras servissem de alicerces, o homem já entrelaçava fibras, cordas e tranças. Inventadas ainda na aurora da civilização, as cordas estão entre os instrumentos mais antigos da humanidade.

Na Mesopotâmia e no Egito faraônico, há registros de cordas feitas de linho, palmeira, cânhamo e papiro e não raro eram usadas tanto para medir o mundo quanto para amarrar o homem.

Desde cedo, a corda foi um símbolo ambíguo, podava ou media, subjogava ou sustentava, aprisionava ou elevava.

No Egito Antigo, os Cordoeiros Sagrados eram operários especializados que usavam cordas em intervalos regulares para demarcar as terras após as cheias do Nilo.

É dali que vem o uso geométrico da corda, instrumento de agrimensura, de medição da Terra. As cordas com doze nós, formando triângulos 3-4-5, são um eco da geometria.

O côvado, a medida egípcia, era aferido por um passo da ave Íbis, associada ao Deus Egípcio Thoth.

O côvado, do latim *cubitus* (“cotovelo”), é uma antiga unidade de medida baseada na distância entre o cotovelo e a ponta do dedo médio de um homem, refletindo assim uma proporção corporal usada nas construções sagradas e monumentais da Antiguidade.

O côvado hebraico media 44,5 cm, é o mais frequentemente citado nas Escrituras. Já o côvado real egípcio, mais longo, media aproximadamente 52,3 cm e era utilizado em edificações monumentais. Essas variações mostram que o côvado, embora simples em origem, serviu como instrumento preciso e simbólico na arquitetura dos antigos.

A corda também podia ser símbolo de submissão, era visível nas legiões romanas, os traidores e conquistados amarrados e arrastados.

E, entre as tradições iniciáticas, a corda amarrada ao pescoço ou à cintura sinalizava obediência, entrega e confiança total nos mistérios que se iriam revelar.

Na tradição hebraica, o uso do cinto ou corda ao redor da cintura está associado ao serviço e à prontidão. O próprio profeta Elias cingia-se com uma corda de couro.

Em Êxodo 12:11, os filhos de Israel deveriam revestir-se com *“cintos nos lombos, sandálias nos pés”*, como quem parte para a jornada com firmeza.

Na Maçonaria Operativa, a corda tinha ainda outro papel: medir. Cada operário possuía um comprimento específico de corda com o qual marcava o tamanho de blocos, muros ou abóbadas.

Era um instrumento de precisão antes da régua rígida, e mais que isso, era pessoal.

Cada um levava a sua, como uma extensão do próprio ofício.

Em muitos ritos, ao ser recebido no Templo, o candidato tem uma corda à cintura.

Simboliza humildade, disposição ao serviço, laço com a tradição.

Cingido, como os antigos profetas, como os obreiros do Templo.

A corda cinge o corpo para lembrar que o espírito deve estar atento.

Ela envolve, mas não oprime. Restringe o ego, mas não a liberdade.

É o que nos une ao trabalho, à fraternidade, ao sagrado.

Assim, o iniciado percebe a corda que outrora amarrava os condenados, agora sustenta os construtores.

Não temas a corda, pois ela não é instrumento de escravidão, é sinal de que estás disposto a medir tua vida, conter teus excessos e servir com retidão.

“Com a corda, o arquiteto pode traçar o círculo, dividir os espaços, alinhar os ângulos, pois o que é bem medido permanece firme, e o que é bem traçado não se perde no tempo.” Vitruvius

“Como uma corda esticada entre dois pontos, assim é a alma entre o mundo sensível e o inteligível, vibrando com harmonia quando bem tensionada.” Platão

O Laço Quádruplo

Antes de adentrarmos o símbolo profundo do laço quádruplo, permitam-me evocar uma imagem antiga, uma corda ancestral, feita não de fibras comuns, mas de intenções entrelaçadas. Trançada por mãos iniciadas, com destreza e propósito, ela é composta por quatro fios distintos que, ao se cruzarem, não perdem sua identidade, mas a consagram em união.

Essa corda, à primeira vista, instrumento de medição ou elevação, não é somente ferramenta, é testemunho. Ela mede o espaço, sim, mas também revela a alma do construtor. Ela ergue pedras, mas também levanta consciências. É, acima de tudo, um símbolo silencioso entre os que carregam a Marca e sabem que toda verdadeira obra nasce da harmonia entre o visível e o invisível.

No caminho do Mestre de Marca, nada que se mostra é somente forma. Toda superfície possui profundidade; toda pedra aparente guarda um mistério. Assim também é o laço quádruplo, não um mero nó, mas uma junção sagrada entre quatro dimensões da existência, que o Maçom, ao longo de sua jornada, busca alinhar, unir e selar com sua própria Marca.



O corpo é a base, o instrumento físico do trabalho.

O corpo do Mestre de Marca conhece o peso das ferramentas, a fadiga do esforço e a necessidade da postura correta. É com ele que se constrói.

É no gesto firme e disciplinado que começa toda edificação.

A mente é o plano, a mente traça, compara, ajusta.

É ela que aprende com o erro, revisa a medida, escolhe a proporção.

Um Mestre atento entende que pensar bem é construir melhor. E que cada pedra rejeitada também ensina.

O espírito é o ânimo, a disposição de continuar, mesmo quando não há aplauso ou recompensa.

O espírito é o que transforma o trabalho em propósito.

É ele que sustenta o obreiro quando a motivação vacila.

A Alma é a Marca eterna. Aquilo que dá sentido ao conjunto. A alma não se mostra, mas guia. Ela guarda o que nos move, o que permanece quando tudo mais falha. É onde se fixa, em silêncio, o verdadeiro compromisso.

O laço quádruplo, portanto, não é um nó que aperta, mas uma ligação que sustenta. Ele une Irmãos, sim, mas antes disso, liga cada Mestre à sua totalidade. É a corda invisível que percorre o corpo, afina a mente, aquece o espírito e ilumina a alma.

Está presente nos apertos de mão firmes e silenciosos, nos olhares que se reconhecem sem palavras, nas Marcas feitas não por orgulho, mas por reverência.

Como nas cordas antigas dos construtores, onde cada fibra sustentava as outras sem jamais perder sua singularidade, assim também somos nós, quando unidos pelos quatro elos.

Corpo, mente, espírito e alma entrelaçados sob o signo da Marca, à sombra do Grande Arquiteto.

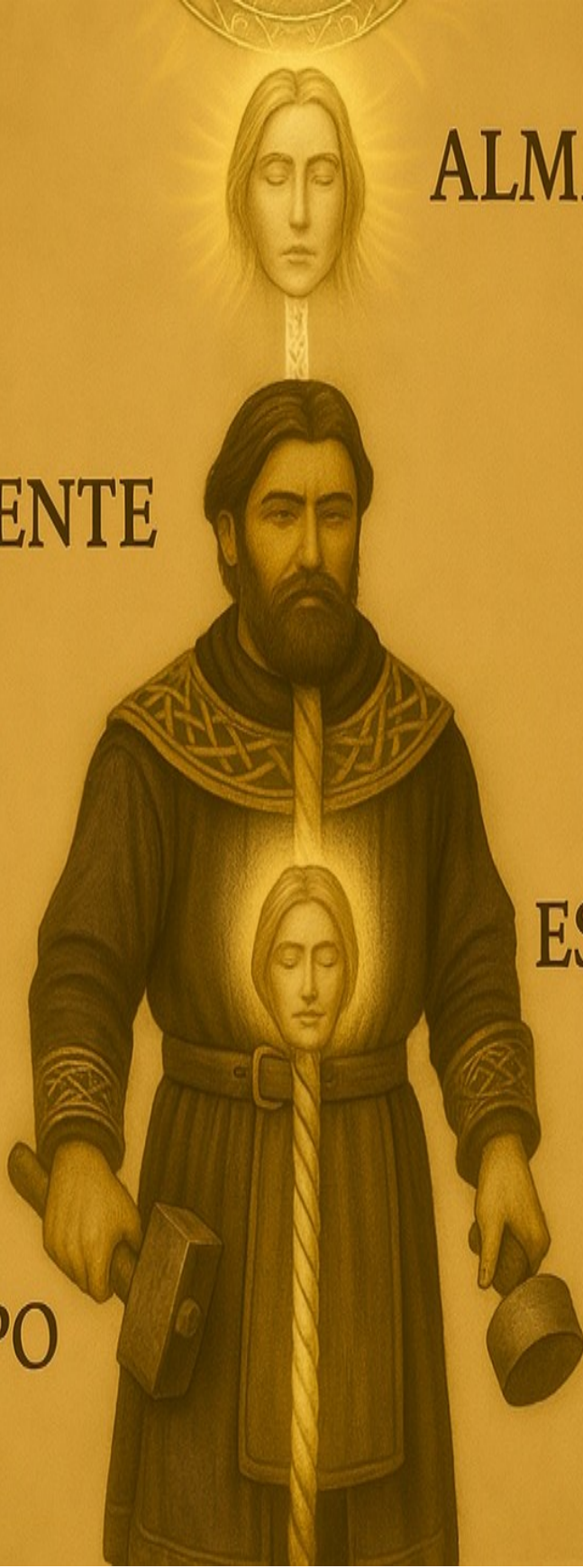
A Obra se ergue; A Marca permanece; O visível se completa.

ALMA

MENTE

ESPÍRITO

CORPO





A Garra Forte

Antes que a tecnologia e os cabos de aço assumissem o protagonismo nas grandes escaladas, havia entre os homens da montanha um instrumento tão simples quanto eficaz, a garra.

Sua verdadeira força não estava na função ou utilidade, e sim no pacto silencioso que ela representava, ninguém deveria escalar uma grande montanha sozinho.

A garra é, por excelência, um símbolo do apoio mútuo.

Ela delimita o instante em que o homem não somente vence a gravidade da pedra, mas também a gravidade de seu orgulho.

Aquele que estende a garra reconhece que precisa e aquele que a oferece compreende que também um dia precisará.

O Mestre de Marca, ao compreender a simbologia, sabe que ajudar um Irmão a subir é parte da verdadeira obra.

Uma Marca invisível, mas que ecoa eternamente nos degraus da alma.

Agora, avancemos para outro gesto igualmente simples e repleto de significado, o toque dos dedos da mão direita.

Entre Irmãos iniciados, esse gesto discreto não é um mero cumprimento, é um sinal de reconhecimento, um selo silencioso, uma invocação de confiança e verdade.

Quando dois Mestres de Marca encostam seus dedos num gesto ritualístico, não estão somente cumprindo uma formalidade. Estão dizendo, sem palavras:

“Reconheço tua Marca, e confio que reconhecerás a minha.”

Esse toque remete a pactos antigos, alianças feitas não com tinta sobre papel, mas com olhos firmes, diante da eternidade.

Observe a imagem de como essas duas imagens, a garra e o toque de dedos, se entrelaçam.

A garra é a ferramenta do esforço compartilhado. O toque, o selo do reconhecimento mútuo. Uma ergue, a outra confirma.

Uma protege da queda física, a outra da queda moral.

Ambas, ao seu modo, constroem a escada invisível pela qual os homens justos se elevam.

Talvez seja por isso que, no silêncio das montanhas ou no interior de um Templo, os Irmãos se entendam sem precisar de muitas palavras.

Porque certas Marcas não se explicam, se sentem. E certos gestos não são ensinados, são despertados.

Há momentos em que um Irmão, por mais forte que seja, precisa de Alívio.

Não de discursos, mas de gestos.

Não de promessas, mas de presença.

Pode ser um tropeço financeiro, uma crise de saúde, um luto, a perda do trabalho ou da esperança.

É justamente nesses momentos que o verdadeiro irmão Mestre de Marca se revela.

Não nos rituais, mas na prática do Amor Fraternal, oferecendo o Alívio que o outro anseia e muitas vezes não sabe solicitar, sua recompensa será a Verdade!

A solidariedade é um gesto horizontal, de igual para igual, de quem reconhece no outro a centelha de sua luz.

**“O que fazemos por um Irmão,
Fazemos também por nós.”**

**O Real Arco é uma forja!
e os Mestres de Marca
são como brasas,
próximas,
alimentando
umas às outras.”**





A Madeira e o Machado

Antes que o cinzel moldasse a pedra, foi o machado quem abriu caminho.

Antes que o Templo de Salomão fosse edificado com colunas de bronze e pedras lavradas, eram os troncos de madeira que sustentavam os primeiros altares da humanidade.

E entre todas as árvores que já serviram à arte da construção, poucas carregam a nobreza e o simbolismo dos Cedros do Líbano.

Esses cedros crescem nas encostas da cordilheira do Monte Líbano, sob os ventos do Mediterrâneo, onde resistem ao tempo com altivez.

São árvores ancestrais, mencionadas nos salmos, nos poemas e nas tábuas dos reis.

O profeta Ezequiel os usou como metáfora para a majestade e Salomão os escolheu para erguer a Casa de Deus.

Para a construção do Templo, Salomão firmou aliança com Hiram, rei de Tiro, solicitando que seus homens cortassem os cedros e os transportassem por mar, até Joppa, e dali por terra até Jerusalém.

As toras navegavam em barcos pelas águas do Mediterrâneo e depois pelas mãos dos carpinteiros, que as transformavam em vigas, forros, portais e painéis revestidos de ouro.

Não foi por acaso essa escolha, o Cedro do Líbano era considerado incorruptível. Seu aroma afugentava insetos. Sua madeira resistia ao tempo. Sua seiva era bálsamo. Tornava-se, assim, símbolo da eternidade, da aliança entre Céu e Terra. Eram árvores que levavam séculos para crescer e cujos troncos sustentariam o Templo por gerações.

Conta uma lenda que um jovem nascido em 987 a.C. chegou em sua vida adulta ao ano mágico que seria 967, quando os editos de Salomão chegaram a Tiro.

Antes de sua voz ecoar entre as colinas de Tiro, ele escutava o sussurro dos ventos entre as copas. Cresceu ali, no sopé do Líbano, onde os cedros são mais antigos que os homens, e as raízes conhecem segredos que nem os escribas ousam registrar. Chamava-se Samer, filho de nenhum renome, mas herdeiro de um silêncio profundo, o silêncio das árvores que não falam, mas ensinam.

Seus primeiros brinquedos foram galhos caídos dos cedros. Seu primeiro ofício é limpar os sulcos deixados pela chuva.

Sua primeira prece, talvez sem saber, foi feita ao deitar-se sob sua sombra, sentindo o calor do sol recuando ante aquela copa imensa, como se ali repousasse um Templo.

"Ó, Cedro, meu pai sem voz, que ergue o céu em teu ombro, cresce comigo, sonha comigo, até que eu te compreenda no teu silêncio."

A vida correu e o trabalho lhe calhou, tornou-se madeireiro, mas nunca um qualquer. Ele não cortava, ele suplicava. Tocava a casca como quem saúda um ancião, e só derrubava o tronco quando a voz do rei se sobrepunha à da floresta.

E foi assim, certo dia, que mensageiros de Jerusalém vieram, com o selo real gravado em bronze, solicitando cedros para o Templo. Ele ouviu e ajoelhou-se.

"Servirei", disse, "pois não há glória maior que ser instrumento daquilo que dura além da vida. Mas deixai-me, antes, chorar em silêncio com os que vi crescer."

Com as mãos trêmulas e o olhar firme, preparou o machado. Em volta, o bosque parecia escutá-lo. Não era tristeza, o que se via era reverência.

Cada golpe era acompanhado de um verso, e cada tronco tombado, de uma esperança.

"Perdoa-me, Irmão de seiva e sombra, não te lanço ao chão por ouro ou fama, mas porque a voz do Rei me chama, e teu corpo sagrado cobrirá o Templo com honra. Mas antes que tombes, ouve, teu pó será semente. E teus filhos, sombra para os filhos dos meus filhos."

A cada árvore deitada, deixava plantada uma muda. Não por hábito, mas por promessa. Sabia que jamais veria aqueles novos cedros cobrirem os céus como seus pais. Mas isso não o entristecia, ao contrário, dava sentido à dor.

E quando a última árvore tombou, ele pousou o machado no chão, retirou os calçados e se sentou à beira do bosque vazio. Respirou fundo. Sorriu. E chorou.

Hoje cortei a minha infância, mas plantei a eternidade.



Samer Youssef Ayad – Cedro do Líbano – 2017.

Muito antes dos tempos de Salomão, os homens já dominavam a arte da madeira.

Os primeiros Templos, habitações e arcas foram construídos com troncos moldados à mão, sem esquadro, somente com intuição e fé. O lenhador e o carpinteiro são figuras tão antigas quanto o pastor e o oleiro.

Em cada cultura antiga, do Egito à Mesopotâmia, da Índia à Bretanha, há relatos de guildas de artífices da madeira, que conheciam os segredos da floresta e da geometria natural. Foram eles os primeiros construtores antes mesmo de a pedra se impor como símbolo da perenidade.

E mesmo quando a pedra passou a dominar os grandes monumentos, a madeira permaneceu como alma invisível da construção. Forros, andaimes, molduras, telhados, portas, navios, todos nasceram primeiro do tronco. Não por acaso, o próprio Templo de Jerusalém, embora feito em pedra, tinha seu coração coberto por cedro.

Avancemos agora no tempo. Em York, Inglaterra, no final da Idade Média, quando os mercadores passaram a se organizar em guildas poderosas, uma construção em madeira marcou a paisagem urbana e o espírito da época, a Merchant Adventurers' Hall, erguida no século XIV.

A estrutura principal, feita inteiramente com madeira de costado de navios do mesmo tipo que cortava o mar rumo à Escandinávia ou às Cruzadas, é um testemunho vivo da sabedoria dos carpinteiros ingleses, herdeiros das antigas tradições de navegação, guerra e fé.

Uma verdadeira catedral laica, construída não com blocos de pedra, mas com ossos de árvores que já haviam enfrentado o mar.

Esse edifício em York é mais que uma relíquia medieval, é uma ponte entre os tempos dos cedros sagrados e os salões das corporações que dariam origem, mais tarde, à nossa própria Ordem.

Se os Mestres da pedra deixaram sua Marca nos pináculos e colunas, os Mestres da madeira moldaram os espaços onde os homens se reuniam, juravam, celebravam e sonhavam.

Ao olharmos para o passado, percebemos que a madeira foi o primeiro Templo.

O carpinteiro, o primeiro arquiteto.

O cedro, por sua vez, continua a nos lembrar que nem toda eternidade é feita de mármore, algumas têm perfume, fibras e alma.



Fachada da Merchant Adventurers Hall, York.



Merchant Adventurers Hall, York. Salão que lembra uma Sala de Loja.

O Mestre de Obras

Hiram Abiff não era um arquiteto comum, mas o principal responsável técnico pelo Templo de Salomão. Veio de Tiro, cidade fenícia conhecida por seus artesãos e Mestres do bronze. Filho de uma viúva da tribo de Naftali, carregava em si duas tradições, a dos israelitas e a dos fenícios. Sabia trabalhar com metais, com madeira e com pedra. Era direto, preciso. Não desperdiçava palavras nem material.

Foi contratado por Salomão após uma aliança com o rei Hiram de Tiro. Trouxe consigo operários especializados, ferramentas e esquemas construtivos.

Organizou os trabalhos, dividiu os operários em graus e níveis de responsabilidade. Supervisionava tudo, desde o corte dos cedros do Líbano até o fundir das colunas de bronze que ficariam diante do Templo.

Entre suas atribuições, destacou-se por encomendar uma pedra chave. Não, era qualquer pedra. Era uma peça estrutural, tecnicamente essencial para fechar um arco e simbolicamente importante. Sem ela, a construção não se completava. Hiram entendeu isso e planejou.

A pedra deveria ser cortada com precisão, encaixar-se sem falhas, suportar peso, unir forças.

Era esse o tipo de decisão que o definia. Sem exageros. Sem poesia. Somente a clareza de quem compreende que uma boa obra depende de boas escolhas. E que um Templo, assim como um homem, precisa de sua pedra chave para não ruir.



Hiram Abiff trabalhava com método. O Templo não era um monumento improvisado, era uma obra que exigia logística, conhecimento de materiais, domínio da mão de obra, ele não era sacerdote, nem rei, era o responsável por fazer tudo funcionar.

Começou organizando os trabalhadores em grupos. Definia funções claras. Aprendizes, Companheiros e Mestres. Não por vaidade, mas por eficiência. Cada grupo recebia ferramentas adequadas, instruções objetivas, marcas de identificação. As marcas não eram ornamentos, e sim controles de qualidade, e permitiam saber quem fez o quê e como.

A madeira vinha dos cedros do Líbano. A pedra era lavrada nas pedreiras subterrâneas próximas. O bronze vinha fundido de Tiro. Hiram coordenava tudo. Sabia que qualquer atraso no transporte ou qualquer falha no encaixe paralisava a obra inteira.

A fundição das colunas de bronze Jachin e Boaz foi um desafio técnico. Enormes, ocas, com detalhes em romãs e redes. Precisavam ser erguidas com precisão. Um erro e tudo desabava. Hiram cuidou da liga metálica, da temperatura dos fornos, do posicionamento. Eram peças simbólicas, mas antes disso eram estruturas que precisavam ficar de pé.

A cidade de Tell el-Mazar se encaixa perfeitamente como uma das possíveis localizações da oficina de Hiram Abiff, onde as colunas do Templo foram fundidas antes de serem transportadas para Jerusalém.



A pedra chave que fecharia o arco superior de uma das entradas principais foi planejada desde o início. Cortada com medidas exatas. Era uma peça única. Diferente das outras. Foi deixada de lado por alguns pedreiros que não compreenderam seu encaixe. Mas Hiram sabia que ela seria usada no momento certo. Era o tipo de decisão que um Mestre toma, silenciosa, firme, sem necessidade de explicação.

O Templo de Salomão foi construído em sete anos. Milhares trabalharam. Hiram Abiff coordenou, corrigiu, decidiu. Quando a obra terminou, não havia poesia. Havia estrutura. Havia encaixe. Havia ordem.

O Templo foi projetado com uma divisão clara: pátio externo, Lugar Santo e Santo dos Santos. Cada espaço tinha dimensões definidas. Hiram Abiff seguiu especificações transmitidas por Salomão, que por sua vez baseava-se nas instruções tradicionais da religião israelita.

As pedras eram cortadas fora do monte Moriá, numeradas, marcadas e trazidas para o local já prontas para encaixe. Isso reduzia o ruído no canteiro.

O Templo era uma obra sagrada, martelos e cinzéis ficavam mudos ao lado do Templo.

As paredes internas foram forradas com tábuas de cedro, encaixadas com precisão. Sem pregos visíveis. Entalhes em forma de querubins, palmas e flores. Cada detalhe tinha função estética e simbólica, mas antes de tudo, era função construtiva. Hiram não improvisava. Ele media, testava, encaixava.

No Santo dos Santos, o espaço era exato, um cubo de vinte côvados por vinte. A geometria não era somente teológica, era estrutural. As proporções garantiam equilíbrio e reforço.

O ouro que recobria era aplicado sobre superfícies preparadas, niveladas e fixadas com adesivos naturais à base de resinas.

Os utensílios, castiçais, bacias, altares, tábuas, pinças foram fundidos em séries, mas ajustados manualmente. Cada peça era inspecionada.

O mar de bronze, um lavatório enorme sustentado por doze bois de metal fundido, foi uma das principais peças da obra. Exigia moldes de argila, canais de escape para o metal quente, uma fundição com temperatura controlada. Foi fundido em campo aberto, perto do Jordão.

Nada no Templo era feito ao acaso. O material, o número de peças, os encaixes, a ordem dos trabalhos. Tudo obedecia à matemática e à experiência prática. Não havia espaço para discursos vazios. Era uma obra de pedra, madeira e bronze, mas sustentada por método, disciplina e precisão.

Hiram não deixava instruções soltas. Cada decisão deixava uma Marca . E cada Marca era parte de um sistema.

A obra tinha prazos. Salomão queria o Templo pronto em sete anos. Hiram sabia que sete anos, para aquela escala e tecnologia, exigiam organização total.

Os Mestres se reuniam toda semana, não para cerimônias, mas para revisar o progresso, pois Hiram exigia relatórios. Sabia que um erro não corrigido se propagava. Cada fase da obra era marcada com inspeções. Ele mesmo caminhava entre os trabalhadores. O objetivo era claro, o Templo precisava ficar de pé e equilibrado.

Hiram Abiff não viu o final desse maravilhoso projeto, de sua obra-prima, mas o Templo, como quem ressoa, em agradecimento ao seu arquiteto, se manteve firme, terminando como testemunha do pacto entre o visível e o invisível.

Quando o fundamento é verdadeiro, a obra se sustenta!



O Envio a Salomão

Entre as pedras lavradas para a grande Obra, uma se destacou. Era singular em sua forma, bela em suas proporções e perfeita em sua função. Fora talhada com precisão rara, extraída do seio da rocha por mãos guiadas mais pela intuição do que por plantas ou esquemas. O Grande Mestre da Obra, Hiram Abiff, ao reconhecê-la como essencial ao fechamento de um arco estrutural e simbólico, enviou-a com zelo e prontidão ao Rei Salomão.

E para honrar o obreiro que, sem conhecer os desígnios completos do projeto, a talhou com sabedoria e coragem, determinou-se que sua Marca fosse gravada no centro da pedra.

E mais, que os Mestres mais habilidosos, ao longo do tempo, pudessem também inscrever nesse mesmo ponto as suas próprias Marcas, como testemunho da continuidade da obra e da linhagem daqueles que constroem com verdade e consciência.

Vejamos a frase aqui descrita através das letras que a compõem. Porém, em nossos rituais, o seu significado poderá aparecer distintamente, já que aqui não se refere ao grau, e sim ao contexto da obra apresentada.

"He That Works Shall Stand True, Keeping Seal."

"Quem trabalha com retidão, permanece firme e guarda o selo."

O selo é o coração da pedra e dim, a pedra tem coração, tem alma, tem desejos e vontades.

Grandes escultores já o disseram, a pedra é uma amante vaidosa. Exige tempo, respeito e escuta. Tem seus caprichos. Só se entrega àqueles que a cortejam com mãos hábeis e olhos de silêncio.

Ao grosseiro, ao impaciente, ao que golpeia com fúria ou pressa, nada revelará. Nada oferecerá. Somente poeira restará em suas mãos.

Ao Mestre que a conhece, que usa o malho e o cinzel com técnica, ela sussurra seus segredos. Entrega formas antes invisíveis. E, por fim, permite que o selo seja gravado em seu coração não como ferida, mas como testemunho.

O Grande Mestre Hiram Abiff enviou a pedra a Salomão, marcada e selada, pronta para se encaixar na Grande Obra.

E assim aconteceu, mas não de imediato, como se esperava, pois, como ensina a própria lenda de Hiram, seu corpo foi primeiro lançado entre os entulhos, antes que pudesse repousar no Templo. Seu valor foi desprezado antes de ser reconhecido.

Da mesma forma, a pedra-chave, que pareceu estranha aos olhos apressados, foi rejeitada e esquecida, lançada ao entulho como se não contivesse nenhuma virtude.

Esqueceram-se de que o verdadeiro Mestre, o verdadeiro escultor, não talha somente com as mãos, ele grava ali uma centelha da alma.

Assim também faz o escritor ao redigir um livro. Se não houvesse esse impulso do espírito, esse fogo oculto que busca tornar o invisível em verbo e o verbo em pedra, nenhum desses nomes teria marcado a eternidade.

Homero (século VIII a.C.): traçou o mapa da jornada heroica, onde cada homem é um Ulisses em busca de si. *“Deixa tua marca no mundo, ó, herói, ao ser o nome que resiste às cinzas.”*

Marcus Aurelius (121 d.C.): ergueu sua filosofia como templo de pedra serena, onde cada ato justo é um bloco assentado com honra. *“Cada ato justo é como uma pedra bem assentada. Constrói-se assim, dia após dia, o templo da virtude.”*

David Harrison (1966): desenterrou as pedras da história com precisão cirúrgica. *“A história não é entulho, é fundação.”*



Leonardo da Vinci (1452): viu o que estava oculto no mármore do mundo. *“A arte é uma marca deixada na eternidade com as ferramentas do presente. Até a pedra mais bruta carrega uma estátua em potencial.”*

William Shakespeare (1564): plantou arquétipos tão profundos que falam até hoje às tragédias da alma humana. *“O que está escrito permanece, mesmo quando o autor se cala.”*

Victor Hugo (1802): foi a voz dos oprimidos, talhando justiça e beleza em pedra viva. *“Cada homem neste mundo tem sua missão. A vocação do homem é ser útil. Toda pedra tem seu lugar na construção.”*

Liev Tolstói (1828): escreveu a guerra e a paz não somente entre nações, mas no peito humano. *“A verdadeira grandeza de um homem está na marca que ele deixa na vida dos outros.”*

Carl Gustav Jung (1875): desceu aos abismos do ser e deixou ali suas marcas, símbolos entalhados na rocha do inconsciente. *“O que não é confrontado no inconsciente retorna como destino. Grava-se como uma marca profunda, como runas entalhadas na pedra da psique.”*

TODOS ELES MARCARAM BEM SEUS NOMES!



O Mérito

Antes de falarmos sobre o mérito, voltemos por um momento às encostas das montanhas do Líbano, nos arredores de Gebal, onde os talhadores de pedra de Hiram, rei de Tiro, foram levados para trabalhar no Templo de Jerusalém.

Era ali, nessa cidade de Gebal, na poeira das pedreiras e no eco dos malhos, que os segredos da construção eram aprendidos não por palavras, mas por suor, silêncio e exemplo.

Em uma dessas pedreiras, afastada dos olhos do mundo, trabalhava uma confraria de homens jovens e velhos, hábeis e iniciantes, todos empenhados em cortar, desbastar, esquadrear e marcar as pedras.

A supervisão era feita por um Mestre antigo, de olhar firme e mãos calejadas.

Seu critério era invisível, mas justo. Ele não contava horas nem media esforços, mas selava somente as pedras verdadeiramente perfeitas, aquelas talhadas com intenção e harmonia.

Alguns obreiros chegavam antes do sol, outros quando o calor já se fazia presente.

Havia os que se esforçavam em demasia, batendo com força bruta, e outros que, com técnica serena, pareciam tocar a rocha como quem toca um instrumento musical.

Ao fim do dia, o pagamento era entregue a todos, e muitos murmuravam: *“Por que recebo o mesmo que aquele que chegou depois? Por que meu esforço de doze horas vale tanto quanto o dele, que trabalhou metade do tempo?”*

O Mestre, no entanto, permanecia impassível. Seu critério não era o cansaço, mas a pedra.

“Cada um será recompensado segundo a obra que apresentar”, dizia, repetindo em voz baixa as palavras de Paulo (1 Coríntios 3:8). E selava com firmeza somente as pedras que preenchiam os requisitos da Obra Invisível.

Com o tempo, os mais atentos perceberam que o verdadeiro pagamento não estava nas moedas distribuídas ao entardecer, mas na consciência limpa, na alegria serena de quem sabia ter oferecido o seu melhor.

“O trabalho bem-feito é uma oração silenciosa, e a pedra aceita é um amém dito pela Eternidade”, murmurava um deles, repetindo algo que ouvira de um Mestre mais velho.

Esses, então, começaram a trabalhar por propósito, não por necessidade.

Deixaram de olhar para os demais e passaram a mirar-se no próprio esquadro.

E, ao fazerem isso, descobriram um segredo que não lhes havia sido ensinado, mas que brota espontaneamente da alma do verdadeiro obreiro, o mérito é a medida da intenção, não da aparência; é o fruto da consciência, não do aplauso.

Certa vez, um jovem Aprendiz, ainda magro e inseguro, talhou uma pedra pequena, mas com perfeição quase divina.

Entregou-a com humildade, dizendo: *“Não sou forte como os outros, mas entrego aquilo que sei fazer.”*

O Mestre examinou a pedra, sorriu e disse-lhe ao pé do ouvido: *“Tua Marca é discreta, mas firme. E a Obra precisa de pedras assim, que sustentam sem se exhibir.”*

Alguns passaram a vida sem compreender.

Reclamaram, julgaram, abandonaram a obra.

Outros, porém, silenciaram, refinaram sua arte, sendo reconhecidos não pelo clamor, mas pelo selo do Mestre, invisível a olhos profanos, mas eterno nos alicerces do Templo.

Na última fileira de pedras aceitas, quase ocultas entre as maiores, repousam aquelas lavradas por mãos que não buscaram glória, mas somente fidelidade.

E sobre elas se lê, ainda que com letras invisíveis:

“Bonum opus, fidelis opus.”

“Trabalho bom, trabalho fiel.”





O Que Permanece Oculto

Aproveito o Excelente texto do Grande Capítulo Maçons do Real Arco do Estado de Nova York:

“As coisas ocultas são frequentemente perdidas, uma lição que aprendemos em muitos dos Graus, pois as coisas perdidas sempre podem ser encontradas se possuímos o conhecimento certo, as ferramentas certas e a atitude certa.

A história básica do Grau de Marca permanece comum em todo o mundo, mas existem algumas variações interessantes. Por exemplo, em nosso ritual, o Grande Mestre Hiram Abiff é morto antes da conclusão do Templo, e sua obra, a pedra chave, é primeiro descartada e depois encontrada novamente.

No ritual inglês, na verdade, é o Mestre de Marca que vê o plano para a Pedra Chave, e é o plano que desaparece.

O Mestre de Marca então esculpe a Pedra Chave de memória e a apresenta aos supervisores, somente para vê-la rejeitada, até que o plano original seja redescoberto e os Supervisores percebam que descartaram a pedra mais importante do edifício. Assim, o padrão se perde em ambos os rituais.

Em nossas vidas, seguimos como padrão e exemplo de como devemos viver a maneira como viveu o Grande Mestre Hiram Abiff, enquanto no decorrer de nossas vidas

e ao interagirmos com outras pessoas devemos seguir o padrão do plano de tabuleiro com seus quadrados brancos e pretos, que nos ensina o trabalho que devemos realizar em nossa vida para merecer a aprovação do céu.

No ritual da Inglaterra, é sugerido que o recém-criado Mestre de Marca forme sua Marca usando suas iniciais escritas em cifra maçônica. Assim, a Marca torna-se uma série de linhas e pontos, bem conhecidos daqueles que já foram exaltados ao Grau do Sagrado Real Arco. Neste grau, temos uma Marca de Cinzel infligida em nossa carne. Somos marcados, assim como nossos ancestrais operativos costumavam colocar sua Marca nas pedras que eles esculpam.

Nós mesmos somos pedras vivas, e nosso Criador também nos Marca para nos lembrar que fomos criados por Ele. Aliás, é interessante notar que na Loja simbólica somos marcados com a ponta do compasso, um ponto; no Terceiro Grau somos marcados pelos dois pontos do compasso estendido, agora, no Grau de Marca, somos marcados com um cinzel, uma linha, ou o que liga ambos os pontos.

Mais tarde, no ritual, somos informados de que recebemos um novo nome sobre uma pedra branca e ninguém, exceto aquele que recebe a pedra, saberá o nome escrito nela. Devemos lembrar que as catedrais que vemos agora não são como deveriam. Há muitas evidências que sugerem que eles foram pintados de forma muito colorida, o que está muito longe das austeras florestas de pedra que estamos acostumados a ver.

Além disso, quando o trabalho de um pedreiro era cimentado no lugar, era coberto com gesso, o que teria ocultado o nome ou a Marca escrita nele. Assim, o fabricante, tendo nomeado sua pedra, a esconde dos olhos do profano.

O nome ou Marca na pedra não é conhecido por ninguém, exceto pelo criador e por aquele que o recebeu como 'boa obra, na esquadria, a verdadeira obra'.

O conceito de coisas preciosas bem diante de nossos olhos, mas veladas de nossa vista, é um tema frequente da alquimia. A alquimia é a arte de transformar metais básicos em ouro (ou alquimia física); mas trata-se também da transmutação de nós, de algo vil para algo refinado e perfeito (alquimia espiritual).

Como nos dizem categoricamente que o propósito da Maçonaria é nos tornar seres humanos melhores, não é de surpreender que o tema da alquimia espiritual permeie quase todos os nossos rituais.

Neste caso, somos identificados com a pedra branca, sendo também a Pedra dos Filósofos, ou a Meta da perfeição. A alquimia, diz, é feita de uma substância básica que é comum e encontrada em todos os lugares, mas ignorada pela maioria da humanidade.

Que símbolo poderoso, então, é a imagem da pedra rejeitada sendo encontrada entre os escombros!"



Flávio Dellazzana – Linlithgow Palace - Scotland

"A verdadeira Marca nasce da clareza de visão. Desce da mente, repousa na mão. Toma o maço e o cinzel, e imprime o destino. A matéria, ao ser tocada por tal intenção, se converte em realização. A pedra se molda pela mão, mas é o mundo que, gradualmente, se curva à geometria do coração."

A Pedra encontra o seu Lugar

Ao iniciar este livro, minha intenção era oferecer um conteúdo mais abrangente aos Irmãos que ingressaram no Real Arco e foram iniciados no Grau de Mestre de Marca.

Como já me ocorreu em outras ocasiões, durante os momentos de reflexão e o esforço de colocar os assuntos no papel, alguns temas mostraram-se mais difíceis de serem representados em palavras, pois era necessário preservar os segredos iniciáticos. Outros, no entanto, me cativaram de tal forma que acabei me aprofundando mais do que previa inicialmente.

Mas, assim como a Pedra Chave saiu das mãos dos obreiros, foi lançada aos escombros e enfim elevada ao topo do arco, o conhecimento também não pode ser contido. Assim como a vida, ele se expande. Precisa libertar-se, ocupar espaços, encontrar tinta e páginas que aceitem as gotas molhadas de sabedoria extraídas da mente que insiste em deixar suas marcas impressas em papel como se fossem vestígios da alma.

Os símbolos me desafiam, primeiro a representá-los com fidelidade, depois a traduzi-los. E, inversamente, os textos me olham com ar de reprovação, exigindo que eu encontre ou crie imagens que expressem melhor suas almas ocultas.

A luta com a pedra não é fácil. Aquele que já tomou o cinzel e o malho nas mãos sabe o quanto é árduo gravar sua própria Marca. Nossas mãos, sem a habilidade, nem os calos de nossos Irmãos operativos, sentem o peso do ofício com redobrada intensidade.

Do mesmo modo, ao tentar trilhar a estrada do saber e das grandes obras, percebo que a pena também pesa, como diria um grande poeta. Hoje, são as palavras que insistem em se esconder nas curvas da mente e se recusam a saltar para a ponta dos dedos. Permanecem nas sombras e cabe a extraírmos da escuridão e conduzi-las à luz.

Mas a pedra precisa encontrar sua morada final. E as últimas palavras devem repousar nestas páginas como a pedra chave repousa no topo do arco, oferecendo a sombra necessária à coroa que espera para se assentar sobre a cabeça do Past Master.

Não descanse, meu Irmão, somente porque a pedra encontrou o seu lugar, pois um novo Templo, um novo livro, já aguarda ansioso para nascer.

BIBLIOGRAFIA

ALIGHIERI, Dante. *A Divina Comédia*. Tradução de Ítalo Eugênio Mauro. São Paulo: Nova Alexandria, 2001.

BÍBLIA. Português. *A Bíblia Sagrada*. Tradução de João Ferreira de Almeida. 2. ed. rev. e atual. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1999.

CASE, Paul Foster. *The Masonic Letter G*. Los Angeles: Builders of the Adytum, s.d.

CLARK, David L. *Analytical Archaeology*. London: Methuen, 1968.

COCKE, William. *Mark Masters and Their Tokens*. Cincinnati: Fowle, 1879.

DUBY, Georges. *L'Europe au Moyen Âge*. Paris: Hachette, 1969.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ELIPHAS LÉVI. *Dogma e ritual da alta magia*. Tradução de R. Steiner. São Paulo: Pensamento, 1990.

FERGUSSON, James. *A history of architecture in all countries: from the earliest times to the present day*. London: John Murray, 1874.

HALL, Manly P. *The secret teachings of all ages*. Los Angeles: Philosophical Research Society, 1928.

HARRISON, David. *The city of York: a Masonic guide*. West Yorkshire: Arima Publishing, 2009.

HARRISON, David. *The genesis of Freemasonry*. Lewis Masonic: Hersham, 2009.

HENDERSON, Thomas. *Masons' Marks: Their Use and Meaning*. In: *Transactions of the Royal Historical Society*, vol. 12, 1929, p. 85–104.

HUTCHINSON, William. *The spirit of Masonry*. London: J. Wilkie, 1775.

KEMP, Brian. *English medieval architects: a biographical dictionary down to 1550*. London: A&C Black, 1971.

LEHNER, Mark. *The complete pyramids: solving the ancient mysteries*. London: Thames & Hudson, 1997.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

MACKEY, Albert G. *An encyclopedia of Freemasonry and its kindred sciences*. Philadelphia: Masonic History Company, 1917.

MACKEY, Albert G. *The symbolism of Freemasonry*. New York: Clark & Maynard, 1869.

MACOY, Robert. *A dictionary of Freemasonry*. New York: Macoy Publishing, 1859.

McGOWN, George. *The Royal Arch Standard: a handbook of Capitular Masonry, containing full exoteric instructions in the Degrees of Mark Master, Past Master, Most Excellent Master, Royal Arch Mason and the Order of High-Priesthood*. Revised ed. New York: Macoy Publishing & Masonic Supply Co., 1912.

MILTON, John. *Paradise lost*. London: Samuel Simmons, 1667.

MOORE, Charles W. *Freemasons' Monthly Magazine*. Boston, v. 12, 1853.

PIKE, Albert. *Morals and dogma of the ancient and accepted Scottish Rite of Freemasonry*. Charleston: Southern Jurisdiction of the Scottish Rite, 1871.

RUSKIN, John. *The seven lamps of architecture*. London: Smith, Elder and Co., 1849.

SALLÉS, Ricardo. *Arquitetura simbólica e Templos maçônicos no Brasil*. Brasília: Lumen, 2010.

SCHMIDT, Klaus. *Göbekli Tepe: a stone-age sanctuary in south-eastern Anatolia*. Berlin: Deutsches Archäologisches Institut, 2006.

STEVENSON, David. *The origins of Freemasonry: Scotland's century, 1590–1710*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

STRONG, James. *Strong's exhaustive concordance of the Bible*. Nashville: Abingdon Press, 1890.

TSCHIRA, Arnold; HÖVELMANN, Rolf. *Die Dombaumeister von Köln und ihre Steinmetzzeichen*. Köln: Greven Verlag, 1985.

WEBB, Thomas Smith. *Freemason's monitor: or illustrations of masonry*. Albany: Spencer & Webb, 1797.

YATES, Frances A. *The Rosicrucian enlightenment*. London: Routledge & Kegan Paul, 1972.

ZIÓŁKOWSKI, Adam. *Stone marks and builders in Roman architecture*. In: *Journal of Roman Archaeology*, v. 17, 2004.



O AUTOR



**Flávio Dellazzana foi iniciado em 15/04/2002 na
ARBLS Pedra Cintilante - 60, ao Oriente de Itapema - SC.
Atualmente é obreiro da ARLS Santo Graal - 167.**

Tendo sido eleito para o cargo de Venerável Mestre em 2007.

Durante esse período, atuou como membro da Comissão de Administração do Grande Oriente de Santa Catarina (GOSC) e destacou-se como colaborador na reestruturação dos manuais de instrução do Rito Adonhiramita, além de contribuir na reedição do IV Volume do Manual Adonhiramita (2015).

Exerceu ainda o cargo de Secretário Adjunto do Grão-Mestre para o Rito Adonhiramita entre 2008 e 2009.

Na vertente filosófica do Rito Adonhiramita, galgou o Grau 13 – Cavaleiro Noaquita, sendo Sapientíssimo da Loja de Perfeição Adonhiram, ao Vale de Itajaí, em 2010, e Poderoso Mestre do Capítulo Ayres Gevaerd, em 2011.

Foi também um dos responsáveis pela construção do Templo Filosófico da Loja de Perfeição Adonhiram e fundador da Loja de Perfeição Arno Gebler, ao Vale de Joinville.

Em 2011, junto ao Irmão Toni Haag, fundou a ARLS Monteiro Lobato nº 132, dedicada ao Rito de York, onde exerceu o cargo de Venerável Mestre na gestão 2012/2013.

Desde então, passou a dedicar-se integralmente ao Rito de York, tanto na sua vertente simbólica quanto filosófica.

Entre suas contribuições, destacam-se: A fundação e instalação de diversas Lojas do Rito de York: Harmonia e Perseverança nº 108, Thomas Smith Webb nº 158 (Florianópolis), Natureza e Harmonia nº 160 (Urubici), Pérola do Vale nº 162 (Timbó), Santo Graal nº 167 (Porto Belo), Acácia Negra nº 173 (Blumenau), Cavaleiros de Aço nº 164 (Loja itinerante) e Labor e Concórdia nº 146 (Lages).

Foi responsável pela tradução, adaptação e edição de importantes manuais ritualísticos: Manual de Instalação e Posse, Manual de Instalação de Loja, Manual de Loja de Mesa, Manual de Pompa Fúnebre e Manual de Sessão Pública, todos voltados ao Rito de York.

A produção, em conjunto com a Secretaria de Formação Maçônica, dos Cadernos de Estudo (NAEM) para Aprendiz e Companheiros, além dos temas instrucionais para todos os Graus simbólicos.

Contribuiu com o Irmão Charles Claudio Scheel para a criação dos livros de AM, CM e MM e os Compêndios de Instrução a serem lançados nesse ano de 2025.

Sua atuação como Revisor e Editor dos Rituais de AM, CM e MM nas edições de 2020, 2022 e o atual em desenvolvimento.

Representou o Grande Oriente de Santa Catarina na International Grand Lectures Convention em Nova York em 2020 e 2023.

Exerceu os cargos de Secretário Adjunto de Liturgia e Ritualística (2017–2020) e Secretário de Ritualística e Liturgia para o Rito de York (2020–2023).

No campo dos Altos Graus do Rito de York, é fundador do Capítulo Santo Graal nº 22 de Maçons do Real Arco, em Itajaí, fundado em 2004, onde permanece ativo.

Foi Sumo Sacerdote do Capítulo em 2013, sendo investido na Ordem dos Sumo Sacerdotes Ungidos.

Recebeu os Graus de Mestre Real, Mestre Escolhido e Super Excelente Mestre no Conselho Críptico Santo Graal nº 14, onde também exerceu o ofício de Ilustre Mestre tendo recebido a Ordem da Trolha de Prata.

Recebeu os Graus da Ordem da Cruz Vermelha, Cavaleiro de Malta e Cavaleiro Templário, bem como a Ordem dos Sábios Cavaleiros de Cristo.

Foi fundador e primeiro Comandante da Comanderia Santo Graal nº 37 dos Cavaleiros Templários.

É também membro dos Graus filosóficos do Rito Escocês Antigo e Aceito, tendo alcançado o Grau 32 no Conselho de Cavaleiros Kadosh do Supremo Conselho do Grau 33º.

É Mestre Escocês de Santo André, vinculado à Prefeitura de Santa Catarina e ao Grande Priorado do Brasil da Ordem dos Cavaleiros Benfeitores da Cidade Santa.

Dedicou-se à juventude por meio do Movimento Escoteiro, no qual atuou por 15 anos, desde Lobinho até Chefe.

Embora não tenha sido DeMolay, se dedicou à Ordem, onde foi Membro e Presidente do Conselho Consultivo do Capítulo Harmonia Itajaiense nº 231 (2011–2014), tendo recebido a honraria da Cruz de Honra DeMolay.

Especialista em Maçonologia, História e Filosofia, com pós-graduação lato sensu pela UNINTER.

Coordenou o II Congresso Estadual do Rito de York - GOSC (13–14/09/2025)

Participou do curso “Maçonaria e Universidade” (UFF, 30h, set/2025)

Foi nomeado Membro da Grande Comissão de Ritualística do Real Arco do Brasil. (Ato 027/2025, 07/10/2025).

Fundador da Saint John's Lodge (27/12/2025) no Rito de Emulação — GOSC.

É coautor dos livros:

O Caminho do Aprendiz no Rito de York, feito juntamente com o Irmão Charles Cláudio Scheel.

O Caminho do Companheiro no Rito de York, feito juntamente com o Irmão Charles Cláudio Scheel.

O Caminho do Mestre Maçom no Rito de York, feito juntamente com o Irmão Charles Cláudio Scheel.

Autor dos Livros:

História da Maçonaria e Origem do Rito de York. Clube de Autores (2023).

Os Véus da Sabedoria: Moral, Filosofia e Revelações do Real Arco. Clube de Autores (2025).

Mestre de Marca: A Arte de Deixar Marcas. Clube de Autores (2025).

Past Master: História e Tradição. Clube de Autores (2025).

Mui Excelente Mestre: Quando a última Pedra une a Terra e o Céu. Clube de Autores (2025).

Maçom do Real Arco: Sob os Arcos da Antiga Aliança em Jerusalém. Clube de Autores (2025).

Os Graus Crípticos: O Arco Secreto e a Câmara do Silêncio. Clube de Autores (2025).

As Ordens de Cavalaria: À Luz da Fé e o Fogo da Espada. Clube de Autores (2025).

A Ordem da Trolha de Prata. Clube de Autores (2025).

A Luz da Verdade - Um guia público para conhecer a Maçonaria. Clube de Autores (2025).

Como Escrever um Livro? Transformando Sonhos em Realidade. Clube de Autores (2025).

Os Fundamentos do Rito De York - Aprendiz Admitido - História, Doutrina e Simbolismo. Clube de Autores (2026).